

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE
CAMPUS DE SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

BRUNO MARCONDES FRANQUES

**ECOLOGIAS: SOBRE PROCESSOS EDUCATIVOS LIVRES E LIBERTÁRIOS
EM MOVIMENTOS SOCIAIS PÓS-MODERNOS.**

Sorocaba
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE
CAMPUS DE SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

BRUNO MARCONDES FRANQUES

**ECOLOGIAS: SOBRE PROCESSOS EDUCATIVOS LIVRES E LIBERTÁRIOS
EM MOVIMENTOS SOCIAIS PÓS-MODERNOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação, para
obtenção do título de mestre em Educação

Orientação: Prof. Dr. Zysman Neiman

Sorocaba
2014

Franques, Bruno Marcondes.
F835e Ecologias: sobre processos educativos livres e libertários em
movimentos sociais pós-modernos / Bruno Marcondes Franques. --
2014.
185 f. : 28 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos,
Campus Sorocaba, Sorocaba, 2014
Orientador: Zysman Neiman
Banca examinadora: Sílvio César Moral Marques, Fátima Elizabeti
Marcomin
Bibliografia

1. Sociologia educacional. 2. Anarquismo. 3. Movimentos sociais. I.
Título. II. Sorocaba-Universidade Federal de São Carlos.

CDD 306.43

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do *Campus* de Sorocaba.

BRUNO MARCONDES FRANQUES

**ECOLOGIAS: SOBRE PROCESSOS EDUCATIVOS LIVRES E LIBERTÁRIOS EM
MOVIMENTOS SOCIAIS PÓS-MODERNOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, para obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração Educação, Comunidade e Movimentos Sociais. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 24 de fevereiro de 2014.

Orientador(a)

Dr. (a) Zysman Neiman
Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba

Examinador(a)

Dr. (a) Sílvio César Moral Marques
Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba

Examinador(a)

Dr.(a) Fátima Elizabeti Marcomin
Universidade do Sul de Santa Catarina

DEDICATÓRIA

A todos e todas que dedicam suas vidas à transformação da sociedade, por um mundo
socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Ao Théo Nandê, meu filho, que inaugurou em mim um novo eu e me brinda sempre com
novos olhares e percepções.

AGRADECIMENTO

A todos os seres que, direta ou indiretamente, contribuíram em meu caminhar, a chegar onde agora estou, a ser quem no momento sou.

Agradeço aos professores e colegas do PPGEd da UFSCar Sorocaba, sem os quais a presente dissertação não teria ganhado a presente materialização. Em especial, ao orientador Prof. Dr. Zysman Neiman e ao co-orientador Prof. Dr. Sílvio César Moral Marques, que me ajudaram a não me perder demais diante da imensidão de possibilidades que foram se apresentando durante o percurso que nos trouxe até aqui. Ao Prof. Dr. Hylio Laganá Fernandes que junto com meus orientadores contribuiu com importantes dicas e observações além de tecer elogios que me restauraram as forças para a reta final da escrita desta dissertação. Agradeço também ao atual coordenador do PPGEd, o Prof. Dr. Marcos Francisco Martins, por suas valiosas contribuições dentro e fora da academia, em nossas incursões além muros, nos diversos projetos junto aos movimentos sociais de Sorocaba e Região.

Agradeço na figura do Chico Whitaker, a todos e todas que lutaram ao meu lado nas inúmeras ações, coletivos e movimentos que venho participando, ajudando a construir essas trajetórias enquanto sou construído no mesmo processo. Aos participantes e facilitadores do Fórum Social Mundial, do Fórum Social SP, do Fórum Social Sorocaba, dos Comitês Estaduais Rumo à Cúpula dos Povos, aos proponentes de atividades e participantes da Cúpula dos Povos; Aos integrantes e colaboradores do GaRfOS (Grupo de Articulação Regional da Feira de Orgânicos de Sorocaba), Rede SANS (Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária), Coletivo Coolmeia, Jardim do Livre Sonhar e Instituto Physis.

Agradeço muito a minha família, amigas e amigos que muitas vezes acreditam em mim mais que eu mesmo.

A todos e todas meus sinceros agradecimentos.

Gratidão!

RESUMO

FRANQUES, Bruno Marcondes. *ECOLOGIAS: Sobre processos educativos livres e libertários em movimentos sociais pós-modernos*. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências e Tecnologias para Sustentabilidade, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014. 172 p.

Aplicando a complexidade e a transdisciplinariedade referida pela ecologia dos saberes - entre outras perspectivas sistêmicas -, a presente dissertação de mestrado em educação foca seus estudos e análises nos movimentos sociais da contemporaneidade - período de transição em que vemos os valores do paradigma da modernidade serem questionados por esses mesmos movimentos que já propõem novas perspectivas que o substituam -, tendo como pressuposto o exercício de seu papel educador e identificando o caráter libertário que transpassa as novas formas de organização e valores postos em marcha por tais movimentos, vamos reconhecendo as transformações das perspectivas ecológicas até vê-las incorporadas no novo paradigma em formação, identificado neste paradigma a pós-modernidade libertária.

Palavras-chave: Educação. Ecologia. Anarquismo. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

Applying complexity and transdisciplinarity that the ecology of knowledge - among other systemic perspective -, this dissertation focuses on education in their studies and analysis of contemporary social movements - the transition period in which we see the values of the paradigm of modernity being questioned by these same movements already providing new perspectives which replace that - with the assumption exercising their educational role and identifying the libertarian character which pierces the new forms of organization and values set in motion by such movement, we recognizing the changing ecological perspectives to see them incorporated into the new rising paradigm, this paradigm identified as a libertarian post-modernity.

Keywords: Education. Ecology. Anarchism. Social Movements.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. FRAGMENTOS PARA UMA TEORIA ANARQUISTA. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO	33
2.1. <i>TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA: Um outro mundo é possível</i>	33
2.2. <i>AUTONOMIA RELATIVA. Sobre alguns limites ao conceito de emancipação</i>	39
2.3. <i>CATEGORIAS POSSÍVEIS. Reflexões sobre o protagonismo da revolução</i>	44
2.4. <i>SOCIALISMO LIBERTÁRIO E MARXISMO. Algumas aproximações</i>	51
2.5. <i>INTELIGÊNCIA COLETIVA. Autogestão e cooperação</i>	58
2.6. <i>REENCANTAMENTO DO MUNDO. Por uma outra globalização</i>	61
2.7. <i>PÓS-MODERNIDADE LIBERTÁRIA. Alguns desdobramentos do processo emancipatório de libertação da razão das amarras modernas</i>	66
3. PERSPECTIVAS EM CONFLITO. DA CRISE À OPORTUNIDADE	74
3.1. <i>CRISE CIVILIZATÓRIA. A urgência de um novo paradigma</i>	74
3.2. <i>MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO. Algumas considerações</i>	88
3.3. <i>ECOLOGIAS. Alguns conceitos e desdobramentos</i>	101
3.4. <i>EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Anarquismo e ecologia</i>	109
4. VIRADA: MOVIMENTOS SOCIAIS E ANARQUISMO	116
4.1. <i>ANTECEDENTES: O breve Século XX</i>	119
4.2. <i>FSM. Bem vindo ao século XXI</i>	127
4.3. <i>CÚPULA DOS POVOS. Por justiça social e ambiental</i>	133
4.4. <i>EXPLOSÕES. Levantes populares recentes</i>	140
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
6. REFERÊNCIAS	159

“Gosto muito de citar uma frase de Walter Benjamin. Em suas ‘Teses sobre o conceito de história’, ele diz: ‘Nós, marxistas, temos o hábito de dizer que as revoluções são a locomotiva da história. Mas talvez a coisa seja um pouco diferente. Talvez as revoluções sejam a humanidade puxando os freios de emergência para parar o trem.’ É uma imagem bastante atual. Hoje em dia, somos todos passageiros de um trem, que é a civilização capitalista, industrial, ocidental, moderna. Esse trem está indo, com uma rapidez crescente, em direção ao abismo. Lá na frente há um buraco que se chama aquecimento global ou crise ecológica. Não se sabe a quantos anos de distância se encontra esse abismo, mas ele está lá. Portanto, a questão é parar esse trem suicida e mudar de direção” (LÖWY, 2012, p 14).

1. INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO. Sobre o título, as partes e o todo.

Comentaremos brevemente o título da presente dissertação a fim de tornar as mais claras possíveis nossas intenções e identificar nosso objeto-sujeito desde já. Concomitantemente vamos apresentando os capítulos que interagem com o título e compõem o texto que segue.

Ecologias, no plural, destaca a existência de algumas formulações conceituais, correntes de pensamento e ativismo político que foram se apropriando do termo, expandindo sua abrangência para outros aspectos, além do domínio da botânica e da zoologia. Segundo Murray Bookchin, o termo teria sido inicialmente criado no século XIX, por Ernst Haeckel para “definir o estudo da interação entre animais, plantas e seu ambiente inorgânico”, e desde então o conceito foi sendo expandido a fim de incluir aspectos das sociedades humanas, como as “cidades, a saúde e a mente” (BOOKHIN, 2010, p 132). Ao lado de ecologia foram sendo conjugados outros conceitos que buscavam especificar propostas variadas, surgindo assim as diversas ecologias: Ambiental, Humana, Social, Profunda e Integral, além da Agroecologia, do Ecosocialismo e de tantas outras que invariavelmente teremos que omitir, não por serem menos importantes, mas porque pensamos que as citadas já sejam suficientes para avançarmos em nossa análise. Adiante, em meados do segundo capítulo, no item 2.3, trataremos de aprofundar um pouco a temática das ecologias e apresentar cada uma delas. Por hora, basta que fique indicada a multiplicidade de perspectivas que o termo representa. Mas além desse grupo de conceitos que o termo abarca, há um outro que deste se depreende, quando destaca de seus conceitos seu caráter complexo, onde além da alusão ao ecossistema, à um destaque à diversidade e à transdisciplinariedade que o termo propõe. Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos são os principais expoentes de tal perspectiva e a chamam de *Ecologia dos Saberes* (SANTOS, 2005; MORIN, 2010). Veremos adiante o quanto esses dois grupos de conceitos dialogam com os preceitos anarquistas e o quanto estão sendo incorporados pelos movimentos sociais da contemporaneidade.

Os *processos educativos livres* se referem à educação não escolar, aos potenciais educativos existentes em todas as relações sociais, à que as instituições existentes nas sociedades deveriam prezar com imenso zelo e dedicação, mas que comumente delegam à

escola isentando-se da devida responsabilidade. Em meio a essa constatação, encontramos os “movimentos sociais” como coletivos “emergentes” de cidadãos e cidadãs que ao se agruparem com intuítos específicos no sentido da transformação social, exercem ampla e dialogicamente seu papel educativo, seja internamente, entre seus membros, seja externamente, com a sociedade que buscam emancipar. Abordaremos essa questão no item 2.2 do segundo capítulo. O termo *libertário*, conjugado na sequência, é uma menção a um aspecto importante dos movimentos sociais contemporâneos, que comungam valores muito similares aos defendidos pelo *socialismo libertário* - conceito que se refere ao *movimento anarquista* -, além de permear toda a dissertação terá destaque no primeiro capítulo, que também apresentará o método de trabalho e outros conceitos e categorias que nos acompanharão ao longo do texto.

Completamos a frase do título com o polêmico conceito de *pós-modernidade*, que apesar de desgastado e comumente atacado, a nosso ver de maneira bastante emotiva e preconceituosa, é utilizado para indicar um momento histórico de transição paradigmática onde delimitamos a análise do nosso objeto-sujeito. O fechamento do primeiro capítulo buscará explorar tal conceito e relações com a perspectiva libertária.

Conjugando todas essas indicações entre si e com as variadas formas de ecologia, buscamos apresentar em nosso título uma formulação que esperamos já indicar, inclusive, nossos métodos de pesquisa, pressupostos e conclusões: Aplicando a complexidade e a transdisciplinaridade referida pela ecologia dos saberes, estudaremos os movimentos sociais da contemporaneidade - período de transição em que vemos os valores do paradigma da modernidade serem questionados por esses mesmos movimentos que já propõem novas perspectivas que o substituam -, tendo como pressuposto o exercício de seu papel educador e identificando o caráter libertário que transpassa as novas formas de organização e valores postos em marcha por tais movimentos, vamos reconhecendo as transformações das perspectivas ecológicas até vê-las incorporadas no novo paradigma em formação.

Um dos debates mais acirrados da história da Ecologia, segundo Murray Bookchin (2010, p 127) é o que acabou por estabelecer que *a diversidade das espécies contribui decisivamente para a estabilidade dos ecossistemas*. Acreditamos que conceitos como inteligência coletiva (LÉVY, 1998), ecologia dos saberes (SANTOS, 2011), pensamento complexo (MORIN, 1990), emergência, da teoria geral dos sistemas (BERTALANFFY,

1968; LEMOIGNE, 1990) e auto-organização (FERRARA-PRADO, 1994; LORENZ, 1993), entre outros que serão introduzidos no primeiro capítulo, complementam a proposta de Bookhin e nos legitimam a aplicar a mesma lógica às sociedades humanas, no sentido de que quanto mais respeito e estímulo à diversidade e a possibilidade criativa de indivíduos emancipados que contribuam livremente para a evolução social, mais justas, coesas e desejáveis serão as sociedades. Esse é o ponto central da aproximação entre as propostas da Ecologia e do Anarquismo, que abordaremos no item 2.4, no capítulo segundo. Como seria sintetizado por Rosa Luxemburgo, lutando “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”¹, os movimentos sociais contemporâneos fundem em suas perspectivas de luta os ideais do socialismo libertário com uma das principais premissas de todas as correntes ecológicas, e a essa constatação esperamos chegar ao final de nossa exposição, nas considerações finais.

Concordamos com Murray Bookhin e consideramos que sua proposição citada a seguir, formulada em 1971, é hoje amplamente disseminada entre os ativistas e militantes da transformação social contemporânea:

“Concebida de maneira ampla, a Ecologia lida com o equilíbrio da natureza. Visto que a natureza inclui o homem, esta ciência trata da harmonização da natureza e do homem. Esta abordagem, mantida em todas as suas implicações, conduz às áreas do pensamento social anarquista. Em última análise, é impossível conseguir a harmonização do homem com a natureza sem criar uma comunidade que viva em equilíbrio permanente com seu meio ambiente” (BOOKHIN, 2010, p 143).

E ainda,

“Assim como o ecologista procura ampliar o alcance de um ecossistema e estimular a livre ação recíproca entre as espécies, o anarquista busca ampliar o alcance da experiência social e remover os obstáculos que possam impedir seu desenvolvimento” (BOOKHIN, 2010, p 153).

O objetivo geral deste projeto é, a partir do prisma da educação, lançar alguma luz sobre a atual fase da luta pela emancipação humana e construção de uma nova sociedade, identificando alguns pontos de aproximação entre movimentos sociais de diferentes

¹ Apesar desta frase ser demasiadamente citada em textos e em páginas da internet, não localizei a referência exata onde Rosa Luxemburgo teria escrito ou proferido tal formulação, que no entanto, sintetiza muito bem a ideologia que perpassa seu pensamento e posicionamento político.

atuações e interpretar algumas das principais potencialidades de alinhamento dos movimentos sociais contemporâneos.

Nesse contexto, buscaremos destacar o papel da educação política e ambiental nos processos abordados, bem como a apropriação de tais elementos pelos atores envolvidos e a emergência de um novo paradigma contemporâneo, a pós-modernidade libertária.

Antes de abordarmos diretamente nosso objeto-sujeito, o capítulo 3 será iniciado com um breve panorama histórico, onde analisaremos alguns precedentes fundamentais para melhor compreendermos a dinâmica do que observaremos a seguir. Veremos que a histórica fragmentação da esquerda teve um grande salto nos anos 1960, com a crise do socialismo autoritário, intensificado nos anos 1990, com o desmantelamento da URSS marcando o final do “breve século XX” (HOBSBAWN, 1994). Com o fim da chamada “Guerra Fria”, e a entrada na "crise dos paradigmas", uma onda neoliberal tomou conta da nova ordem mundial, onde o socialismo não ameaçava mais o controle do imperialismo capitalista e os mais entusiastas chegaram até a declarar o fim da história².

No entanto, contrariando este panorama, a primeira década do século XXI foi palco de uma reviravolta, se não ainda por uma completa reconfiguração da esquerda³ mundial, ao menos por acontecimentos que balançaram os paradigmas e consensos correntes. Refiro-me à escalada da articulação, entrosamento, alinhamento e formação de redes entre movimentos sociais de diferentes origens, projetos, áreas de atuação e nacionalidades que resultam na criação do Fórum Social Mundial (FSM) em 2001 e na Cúpula dos Povos (Cúpula) em 2012. O FSM, que apresentaremos no item 3.2, é um espaço público internacional, criado para dinamizar as articulações entre os movimentos sociais de todo o mundo, alinhando suas lutas contra a perversidade do sistema capitalista e sua globalização neoliberal. Pode ser interpretado como uma resposta à crise dos paradigmas dos anos 1990, tendo no mínimo derrotado a hipótese do "fim da história". Já a Cúpula dos Povos, objeto-sujeito de nossa pesquisa que será enfim abordado mais diretamente no item 3.3, foi um encontro dos movimentos sociais internacionais gestado nos encontros do FSM à sua imagem e semelhança, que surge para se contrapor à Conferência da ONU pelo

² O slogan vem do título do livro de Francis Fukuyama “O fim da história e o último homem”. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

³ Entendemos como integrante da esquerda todo posicionamento contrário ao sistema capitalista, claramente formulado ou não, a partir de correntes partidárias, não partidárias ou identitárias, institucionalizadas ou não, em suas realizações teóricas e práticas, manifestados por indivíduos e grupos, configurados como coletivos, movimentos sociais, sindicais, estudantis, organizações não governamentais, ou qualquer outra denominação. (SADER&JINKINGS, 2006, 2012)

Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, e apresentar a possibilidade de interpretarmos na contemporaneidade, no bojo mesmo de uma crise generalizada, civilizatória, uma transição paradigmática de cunho ecológico e libertário. Trataremos da crise civilizatória em suas quatro dimensões: social, política, econômica e ambiental na abertura do segundo capítulo. O presente texto interpreta na Cúpula um sinal de que os movimentos sociais contemporâneos, que já vinham incorporando preceitos libertários em suas organizações desde a década de 1960 e se articulando internacionalmente desde 2001 nos encontros anuais do FSM e em etapas locais paralelas, começam a incorporar a questão ambiental em suas lutas sociais, por mais diferentes que sejam suas premissas e programas. Em seu conjunto, o capítulo 3 apresentará mais a fundo esses acontecimentos que em nossa perspectiva revelam o caráter libertário dos movimentos sociais contemporâneos e a questão ambiental como pauta transversal à suas lutas, respondendo positivamente ao problema formulado em nossa pesquisa, que indaga se *estamos ou não diante de um inédito e promissor alinhamento da luta contra-hegemônica mundial, de caráter libertário e ambiental, nesta alvorada do terceiro milênio.*

Conforme fomos identificando os parâmetros que regem a transformação social contemporânea, fomos aprimorando nossa própria ação militante e incorporando ao objetivo de nossa ação praxica as descobertas que fomos coletando. Assim, objetivamos em nossa prática social, destacar as tendências que consideramos mais promissoras para incidir em sua disseminação e aprofundamento de sua prática. É o caso da incorporação das questões ecológicas pelos agentes sociais, independente de suas áreas de atuação, destacando que

“A consequência mais urgente e destrutiva da nossa sociedade exploradora e alienante é a crise ambiental, e que a verdadeira sociedade revolucionária deve ser construída de acordo com preceitos ecológicos. (...) “que a tomada de consciência de que os princípios da ecologia, levados até as últimas consequências, exigem mudanças radicais na nossa sociedade e no nosso modo de olhar o mundo” (BOOKHIN, 2010, p 165).

Assumindo que toda ação dos movimentos sociais são ações educativas, identificaremos suas práticas em três grupos, a partir de suas intencionalidades: a emancipação individual, a mudança da estrutura social e a articulação entre os diversos grupos.

Identificamos a Cúpula dos Povos como um evento histórico emblemático para este estudo, a partir de onde podemos perceber a incidência das abordagens supracitadas, na participação individual, nos relatos das atividades propostas pelas redes e na articulação dos movimentos diversos em torno de um mesmo tema: a crise ambiental.

Desde maio de 1968, com a fragmentação histórica da esquerda internacional, os movimentos sociais traçam seus próprios caminhos de luta diante da realidade opressora que avança sobre todos os povos do mundo globalizado.

Após décadas de lutas por suas causas individuais o mesmo inimigo comum foi reencontrado no sistema capitalista. Todas as lutas que não encontrem esse inimigo comum não cavaram fundo o suficiente e estariam lutando quixotescamente contra aparências (ZIZEK, 2012c).

O terceiro milênio tem início com a abertura de um espaço global em que as diversas formas de mobilização e ativismo por um mundo socialmente justo e ambientalmente sustentável se estabelecem para articular suas redes, compartilhar suas experiências e sincronizar suas ações. Além de um espaço político, configura-se num espaço do saber, no sentido que Pierre Levy atribui:

“A novidade, nesse domínio, é pelo menos tripla: deve-se à velocidade de evolução dos saberes, à massa de pessoas convocadas a aprender e produzir novos conhecimentos e, enfim, ao surgimento de novas ferramentas (as do ciberespaço) que podem fazer surgir, por trás do nevoeiro informacional, paisagens inéditas e distintas, identidades singulares, específicas desse espaço, novas figuras sócio-históricas” (LÉVY, 1998, p 24-25)

Como já explícito no título, o paradigma que nos serve de inspiração pode ser identificado com o pós-modernismo, se não tanto pela estrutura barroca do arsenal posto em ação durante o artesanato sociológico – inspirados aqui em Wright Mills (2009) -, mas principalmente pela crítica à razão moderna e à fragmentação das ciências que tem (dês)governado o mundo. Neste ponto é bom que fique claro que não defendemos a abstenção do uso da razão, muito menos na descrença da ação incisiva na construção do futuro, posições defendidas por adeptos do capitalismo que se autodenominam também pós-modernos. Muito pelo contrário, aliás, é a nossa prerrogativa. O que defendemos é justamente o resgate da razão do eclipse à que o mundo moderno, identificado com o

capitalismo, a relegou. Contudo, acreditamos que vivemos em uma época de transição paradigmática, em que o termo pós-modernidade não é de todo descabido, apesar de comportar diversas abordagens e paradigmas diferentes, assim como a modernidade fora palco de paradigmas tão distantes quanto o capitalismo e o socialismo. (BAUDRILLARD, 1991; GOERGEN, 2005; HALL, 2011; HARVEY, 2007; LATOUR, 1994; LOUREIRO; DELLA FONTE, 2003; LYOTARD, 2010; MORIN, TOURAINE, 1999, 2004, 2006; SANTOS, 2007, 2011). E se nos lançamos a essa empresa é porque temos claro que ela é parte fundamental para a questão, talvez inalcançável, mas que perpassa todo nosso trabalho, de como alterar a “rota suicida em que a humanidade cegamente se perdeu” (HORKHEIMER, 2002).

Buscando delinear um conceito abrangente que represente a intersecção entre a esquerda e a ação coletiva pela transformação da sociedade, reunimos características da esquerda clássica em interação com as propostas criadas para dar conta dos novos movimentos sociais que surgem a partir dos anos 1960 e do movimento altermundialista, surgido nos anos 1990. (GOHN, 2003, 2008, 2009b; MELLUCI, 2001; SADER, 1988; TOURAINE, 1989).

As questões sobre a temática ambiental e a urgente necessidade de se disseminar tais conhecimentos a fim de modificar a maneira com que nos relacionamos com o meio ambiente serão abordadas de acordo com alguns conceitos do anarquismo e da educação ambiental que começam a ser bastante difundidos entre os movimentos sociais contemporâneos, tais como ecologia social, ecologia profunda e o ecossocialismo. (GADOTTI, 2000, 2009; BETO, 2008; BOFF, 1999; BOOKHIN, s.d., 2010; BRANDÃO, 2005a, 2005b, 2007; HILMI, 2012; LOWY, 2005, 2012; MACY; BROWN, 2004; LOWY, 2005; MEIRA; SATO, 2005; REIGOTA, 2002, 2009; SATO, 2005).

O presente panorama será então constituído a partir de um vôo panorâmico sobre os movimentos históricos da luta dos oprimidos contra a dominação, a partir do que pudemos assimilar de teorias e relatos formados por alguns atores, observadores e pensadores que se dedicaram a essa temática. Se houver algum mérito no conjunto dessas linhas será a eles devido, o que não nos exime da culpa por possíveis erros e omissões, que serão de nossa inteira responsabilidade.

O objetivo geral da pesquisa em si, da dissertação e do que vem sendo escrito nessas linhas é, na medida do possível e dentro de minhas limitações, contribuir para a

construção de uma perspectiva que contribua por sua vez para que a perversidade das sociedades ocidentais atuais seja superada e que a crise civilizatória vigente se mostre de fato como uma possibilidade de que as supostas utopias sociais se concretizem no percurso histórico. Convidamos os que nos lêem a caminharmos juntos por entre essas construções que no final se configurarão não mais que resultados de esforços otimistas da vontade.

Aliás, outra importante consideração que devo fazer no contexto desta análise se refere justamente ao otimismo que a permeia. Diante da gravidade da crise civilizacional, incluindo a iminência de uma imensurável catástrofe ambiental, que obscurece o horizonte neste início de século, seria no mínimo limitada alguma percepção inteiramente otimista. Há inclusive possibilidades interpretativas específicas sobre nosso objeto, com relação à Cúpula dos Povos, que revelam inúmeras contradições, mostrando, por exemplo, que muitos dos participantes - que dirá a população em geral - não tinham para si muito clara a distinção e oposição cabal entre tal articulação dos movimentos sociais e o evento oficial da ONU. De fato, como veremos mais adiante, nossa análise lança mão da dialética, que enquanto destaca contrastes contraditórios em correntes distintas, identifica a possibilidade de superação de tais paradoxos no desenrolar da história.

"De resto, todo colapso traz consigo desordem intelectual e moral. É necessário criar homens sóbrios, pacientes, que não se desesperem diante dos piores horrores e não se exaltem em face de qualquer tolice. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade" (GRAMSCI, 2006b, p 267).

Parto da premissa de Antônio Gramsci que nos indica a combater o pessimismo da razão com o otimismo da vontade. Tal otimismo receitado pelo 'dirigente revolucionário' italiano passa longe de uma percepção mágica onde a fé é encontrada como última alternativa para se manter em pé. Trata-se antes de uma estratégia da perspectiva crítica, da responsabilidade revolucionária que nos obriga a

"captar a realidade concreta, incluindo suas contradições, essenciais para definir os elos mais fortes e mais fracos de cada campo, para poder desembocar nos espaços mais favoráveis à acumulação de forças a fim de reverter as condições desfavoráveis" (SADER, 2007).

Mas além da dicotomia dialética, no desenrolar de nossa pesquisa e dissertação, nos esforçamos por considerar o tema proposto a partir de variados pontos de vista, de maneira eclética e antidogmática. Cientes do risco de que a primeira vista alguns trechos do presente texto possam assemelhar-se a bricolagens de ideias aparentemente desconexas e aleatórias, como na mitologia levistraussiana (LÉVI-STRAUSS, 2008) ou nas caóticas máquinas de Deleuze e Guattari (2004), acreditamos que nosso mosaico esteja coerentemente construído, a partir de diversos prismas, é certo, mas em fluída interação. Apesar de toda dificuldade que esta opção metodológica apresenta, acreditamos que o esforço é recompensado porque auxilia no estabelecimento do vínculo entre as partes e a totalidade em busca de “apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto” (MORIN, 2011, p 16). Ademais, essa construção teórica que se propõe múltipla e complexa reflete o próprio conteúdo do objeto-sujeito da presente análise, que destaca o caráter variado, heterogêneo e diverso das manifestações da luta social na contemporaneidade.

“É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto” (MORIN, 2010, p 89).

Identificamos ainda outra dificuldade que o problema nos apresenta, que deriva do fato de estarmos vivenciando o período estudado, implicando que suas relações sociais estão em plena dinâmica e encontram-se em constante movimento. Visto que não é o positivismo que nos iluminará o caminho, a partir do qual provavelmente este estudo seria interdito, acreditamos que nossa tarefa entra no quadro do possível, desde que tenhamos em perspectiva seus limites e transitoriedade. De acordo com nossa perspectiva, qualquer conhecimento é passível de questionamento e invariavelmente perderá sua validade com o passar do tempo. Mesmo os conhecimentos gerados a partir dos paradigmas mais conservadores e das ciências consideradas mais duras são periodicamente revisados e superados. Aliás, é por conta desta dinâmica que a ciência avança, e este é justamente o ponto de concordância entre Thomas Kuhn com sua análise das Revoluções Científicas

(KUHN, 2007) e Paul Feyerabend com sua criativa proposta para um anarquismo epistemológico (FEYERABEND, 2011)⁴.

Assim, o que nos permitirá tamanha abrangência, serão justamente a abordagem filosófica da ecologia e a perspectiva libertária anarquista, os dois pontos fundamentais de nossa análise. A primeira perspectiva é investigativa de questões-chave da humanidade que atravessam os compartimentos fragmentados das ciências, sem se ater necessariamente a nenhuma delas, buscando o que a “ecologia profunda” poderia sugerir como um re-encantamento do mundo: Se o período moderno foi precedido pelo desencantamento do mundo (WEBER, 1996; PIERUCCI, 2003) e identificado com o Capitalismo (SANTOS, 2011), o período pós-moderno seria precedido por um re-encantamento do Mundo (MACY & BROWN, 2004) e poderia ser identificado com o Anarquismo. Já a abrangente concepção anarquista, indica um posicionamento contra todo tipo de autoritarismo e centralização do poder e deve ser reconfigurada de acordo com o contexto de cada conjuntura em que a luta se insere⁵.

“O exercício do conhecimento, a busca do saber, pois, para nós, é uma realidade eminentemente política. Porque, na verdade, não interessa apenas conhecer um fato pessoal ou um acontecimento social, importante igual e simultaneamente criticá-lo e transformá-lo. Além disso, a nossa teoria do conhecimento é uma teoria nascida da práxis” (FREIRE; BRITO, 1986, p 46).

Gramsci define o marxismo como a “filosofia da práxis”, principalmente porque reivindica à essa abordagem o reconhecimento de que o conhecimento teórico só será válido se for produzido em interação com o mundo, visando sua transformação rumo à

⁴A discordância está no método idealizado para o avanço científico. Kuhn defende que o conhecimento é acumulado pela ciência até que seus alicerces sejam superados, ocasionando uma revolução porque todo o conhecimento que descansava sobre aquela estrutura será imediatamente reconfigurado. Já Feyerabend atenta para a peculiaridade da diversidade e multiplicidade de atores que interagem com o conhecimento, onde nada é descartado, e o avanço vai sendo construído por inúmeras revoluções.

⁵ “Pode-se perguntar qual é o valor de se estudar uma ‘tendência definida no desenvolvimento histórico humano’ que não articula uma teoria social detalhada e específica. Aliás, muitos críticos desconsideram o anarquismo por acreditarem que ele é utópico, sem forma, primitivo ou incompatível com as realidades de uma sociedade complexa. No entanto, pode-se argumentar diferentemente; que em todo estágio da história, nossa preocupação deve ser a de dismantelar as formas de autoridade e de opressão, as quais sobrevivem de uma época em que podiam ser justificadas pelas necessidades de segurança, sobrevivência ou desenvolvimento econômico, mas que agora contribuem para – em vez de aliviar – o déficit cultural e material. Neste caso, não existirá doutrina de transformação social fixa para o presente e o futuro, nem mesmo, necessariamente, um conceito imutável e específico dos objetivos para os quais a transformação social deva tender.” (CHOMSKY, 2011, p 18)

superação das atrocidades e do sistema opressor em que vivemos (GRAMSCI, 2006a, p 93-114)⁶. Estes preceitos correspondem à diversas perspectivas recomendadas também, e muito antes, pelos teóricos do anarquismo clássico (KROPOTKIN, 2007; PROUDHON, 2011; BAKUNIN, 2006, 2009, 2011; MALATESTA, 2009; RECLUS, 2011; WOODCOCK, 2007, 2008). Acreditamos que a perspectiva desenvolvida por Carlos Rodrigues Brandão intitulada “pesquisa participante” é uma metodologia bastante apropriada em nosso caso e que viabiliza a prática das teorias acima citadas em uma pesquisa acadêmica, no que se refere à práxis do pesquisador ativista e no reconhecimento de sua influência no objeto-sujeito durante o processo, que também o influenciará (BRANDÃO, 1982).

MILITÂNCIA. A práxis do pesquisador-ativista

Dedicarei as últimas linhas dessa introdução para apresentar brevemente alguns aspectos de militância política que influenciaram de maneira decisiva meu envolvimento com os temas trabalhados nesta dissertação. Ao narrar o processo de elaboração do projeto que embasou esta pesquisa, discorrerei sobre minha militância e as relações pessoais com o tema e objeto do presente estudo. Ao identificar e explicitar tais relações, pretendo também pontuar minhas expectativas iniciais com relação ao projeto, bem como sua evolução durante a pesquisa.

“(…) quando se vê os terríveis males que afligem seus semelhantes e que se conhece o remédio, como se pode, se se tem um pouco de coração, permanecer inativo?”

“Aquele que não conhece a verdade não é culpado; mas o é enormemente aquele que, conhecendo-a, age como se a ignorasse” (MALATESTA, 2011, p 85).

O que me impulsionou nesta empreitada foi o meu envolvimento com o Fórum Social Mundial e tudo aquilo que esse sensacional acontecimento histórico em mim mobiliza. Optei por me debruçar, a princípio, sobre aspectos movimentados pela Cúpula dos Povos porque muito me empolgou a possibilidade de que a temática ambiental apareça

⁶ A princípio atribuía tal característica à todo pensamento marxista, mas tal interpretação foi revista a partir de declarações de Adorno sobre a necessária distância entre a teoria e prática constatada em entrevista publicada no Brasil no livro “Maio de 68”, (COHN; PIMENTA, 2008).

como uma proposta positiva e transversal às diversas lutas dos movimentos sociais nesta nova fase da luta popular. E para identificar se esta intuição, ou percepção, tem embasamento teórico e prático, iniciei o presente projeto.

Acontece que durante minha pesquisa, a perspectiva ecológica se revelou muito mais importante do que eu pude captar enquanto um ativista social até então. E aquilo que saudava como um inesperado presente às lutas sociais incorporou um aspecto fundamental de toda a luta social. Percebo agora, que a questão ambiental está – e sempre esteve - no cerne de toda a perspectiva da transformação social. Eu não fui o único a perceber tal aspecto de nossa realidade e junto comigo, como nos acena de diversas maneiras a Cúpula dos Povos, muitos ativistas começam a se dar conta de tal perspectiva. Não tenho dúvidas de que esse fato será em breve percebido pela maioria da humanidade, só espero que não seja tarde de mais.

Penso que seja prudente explicitar meu envolvimento como militante e ativista das causas referidas. Atualmente, todos os aspectos da minha vida, profissional, acadêmica e pessoal, são permeados por meu envolvimento como militante pela transformação social. No entanto, acredito que o presente estudo, que se pretende acadêmico não sofreu interpelações redutoras ou censuras dogmáticas, nem tampouco foi conduzido a respostas supostamente pré-determinadas, muito pelo contrário. Trata-se de uma investigação crítica e práxica. Estou convencido de que quanto mais estiver abertas as situações não esperadas que a investigação revele, mais eficaz será minha ação enquanto ativista. Não estou aqui para legitimar nenhuma ação, atitude ou direção, mas para produzir conhecimentos epistemológicos que nos auxiliem a compreender a realidade em que atuamos⁷. No mais, não me pretendo neutro. Assumo abertamente meus posicionamentos ideológicos, mesmo correndo o risco de em determinados momentos parecer um tanto panfletário demais para um trabalho acadêmico. Acredito, no entanto que a crise que pode ser gerada entre meus colegas não é muito diferente da crise apontada na seguinte passagem de Maurício Tragtemberg, que entre outros pensadores criticam a suposta imparcialidade de nossas instituições de ensino e pesquisa:

“A universidade está em crise. Isso ocorre porque a sociedade está em crise; através da crise da universidade é que os jovens funcionam detectando as contradições profundas do social, refletidas na

⁷ Há diversas concepções que defendem tal relação, como a sociologia engajada praticada por Boaventura de Sousa Santos e a práxis da ação do materialismo histórico.

universidade. A universidade não é algo tão essencial como a linguagem; ela é simplesmente uma instituição dominante ligada à dominação. Não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, onde as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber ‘objetivo’, acima das contradições sociais” (TRAGTENBERG, 1982, p 11).

Participo do FSM desde 2005 e mais ativamente, como facilitador de etapas locais desde 2010, quando lançamos o Fórum Social São Paulo. Em 2011 participei da formação de uma equipe de facilitadores que iniciou o processo do FSM em Sorocaba. Também em 2011 integrei a equipe do Comitê Paulista Rumo à Cúpula dos Povos. Em 2012 participei do Fórum Social Temático, onde propusemos duas atividades, uma sobre Fóruns Locais e outra como o primeiro encontro dos Comitês Estaduais rumo à Cúpula dos Povos. Na Cúpula dos Povos participei diretamente da articulação de três atividades: um encontro que debateu os rumos do FSM em etapas locais; a produção e articulação de uma Árvore dos Sonhos, que serviu como base de apoio para estimular diálogos com o público participante do evento e um grande encontro dos Comitês Estaduais, onde lançamos a continuidade da Cúpula como Fórum dos Povos. Paralelamente à Cúpula dos Povos aconteceu o II Fórum Mundial de Mídia Livre, onde junto com o francês Pierre George, principal protagonista das ações de conexão internacional do FSM, lançamos a Rede de Facilitadores de Fóruns Locais.

Em 2013 fui à Tunísia, para participar do FSM compondo a equipe do GRAP (Grupo de Apoio ao FSM) onde tive a oportunidade de articular uma série de atividades em parceria com protagonistas dos levantes populares de 2011. O projeto “Cartografias do Futuro” pretende ser um instrumento a serviço da perspectiva de construção de alternativas. O desafio colocado pelo projeto passa pela produção de conhecimento e saberes capazes de ampliar a compreensão das novas dinâmicas em curso e pelo fortalecimento da capacidade de articulação dos diferentes sujeitos políticos.

O processo está aberto e em construção, mas para tentar simplificar poderíamos resumir que o objetivo do Cartografias do Futuro é fortalecer as lutas sociais a partir do mapeamento das manifestações e fortalecimento das redes em que atuam os movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Em 2014 participei do Fórum Social Temático, em Porto Alegre, acompanhando o desenrolar e desenvolvimento desse importante espaço de articulação entre os movimentos sociais da pós-modernidade.

Todos esses eventos geraram muitas anotações registradas em cadernos de campo, em fotos e vídeo, que nos auxiliaram a tecer os argumentos presentes nesta dissertação. A todos que participaram destes eventos, e que de alguma forma construíram comigo o texto coletivo que emerge nestas linhas, registro aqui minha sincera gratidão.

2. FRAGMENTOS PARA UMA TEORIA ANARQUISTA. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO E CONCEITOS

“O Anarquismo vem sendo recuperado, pelo menos em nível das pesquisas acadêmicas, como uma filosofia política; tal recuperação ganhou mais razão de ser com a propalada ‘crise dos paradigmas’ nas ciências sociais, intensificada com os acontecimentos políticos nos países do leste europeu e na ex-União Soviética, com a queda do socialismo real. Ante a falta de referenciais sólidos para uma análise política da realidade cotidiana, o Anarquismo volta à cena” (GALLO, 2007, 19)

2.1. TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA: Um outro mundo é possível.

Durante a segunda metade do século passado, conhecida como modernismo tardio, o mundo foi palco de uma reviravolta extraordinária, cujos resultados mais impactantes ainda se encontram em gestação. Trata-se do surgimento de uma nova e heterodoxa forma de luta social, que teve seu *boom* no famoso ano de 1968 e que começa a se organizar com o Fórum Social Mundial (FSM). Tal fenômeno, que marcou para sempre a luta contra as opressões e injustiças no mundo todo, teve seu início com o movimento feminista no início do referido século e, como uma onda, foi se expandindo para formar os novos movimentos sociais.

A partir do deslocamento da consciência de classe para algo mais imediato, relacionado às opressões mais palpáveis do cotidiano das camadas subjugadas pelas elites dominantes, para o reconhecimento das subjetividades daqueles homens e mulheres oprimidos e oprimidas, de frágeis e fragmentadas identidades, as agendas e programas da luta social ganham nova configuração. Aquilo que a vanguarda revolucionária conhecia como “consciência de classe” era tido como a chave revolucionária necessária para que a revolta fosse possível. Os operários alienados do produto de seu trabalho alienavam-se também das causas das injustiças a que eram submetidos. Os líderes revolucionários buscavam então instigar e promover a consciência de classe junto ao proletariado, costurando uma identidade a partir de algo que de fato os unia, mas que de maneira nenhuma era percebido pela própria classe trabalhadora como o único aspecto de sua vida social, tampouco era o mais sólido ou o mais regular. Além de operários, pobres, necessitados, oprimidos e explorados, eram mulheres, negros, jovens ou velhos, originários de diferentes culturas, etnias e arranjos sociais, que nutriam diferentes valores com relação

à natureza, ao amor, à busca espiritual, que tinham diferentes orientações sexuais, que se identificavam com diferentes estilos de vida e relação com o meio que os cercam.

Claro que povos, etnias e grupos oprimidos sempre lutaram por sua liberdade ao longo de toda a história da humanidade. Não se trata de relativizar a importância dessas lutas. Muito pelo contrário. Foram justamente tais lutas seculares que viabilizaram a formação de uma nova consciência *altermundialista*, uma consciência que a partir do intercâmbio de tais experiências foi se formando e fortalecendo, com base na diversidade (biológica, social e cultural) para afirmar que outra forma de organização das sociedades no mundo é possível.

No exponencial processo de globalização a que o mundo vem sendo submetido, Milton Santos identifica três dimensões narrativas interpostas: *o mundo como fábula*, que é a manifestação da hegemonia cultural, a ideologia da naturalização dos processos históricos, a aceitação orquestrada de que não há alternativas ao que está posto; *o mundo como perversidade*, onde o empirismo das reais injustiças e opressões perpetradas sobre a grande maioria das populações mundiais já não pode mais ser dissimulado; e *o mundo como possibilidade*, que se refere aquela imensidão de propostas desenhadas pelos novos movimentos sociais, implementadas por sociedades, coletivos, grupos e organizações espalhadas pelo planeta. E é exatamente dessa dimensão que se depreende o lema do FSM, “outro mundo é possível”. Tal tríade pode ser comparada ao processo de emancipação dos sujeitos, onde para se libertar da alienação a que são condenados pelas convincentes forças da cultura hegemônica, precisam passar pelo reconhecimento das opressões a que são submetidos para só então serem capazes de imaginar – e projetar - qual realidade poderá ser construída no lugar. A globalização então proporciona dialeticamente, no bojo de sua expansão neoliberal e do acirramento de sua opressão e dominação, os meios pelos quais poderá sucumbir. Essa adaptação do famoso adágio marxista⁸ pode muito bem funcionar em diversas situações históricas onde grande parcela da população é subjugada por uma minoria, mas temos que ter em mente que tal destino revolucionário não é inevitável, temos que persegui-lo e construí-lo com todas as nossas forças.

Essas três dimensões indicadas pelo geógrafo brasileiro encontram paralelo em diversas propostas onde a emancipação da população é reconhecida como etapa

⁸ Para Marx, o capitalismo deve ser levado às suas últimas consequências, porque no processo de acirramento de suas contradições, forjará os instrumentos para sua derrubada (MARX, 2002).

fundamental do processo de transformação social. As referências mais conhecidas e diretas talvez sejam as propostas anarquistas da busca pela autonomia individual através da libertação das amarras sociais e o processo de emancipação do homem proposto por Paulo Freire. Voltaremos a esta relação mais adiante. Por hora gostaríamos de apontar para a oposição da luta por mais autonomia na condução da vida de cada indivíduo e a necessária promoção da diversidade cultural ante a monocultura ocidental ampliada pelo processo de globalização e os preceitos do cientificismo moderno.

Em termos filosóficos, para superar a fábula do mundo moderno, Slavoj Žižek propõe o exercício múltiplo do que chama de “*visão em paralaxe*”, em que a totalidade do objeto é apreendida em todas suas dimensões, inclusive em sua interação com o sujeito levando-o ao extremo da inversão de papéis onde “*o sujeito é definido pela passividade fundamental e é do objeto que vem o movimento*”. (ŽIŽEK, 2008, p 31) Trata-se de um esforço intelectual de inversões de papéis onde as possibilidades narrativas e interpretativas da análise do objeto pelo sujeito são elevadas ao extremo. Vejamos um pouco mais desse conceito:

“A definição padrão de paralaxe é: o deslocamento aparente de um objeto (mudança de sua posição em relação ao fundo) causado pela mudança do ponto de observação que permite nova linha de visão. É claro que o viés filosófico a ser acrescentado é que a diferença observada não é simplesmente ‘subjéctiva’, em razão do fato de que o mesmo objeto que existe ‘lá fora’ é visto a partir de duas posturas ou ponto de vistas diferentes. Mais do que isso, como diria Hegel, sujeito e objeto são inerentemente ‘mediados’, de modo que uma mudança ‘ontológica’ do ponto de vista do sujeito sempre reflete a mudança ‘ontológica’ do próprio objeto. Ou, para usar o lacanês, o olhar do objeto é sempre-já inscrito no objeto percebido em si, sob o disfarce de seu ‘ponto cego’, que está ‘no objeto mais que o objeto em si’, ponto do qual o próprio objeto devolve o olhar” (ŽIŽEK, 2008, p 32).

Žižek aponta ainda que o exercício da visão em paralaxe não pode deixar de lado sua complexidade em um movimento viciado da ciência moderna que fragmentaria cada uma dessas perspectivas a fim de esmiuçá-las à parte. O filósofo defende que a potência da visão em paralaxe estaria justamente no exercício de se lançar de maneira orquestrada as diversas perspectivas de uma só vez, percebendo o objeto em sua totalidade, ao mesmo tempo, a um só olhar. E mais: concomitantemente precisaríamos nos observar observando, perceber os olhares que o objeto nos lança, invertendo os papéis, fazendo do objeto sujeito e de nós, outrora sujeitos, objetos da nova relação. Essa concepção do filósofo esloveno se

aproxima de diversas outras perspectivas, entre as quais destacaremos algumas, a fim de deixar mais claras nossas intenções e o método proposto. Vejamos uma das inúmeras formulações em que Edgar Morin define seu *pensamento complexo*:

“O conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e interretroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (MORIN, 2011, 36).

Em contraposição ao pensamento múltiplo, complexo, Morin identifica no cientificismo da era moderna o aprimoramento de um sistema que deixa de levar em consideração perspectivas importantes, ou mesmo vitais, para as sociedades humanas. Esse sistema de pensamento, apesar da capacidade de gerar desenvolvimentos técnicos impressionantes, gera também efeitos colaterais extremamente graves.

“(…) o pensamento que recorta, isola, permite que especialistas e experts tenham ótimo desempenho em seus compartimentos, e cooperem eficazmente nos setores não complexos de conhecimento, notadamente os que concernem ao funcionamento das máquinas artificiais; mas a lógica a que eles obedecem estende à sociedade e às relações humanas os constrangimentos e os mecanismos inumanos da máquina artificial e sua visão determinista, mecanicista, quantitativa, formalista; e ignora, oculta ou dilui tudo que é subjetivo, afetivo, livre, criador” (MORIN, 2010, p 15).

Não obstante, o autor ainda nos aponta algo que dialoga com o conceito de hegemonia cultural, quando indica que existe, na sociedade, um bloqueio para a reformulação das mentalidades com o objetivo de alterar o funcionamento das instituições educacionais e também de resistências para modificações das instituições escolares que alterariam o modo de pensar e agir dos atores sociais. Vale ressaltar que uma ação de intervenção numa dessas esferas, tende a suscitar alterações na outra. Ainda de acordo com Morin, vivemos em um mundo que caminha para a hiperespecialização do investigador. Neste contexto, os conceitos e as linhagens das disciplinas podem isolá-las umas das outras. O risco de tal isolamento, em pleno curso e acirramento na modernidade, é o obscurecimento de entendimentos mais amplos sobre fenômenos que só seriam revelados

com estudos sistêmicos, que levassem em conta a complexidade dos fenômenos. Ou seja, a implementação de uma *visão em paralaxe*.

Outra teoria que dialoga com tais preceitos é a teoria dos sistemas, principalmente em seu conceito de emergência, onde destaca que o todo que emerge das interações das partes é muito maior que as partes que o compõem e que, aliás, funciona sob outras leis e relações. Dessa constatação se depreende que é impossível vislumbrar algum entendimento do todo se apenas tivermos conhecimento do funcionamento das partes que o compõem. Seria como estudar as propriedades de um rio, a partir do estudo de um copo de água dele retirado, ignorando todo seu curso, sua história, a geografia de seu entorno, sua importância para as comunidades que com ele interagem, sua relação com o ecossistema ao qual está inserido, entre inúmeras outras perspectivas e relações.

Para que tal limite deixe de ser imposto à razão humana, Morin defende ser necessária uma abertura ao conhecimento mais global. Existe uma defesa, por parte do autor, de uma ciência multifocalizada e polidimensional, onde exista um trabalho em paralelo com abordagens e entendimentos de outras áreas, favorecendo, portanto, a cooperação, a policompetência e a troca. O autor identifica na ecologia uma área do conhecimento científico que já articula e conjuga saberes de diversas outras áreas, funcionando como um prelúdio ao novo paradigma em construção.

Ao analisar a autonomia do indivíduo, destacando-a como essencial para a transformação social rumo a uma sociedade livre e igualitária, Morin a identifica como dependente do ambiente biológico, cultural e social. Portanto, para o autor, essa autonomia é relacional e relativa, ressaltando ainda a falta de uma concepção complexa do sujeito em nossa sociedade. Concluímos então que o entendimento complexo da realidade, com suas recorrentes alusões à diversidade, à multiplicidade e à transdisciplinaridade, implica na construção de um novo paradigma que de conta de tal complexidade. (MORIN, 2010; 2011).

Outra perspectiva correlata é aquela desenvolvida pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, onde tal multiplicidade de perspectivas é refletida no conceito de *ecologia dos saberes*:

“Toda a ignorância é ignorante de um certo conhecimento, e todo o conhecimento é a superação de uma ignorância particular. Este princípio de incompletude de todos os saberes é condição da possibilidade de

diálogo e de debate epistemológicos entre os diferentes conhecimentos.
(...)

“Neste domínio, a sociologia das ausências visa substituir a monocultura do conhecimento científico por uma ecologia de saberes. Esta ecologia de saberes permite não só superar a monocultura do conhecimento científico, como também a ideia de que os saberes não científicos são alternativas ao saber científico” (SANTOS, 2005, p 25)

Importante destacarmos o esforço do autor em não descartar o conhecimento científico em meio à sua crítica. Precisamos ampliar as possibilidades de conhecimento sem deixar de lado o que foi desenvolvido até aqui, apenas revisando seus caminhos e revogando sua autoridade presunçosa. Como saída para a crise, Boaventura de Sousa Santos desenvolve o conceito de que precisamos valorizar o “conhecimento pertinente para uma vida decente”, reconhecendo que todo saber está implicado à uma prática política, com consequências importantes para a vida social.

Apesar de encontrarmos referências a essas perspectivas sistêmicas também em algumas abordagens científicas clássicas, como a filosofia e as ciências sociais, no limiar da modernidade elas já não gozam mais da autonomia de outrora e precisam ser revitalizadas por um novo paradigma. A filosofia por ser considerada uma disciplina investigativa de questões-chave da humanidade teve por muito tempo a legitimidade para atravessar os compartimentos das outras disciplinas, sem precisar prestar contas necessariamente a nenhuma delas. No entanto, diante da instrumentalização do conhecimento pelo mercado, o ofício do filósofo, segundo Theodor Adorno,

“foi relegado ao menosprezo intelectual, ao arbítrio sentencioso e, finalmente, ao esquecimento. (...) Aquilo que outrora o filósofo entendia por vida, reduzido à esfera privada e depois só à do consumo, vê-se arrastado, sem autonomia e sem substância própria, como apêndice do processo de produção material” (ADORNO, 2008, p 9).

Vítima do mesmo processo, as ciências sociais também estariam em vias de sucumbirem ao positivismo industrial, fadadas a pesquisas de mercado, projetos eleitorais, a serviço da dominação hegemônica. Acreditamos, no entanto que tais abordagens não perderam totalmente suas perspectivas originais, sendo ainda exercidas por diversos pensadores e intelectuais que à duras penas mantêm-se em constante luta contra a correnteza fria da ciência mercantilizada.

2.2. AUTONOMIA RELATIVA. Sobre alguns limites ao conceito de emancipação

Entendendo ceticismo e dogmatismo como dois extremos de um campo onde oscilamos constantemente de um lado a outro, percebemos que há uma força que nos empurra constantemente para o extremo mais conservador, aquele que fornece as respostas prontas. Se de um lado, o ceticismo absoluto seria impossível pela ameaça estarecedora da imobilidade eterna, repleta de perguntas sem respostas sobre detalhes infinitos, de outro parece até plausível que gradualmente se possa abdicar da dúvida e seguir preceitos e receitas de vida que em muitos casos chegam a prescrever detalhes mínimos de atitudes triviais do cotidiano⁹. E tal aproximação não acontece apenas quando nos convertemos a determinados dogmas religiosos. Acontece quando aprendemos a organizar nossos pensamentos a partir da língua e da cultura a que somos incorporados, quando introjetamos os valores cultuados pela sociedade que nos cria, quando somos reprimidos pela família que nos protege, pela escola que nos forma, pela mídia que nos seduz e pelo trabalho que nos aliena. Isso sem falar na sutil ‘ideologia do cotidiano’ conceituada por Mikhail Bakhtin como a forma que “constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência” (BAKHTIN, 2010, p 123). Acontece também em graus variados mesmo quando nos aproximamos voluntariamente de determinados sistemas de pensamento, correntes ideológicas, quando aderimos a determinados grupos sociais, militamos por determinada causa, nos especializamos em determinada área do conhecimento, quando seguimos o pensamento de determinado autor. Temos que convir que quando determinado sistema de pensamento ganha nossa simpatia, somos atraídos a concordar com suas perspectivas de maneira cada vez mais automática, cada vez mais dogmática, aceitando cada vez mais respostas sem perguntas. Sentimos certa segurança se nossas decisões são embasadas por pensamentos alheios, os quais eventualmente podemos responsabilizar por nossas falhas. Daí a afirmação de Roberto Freire e Fausto Brito de que “o máximo de segurança é a escravidão” (FREIRE; BRITO, 1986, p 66).

⁹ Devo a formulação dessa contraposição entre dogmatismo e ceticismo ao Prof. Dr. Silvio Cesar Moral Marques, que a lançou durante sua disciplina Filosofia da Cultura e Educação, ministrada durante o primeiro semestre de 2013 como disciplina Optativa ao PPGEd da UFSCar Sorocaba. A proposição recebeu ainda valiosas contribuições do Prof. Dr. Hylío Fernandes que, durante a banca de qualificação em que apresentei uma primeira versão da presente dissertação, sugeriu deixarmos de lado a linearidade da imagem inicialmente proposta. Devido às concepções do pensamento complexo utilizadas por toda a dissertação, aceitamos a sugestão e procuramos substituir a linearidade inicial por um espectro com campos opostos.

Portanto, outra dificuldade que se apresenta com essa opção é aquela que surge diante do indivíduo que se propõe o pensamento emancipado, independente. Posto que a emancipação do indivíduo permeie os objetivos dos movimentos sociais analisados no presente contexto - perspectiva com a qual assumo, no meu atual entendimento, completa aderência, relativizando minha própria autonomia -, nada mais coerente do que lançar-me a tal empreitada o mais próximo possível daquilo que a proposição narrativa aqui contida identifica e recomenda, desde que escancaradamente assumido. Entretanto, entendemos que a independência do pensar e ceticismo lógico seja algo a que devemos incessantemente buscar, mesmo sendo tarefa impossível em sua totalidade, por que nos afasta de seu oposto, o dogmatismo cego. Assumimos nossa condição oscilante entre esses dois extremos, perseguindo incansavelmente as formulações mais autônomas, mesmo que frágeis, e assumindo nossas convicções e adesões ideológicas, mesmo que efêmeras. Apesar de constituir um preceito básico da ciência, tal atitude nos trará diversos contratempos em uma pesquisa acadêmica, por não nos filiar aos paradigmas estabelecidos nem seguirmos o pensamento de autores consagrados, tendo por vezes sentido a falta de um mapa que nos auxiliasse a sair das encruzilhadas que nos metemos. A certeza de que estaríamos nos traindo caso tomássemos atalhos por entre caminhos que não comungamos nos impulsionou a seguir adiante. Acreditamos que essa liberdade que reivindicamos nos permite ademais, a algo um tanto desaconselhado em nosso meio, o uso de conceitos e trechos do pensamento de autores diversos, que nem sempre concordariam com a nova formulação proposta. Na academia ouvimos regularmente conselhos relativos a não apoiarmos nossa construção argumentativa em autores cujas correntes em que estão inseridos sejam discordantes. No entanto, a construção argumentativa e teórica deste trabalho não se restringirá às conclusões em que chegaram os autores aqui citados. Não concordamos completamente – dogmaticamente – com nenhum deles, por isso não os endossamos cegamente, nem os rechaçamos presunçosamente. Assim, não tivemos a preocupação de nos manter fiel às etapas de construção de nenhuma lógica, obra, corrente ou dogma. Se os citamos é porque fazemos questão de, sempre que possível, indicar os créditos dos fragmentos que nos permitiram a compreensão ora formulada. Ao mesmo tempo, não abdicamos da liberdade e oportunidade de aprender e nos inspirar com legados formulados pelas mais diversas perspectivas, ainda que concorrentes.

Aqui convém destacarmos a problemática do que podemos chamar de liberdade subjetiva. Enquanto alguns constroem uma concepção de mundo própria, a partir de suas

experiências, outros muitos são guiados pela concepção de mundo e filosofia que lhes foram transmitidas, na maioria das vezes de maneira subjetiva, contribuindo para a sensação de autonomia, por mais alienado e subjugado que seja o sujeito.

“Embora seja impossível do ponto de vista filosófico encontrar alguma alternativa para a determinação, na prática agimos como se os homens fossem livres. Godwin admite que “jamais conseguiremos despojar-nos de nossas ilusões sobre a liberdade das ações humanas” (WOODCOCK, 2007, p 79).

Algumas filosofias são embutidas nas pessoas metodicamente, naturalizando a dominação e difundindo a concepção de mundo hegemonicamente manipulada. É aquela dimensão que Milton Santos chama de “o mundo como fábula”. Esmiuçando essa percepção da manutenção da dominação pela ideologia construída subjetivamente na população dominada, Gramsci desenvolve sua concepção de hegemonia cultural. O autor ilustra muito bem o conceito ao propor uma atualização do argumento principal do *Príncipe* de Maquiavel para a modernidade, em que o uso indiscriminado da violência e da força repressora do Estado é substituído, ao menos em parte, por processos mais sutis:

“Se todo Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos” (GRAMSCI, 2007a, p 28).

Como não fazer um paralelo com Paulo Freire, quando ao por em prática sua proposta política de emancipação do sujeito, identifica no oprimido as consequências latentes desse processo hegemônico, justamente o foco em que deve ser concentrada a luta pela libertação ideológica do indivíduo:

“(…) em certo momento de sua experiência existencial, os oprimidos assumem uma postura que chamamos de ‘aderência’ ao opressor. (...) A sua aderência ao opressor não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida” (FREIRE, 2005, p 35-36).

Permitam-me uma digressão um tanto maior, indo buscar na antiguidade clássica algumas pistas que nos auxiliarão a compreender a construção ideológica do conhecimento posta em marcha pelos processos hegemônicos.

Ao que hoje chamamos de conhecimento científico, chamavam os antigos de *episteme*, quando se referiam ao conhecimento resultante da abstração teórica, da racionalidade. Já aquele conhecimento fruto da experiência vivida, da *sofia*, por meio da qual intuímos o sentido amplo sobre os fundamentos gerais da vida chamavam de *gnose*. E o terceiro, o *eidos*, era aquele conhecimento também fruto da experiência, mas que produz uma descrição do objeto feita pelos sentidos, identificando suas particularidades e identidades¹⁰.

Se trouxermos tal esquematização para o contexto atual, poderíamos aplicá-la para evidenciar como se manifestam os processos hegemônicos, sob o ponto de vista da indústria cultural em nossa sociedade de consumo. A indústria cultural desenvolve *epistemologicamente* (abstratamente) conhecimentos estratégicos para gerar produtos que, a partir de simulações de *eidos* (experiência), descrições fantasiosas que simulam a experiência verdadeira, forjem simulacros *gnosiológicos* (intuitivos) nos consumidores, embutindo-lhes ideologias externas que se lhes pareçam naturalmente suas. Isso, que poderíamos chamar de *hegemonia epistemológica*, deve ser combatida com a promoção de seu caminho inverso. Uma prática pedagógica que estimule o sujeito a partir de sua própria concepção de mundo intuitiva, fruto de sua experiência real, de seu conhecimento gnosiológico, exercite sua racionalidade com descrições de suas experiências sensoriais (*eidos*) e o capacite com os instrumentos necessários para então desenvolver uma epistemologia (conhecimento científico) enraizada em sua própria experiência. Ora, a *práxis* ativista da emancipação do sujeito, proposta pelo Anarquismo, presente na obra de Paulo Freire e em toda luta dos novos movimentos sociais, exerce a função de proporcionar aos indivíduos sua emancipação a partir da prática da luta política contra as opressões que lhes pesam de maneira mais direta. Justamente a inversão mencionada acima e que configura, aos nossos olhos, a atual luta contra hegemônica.

¹⁰ Devo esta dica e a explicação que segue sobre os três tipos de conhecimento na Grécia antiga ao Prof. Dr. Marcos Francisco Martins, que sobre este e outros assuntos tão bem discorreu durante a disciplina “Pesquisa em Educação: Aspectos Teóricos, Metodológicos e Práticos”, ministrada durante o 1º semestre de 2012.

Na antiguidade clássica também podemos encontrar antecedentes da supracitada *práxis* marxista. Tanto Platão como Aristóteles partem do mesmo princípio de que todas as ações e atividades dos cidadãos devem ter como fim o bem da polis.

Notemos que o fato de discordarem e desenvolverem teorias completamente diferentes não os impedem de partirem do mesmo princípio e almejem o mesmo fim. A discordância, então, por mais complexa que sejam suas implicações, tem a ver com os meios escolhidos para atingir os fins estabelecidos. Max Weber, argumentando *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, desenvolve uma passagem bastante elucidativa:

“(…) proporcionamos ao sujeito atuante a possibilidade de confrontar as conseqüências desejadas e não desejadas da sua atuação, e de responder à pergunta: quanto custa a consecução do fim proposto no que se refere ao sacrifício previsível de outros valores? Dado que na imensa maioria dos casos, todo o fim proposto “custa” ou pelo menos pode custar algo, ninguém, por pouco que proceda com uma consciência responsável, poderá deixar de pôr em confronto o fim a alcançar e as conseqüências da sua atuação. Possibilitar este confronto é uma das funções essenciais da crítica técnica. (...) Contudo levar tais confrontos até uma decisão já não constitui realmente uma tarefa possível para a ciência, mas antes para a pessoa dotada de vontade. Esta confronta e escolhe os valores em causa segundo a sua própria consciência e a sua própria concepção de mundo. Por certo que a ciência pode ajudá-la a perceber que qualquer ato e também, segundo as circunstâncias, a ausência de um ato, significam, pelas suas conseqüências, tomar o partido de determinados valores” (WEBER, 1979, p 16).

Em contraste, segundo a teoria de Marx sobre a alienação do trabalhador na modernidade, o sistema capitalista distancia o operário do produto de seu trabalho, em um processo que dilui cada vez mais os fins projetados em objetivos imediatos, acorrentando-os aos meios que supostamente garantiriam sua subsistência.

“Carece inteiramente de sentido, porém, conceber a relação entre vida e produção como se a primeira fosse mera aparência efêmera da segunda. Inverte-se nisso meio e fim. Ainda persiste na vida algo do pressentimento desse quiproquó insensato. O ser amesquinhado e degradado rebela-se tenazmente contra sua conversão em fachada. A própria mudança das relações de produção depende em grande medida daquilo que ocorre na ‘esfera do consumo’, mera forma de reflexão da produção e caricatura da vida verdadeira: no consciente e no inconsciente dos indivíduos” (ADORNO, 2008, p 9).

A comunicação arraigada na publicidade, que mantém lubrificada as engrenagens do consumismo, agrava tal alienação ao extremo, ao impulsionar os indivíduos de hoje a se reconhecerem muito mais como consumidores do que como cidadãos, onde a liberdade se restringe às alternativas ofertadas nas prateleiras dos supermercados.

“Queremos pensar qual é o significado da imposição de uma estética de ação na mídia em uma época que considera encerrada a fase heróica dos movimentos políticos. Aonde conduz o enclausuramento no presente e na cultura da estréia quando coexiste com a reanimação de certas tradições pré-modernas? Qual é a função das indústrias culturais que se ocupam não apenas em homogeneizar as diferenças mas também em trabalhar simplificadaamente com elas, enquanto as comunicações eletrônicas, as migrações e a globalização dos mercados complicam mais do que em qualquer outro tempo a coexistência entre os povos? São suficientes estas perguntas para perceber que as conexões múltiplas entre consumo e cidadania não são nada mecânicas nem facilmente redutíveis à coerência dos paradigmas econômicos ou da sociologia política” (CANCLINI, 2008, p 50).

Vale lembrar que a teoria anarquista é aquela que defende em todos os aspectos a coerência do processo de emancipação humana, onde os fins são tão importantes quanto os meios que se pretende atingir. Assim, faz tão pouco sentido uma ditadura política como meio de se alcançar a liberdade, quanto uma guerra para se alcançar a paz.

2.3. CATEGORIAS POSSÍVEIS. Reflexões sobre o protagonismo da revolução.

Arrisco-me agora a esboçar quatro categorias que poderiam aprimorar nossa compreensão sobre as lutas sociais nas sociedades contemporâneas de transição paradigmática: *os opressores, os mercenários, os oprimidos e os ativistas*. Essa categorização pretende ampliar a dicotomia usualmente característica das teorias sociais, notadamente o marxismo ortodoxo, que costumam dividir os atores sociais em apenas dois grupos oponentes, como burgueses e proletariado, reservando o protagonismo da revolução quase que exclusivamente ao segundo grupo. Outras perspectivas sociais, inclusive algumas linhas marxistas heterodóxicas, buscaram ampliar tal escopo, mas invariavelmente mantiveram a dicotomia original, dividindo a sociedade em categorias como, opressores e oprimidos, dominantes e dominados, reacionários e revolucionários. Com o intuito de seguirmos a argumentação elaborada na presente dissertação, propomos a revisão dessas categorias, ampliando suas possibilidades de maneira mais flexível e fluída. Devo destacar,

entretanto, que tal proposta não será encontrada na realidade de maneira pura, justamente pela flexibilidade e fluidez que reconhecemos inerente as sociedades reais e as incoerências e inconstâncias que cada um de nós apresentamos durante nossa existência. Trata-se de uma abstração teórica construída a fim de elucidar intelectualmente algumas questões, assumindo que na prática, os seres humanos oscilam entre qualquer categorização, apresentando no máximo algumas tendências mais fortes, mas que podem chegar a transitar por atitudes que os enquadrariam em um mesmo dia em mais de uma das categorias propostas. Concordamos com Max Weber e consideramos que mesmo com tais limitações, em determinadas circunstâncias as categorizações são válidas e potencialmente úteis para compreendermos as organizações valorativas a que todos estamos sujeitos em nossas interações sociais¹¹.

Assim, na categorização proposta, ficariam no grupo dos *opressores* apenas os que se utilizam ativamente do poder em suas variadas formas para exercer o controle sistêmico manipulando a arquitetura da dominação. São as elites dominantes, os grandes capitalistas detentores dos meios de produção, os especuladores do mercado financeiro, os grandes ruralistas, os magnatas das diversas indústrias como a da energia, das comunicações, da tecnologia, das grandes multinacionais. São os que detêm o poder político e econômico, cujo fim de suas ações é a manutenção de seu poder e privilégios. Manuel Castells os divide ainda em dois grupos:

“Dessa forma, quem detém o poder na sociedade em rede? Os programadores com capacidade de elaborar cada uma das principais redes de que dependem a vida das pessoas (governo, parlamento, estabelecimento militar e de segurança, finanças, mídia, instituições de ciência e tecnologia, etc.). E os comutadores que operam as conexões entre diferentes redes (barões da mídia introduzidos na classe política, elites financeiras que bancam elites políticas, elites políticas que se socorrem de instituições financeiras, empresas de mídia interligadas a empresas financeiras, instituições acadêmicas financiadas por grandes empresas, etc.)” (CASTELLS, 2013, p 13).

Logo abaixo desse grupo, os *mercenários* do sistema seriam os que ajudam a manter a engrenagem funcionando a partir de sua aderência à ideologia dominante, os que exercem a função de soldados da ordem e usufruem de certos privilégios. Os que apesar de não participarem das instâncias decisórias aceitam as desigualdades e fazem vistas grossas

¹¹ Max Weber em *Ciência como Vocação* (1993) trata de tais temas com bastante lucidez.

às atrocidades que colaboram a perpetrar e vendem suas almas para satisfazer desejos individualistas e egoístas¹². São os médios e pequenos capitalistas, especuladores, oficiais militares, políticos corruptos, administradores da burocracia estatal em sociedades autoritárias, gerentes e dirigentes nas diversas indústrias, publicitários, marqueteiros, profissionais liberais, etc.

Nessa categorização, os *oprimidos* são a grande maioria da população mundial, composta por trabalhadores de todas as áreas, cidadãos e camponeses, governados, súditos, miseráveis, desempregados, imigrantes, apátrias, marginalizados e dominados em geral, que controlados e alienados pelo poder hegemônico não conseguem visualizar fins que não a própria sobrevivência, ou a ilusão do que seria imprescindível à sobrevivência e a de seus mais próximos. Frequentemente atingidos pelo fenômeno que Paulo Freire chama de aderência ao opressor, onde

“A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se ‘formam’. O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição que sempre estiveram e cuja superação não lhes está clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade” (FREIRE, 2005, p 34).

Talvez a maior inovação nesta proposta e motivo maior de seu desenvolvimento seja identificar os que se mobilizam por transformar positivamente a sociedade atual, o que fazemos com a proposta da quarta categoria, que se desprenderia da terceira ao se emancipar da primeira: são os *ativistas, militantes ou atores da mudança social*, que mantêm a busca pelo bem comum como essência fundamental de sua práxis, constituindo o contrapoder, a luta contra-hegemonica.

“Fazer política revolucionária é algo que se dá em todas as áreas da vida: no acasalamento, no trabalho, na família etc. Fazer política libertária significa basicamente destruir o conteúdo autoritário incorporado em todas as relações sociais. Então, a vida será, na sua essência, uma vida de militância” (FREIRE; BRITO, 1986, p. 51).

¹² Hannah Arendt, em sua análise sobre o julgamento de Eichman, identifica neste alto comandante do III Reich apenas um executor de ordens, alguém que deixou de lado a possibilidade do questionamento ético a fim de exercer com a maior perfeição possível as funções que lhe foram atribuídas pela burocracia da organização hierárquica do poder. A filósofa judia identifica então o que seria uma das maiores ameaças do século XX: a banalidade do mal (ARENDR, 1999). Considero caber plenamente na categoria aqui proposta esses burocratas do alto escalão que abdicam de questionamentos éticos, por mais forte que a palavra mercenário possa parecer.

São os indivíduos que compõem os movimentos sociais, mas não só. Os que empreendem a luta utópica contra a opressão, em movimentos e revoluções de diferentes nomes, porém semelhantes na busca por justiça, contra a fome e a escravidão, contra todas as formas de dominação e contra todos os regimes políticos autoritários que se impõem à imensa maioria da humanidade. Deveríamos apreender os meios para intervir no mundo e a escolha de uma profissão poderia estar vinculada às aspirações pessoais no panorama das necessidades da humanidade e do Planeta

“Os atores da mudança social são capazes de exercer influencia decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas e aos processos do poder na sociedade em rede” (CASTELLS, 2013, p 14).

Em 2011, uma frase surgida em cartazes do movimento *occupy Wall Street* se multiplicou rapidamente por movimentos do mundo todo: “Somos 99%”¹³. A afirmativa indica que os que ocuparam as praças o fizeram em nome de toda a população mundial, enquanto os dirigentes mundiais que governam a economia planetária a partir de interesses privados somariam menos de 1% de toda a humanidade. Na mesma época foi publicado um estudo que indica que aproximadamente 800 instituições privadas, comandadas por apenas 80 pessoas constituem o grupo dos que tomam as principais decisões globais implementadas para gerir os rumos do planeta¹⁴.

Acontece que no lugar da cifra reivindicada, os que se engajam em ações reais pela transformação do *status quo*, apesar de atuarem em prol da imensa maioria, não somariam mais que outros 1% da humanidade. Essa indicação é de Chico Whitaker, que continua:

“Em segundo lugar, e este é o nosso problema: nós estamos na verdade (no processo FSM e nas lutas Occupy) ainda falando apenas entre nós. Ou seja, estamos falando entre pessoas já convencidas de nossas próprias mensagens.

¹³ Segundo a página do perfil de David Graeber na Wikipédia, a edição de novembro de 2011 da revista Rolling Stones atribui ao antropólogo anarquista a criação da referida frase.
<http://en.wikipedia.org/wiki/David_Graeber>

¹⁴ Dados da pesquisa divulgada em 2011 do ETH (Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica). Segundo Ladslau Dowbor, em um artigo que comenta os resultados desta pesquisa, “Os dados não só confirmam como agravam as afirmações dos movimentos de protesto que se referem ao 1% que brinca com os recursos dos outros 99%. (DOWBOR, 2012).

“Este raciocínio leva-me a dizer que precisamos mudar nossa estratégia. Precisamos voltar-nos para os 98% (se aqueles que controlam o mundo são realmente 1% e nós chegamos a ser 1%). Digo isto pensando em nossos fóruns sociais (naturalmente o norte-americano e outros em outros lugares), mas também nos movimentos "occupy" e "indignados" (WHITAKER, 2012b).

Há a possibilidade, no entanto que essa proporção seja maior, mas ainda seria cedo para mensurar já que é recente a onda de protestos e ocupações de espaços públicos e ainda mais incipiente a rede em torno dos diversos fóruns que começam a surgir no início deste século como um tipo de espaço público criado para a expansão e articulação das lutas e perspectivas diversas e heterogêneas da sociedade civil.

“Os fóruns são instâncias de coordenação da ação e de agregação de interesses de organizações da sociedade civil agrupadas por afinidades temáticas ou, de modo mais preciso, funcionam como espaços de encontro e coordenação periódica que permitem adensar agendas e pautar a atuação dos atores que neles participam” (LAVALLE, 2008, p 78).

Agora precisamos destacar um ponto que revela uma contradição que a primeira vista poderia se tornar bastante problemática na perspectiva proposta. Aliás, essa contradição acompanha toda a retomada dos preceitos e valores anarquistas, que são muitas vezes conjugados e apropriados por aqueles que advogam o neoliberalismo, ou seja, que buscam a retirada do Estado na regulação dos mercados. Dos milhares de ativistas anônimos que implementam mudanças na sociedade a partir de suas realidades mais concretas, a mídia tradicional tem especial apreço por aqueles que tornam suas ações “empreendimentos sociais”, enquadrando-os no sistema capitalista e corroborando para solidificar a naturalização dos processos históricos com o argumento de que os problemas sociais são pontuais, residuais, e não estruturais, e que podem ser revertidos pelo espírito individualista, competitivo e empreendedor. Essa é uma das estratégias mais recorrentes em defesa do sistema capitalista, onde todos os problemas seriam pontuais, colaterais, passíveis de ajustes, nunca colocando em questão a estrutura do sistema em si. E o sistema segue intacto. Acontece que no mundo há muito mais injustiça perpetrada pela naturalização desse sistema do que poderiam sanar tais heróis solitários, deixando de lado o fato de que toda a realidade é construída historicamente e por isso, poderia ser construída de maneira diferente. A partir de um breve panorama histórico podemos vislumbrar como os acontecimentos vão moldando nossa percepção de mundo e como o sistema social vai

solidificando tais visões para que, apesar da mudança, não percamos a sensação de que “sempre foi assim” e que qualquer processo de transformação estaria inevitavelmente fadado ao fracasso. Na década de 1930, dos cárceres do fascismo italiano, Gramsci cunhou o já citado conceito de *hegemonia cultural*, para identificar o sistema relativamente sutil de dominação que impõe aos oprimidos uma visão de mundo a partir de diversos aparatos de estímulos à padronização, à alienação e à sensação da imutabilidade do sistema, o legitimando como natural. Para que a mudança ocorra precisamos primeiro nos libertar, nos emancipar, e o caminho é questionar nossa percepção do mundo, nossos valores, crenças, hábitos e costumes.

Hannah Arendt destaca que Aristóteles, em sua afirmação de que *o homem é um ser político*, estaria se referindo ao caráter público do viver o mundo, do homem em sua comunidade, sendo política toda relação entre os indivíduos da comunidade. Para Arendt, o centro da política é a preocupação com o mundo, e a essência da vocação política, o amor ao mundo. Todo agir público é político. (ARENDR, 2003) Em nossa percepção, tal é a necessidade em destacar a quarta categoria apresentada como sendo os que vivenciam esse amor ao mundo, e que nesse sentido desenvolvem suas ações.

Tal perspectiva de responsabilidade social e conexão comunitária é comum a praticamente todas as sociedades que não foram dominadas pela hegemonia da cultura ocidental de matriz judaico-cristã. Da China antiga aos autóctones americanos, passando pelas tribos africanas e aborígenes australianos a colaboração e comunhão social é talvez o elo mais forte das estruturas societárias.

O conceito do taoísmo chinês “*wu wei*” (literalmente não agir) trata de “não impor o ego na ação” e não em simplesmente negar passivamente a ação. *Wu wei* é um conceito integrante da busca espiritual de harmonia com o Tao, o universo. Trata de não impor o ego contra o curso, que representa o próprio Tao, mas possibilitar que esse curso seja ato em mim. Ou seja, eu atuo não a partir de minha pulsão individualista, mas a partir da necessidade universal. Assim, o que a primeira vista poderia parecer uma doutrina conservadora, e que normalmente é assim interpretada no processo de tradução a partir da ideologia ocidental, pode ser a manifestação de um ato revolucionário, se entendermos este

ato como a busca por restituir ao curso normal as águas do caminhar humano represadas artificialmente pelo sistema opressor¹⁵.

Gostaria ainda de destacar algumas implicações que a quarta categoria traz à tona, como a que tange o papel dos intelectuais, muitas vezes vistos como uma categoria em si mesma. Na presente abordagem, os intelectuais teriam que se posicionar ideologicamente, sob pena de o conhecimento por eles gerado servir aos interesses dos que se situam na primeira categoria, os opressores, re-posicionando tais intelectuais entre os mercenários, mesmo que não o percebam. Segundo Florestan Fernandes, “*Não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados*” (FERNANDES, 1995). Com o conceito do *intelectual engajado*, Gramsci já aponta para essa necessidade, indicando que os trabalhadores intelectualizados deveriam “capturar” à sua causa os intelectuais teóricos (GRAMSCI, 2006b).

A categoria dos ativistas implica ainda em algo fundamental para o campo da luta social: a questão do *protagonismo da revolução*, papel que diversas correntes atribuem ao proletariado, que vem sendo alargado pelas releituras marxistas heterodóxicas à classe trabalhadora em geral, mas que ainda carrega restrições ao se tentar aplicá-la à complexidade do mundo atual. Os anarquistas, por outro lado, já apontavam esse problema na hierarquização da classe revolucionária implicada pelo marxismo e historicamente defenderam a revolução sem protagonistas, levada a cabo por toda a sociedade oprimida e nutrida por toda sua diversidade. Ambas as correntes, no entanto, concordam que o sistema capitalista produz um envolvente véu que deturpa as percepções dos oprimidos e que então, antes de qualquer coisa, para que se libertem socialmente é preciso que se emancipem intelectualmente. Os novos movimentos sociais, de acordo com Melucci (2001) e Touraine (1989) apontam justamente para essa direção, com os movimentos sociais assumindo o protagonismo da luta revolucionária, capazes de gerar um conflito estrutural independente dos agentes. Tais concepções vão de encontro à pedagogia da libertação de Paulo Freire, onde a emancipação do indivíduo é intrínseca a qualquer processo de transformação social. Assim como Freire, acreditamos que a emancipação do sujeito é muito mais importante que a agenda revolucionária, que corre sempre o risco de nova submissão à vanguarda intelectual (FREIRE, 2009). Esta perspectiva está no âmago

¹⁵ A partir do artigo de Antonio José Bezerra de Menezes Jr. “A ação da não-ação”, Em Revista Cult 171, ano 15, agosto de 2012, pp 44-5

da educação libertária, e trata da luta social pela emancipação dos oprimidos, ampliando assim a quarta categoria, multiplicando os que exercem o amor pelo mundo.

2.4. SOCIALISMO LIBERTÁRIO E MARXISMO. Algumas aproximações.

Outra perspectiva que nossa análise não pode se omitir é a teoria crítica histórico-dialética, aqui destacada sua defesa pela validação do conhecimento prático. Consoante com a função que Boaventura de Sousa Santos reivindica para sua *teoria da tradução*, que “sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias”, o conhecimento gerado só será válido se puder ser utilizado para interagir com o mundo, transformando-o rumo à superação das atrocidades e do sistema opressor em que vivemos. Mas a práxis já era reivindicada por correntes anteriores como nas propostas de anarquistas como Proudhon (2011), Kropotkin (2007) e Malatesta (2009).

A teoria crítica vai de encontro também à perspectiva que buscará iluminar a complexidade da atuação da sociedade civil engajada nos dias correntes a partir da construção de um panorama histórico, investigando o contexto em que nosso tema vem se manifestando ao longo do tempo. No entanto, nossa construção pretende-se crítica no sentido que Boaventura de Sousa Santos propõe, onde a própria teoria crítica é reavaliada e nada é tido como inquestionável. E dialética no sentido destacado por Žižek em sua visão *paraláctica*, que se manifesta enquanto acompanhamos – e de certa forma comemoramos – a evolução e as dinâmicas das esquerdas e da luta contra a dominação, e concomitantemente reconhecemos – com muita apreensão – que corre paralelo o recrudescimento do sistema opressor.

Mas a perspectiva crítica que mais nos aproximamos é a anarquista, até porque se trata de uma proposta que pode ser entendida contemporaneamente como uma grande ode à diversidade de ideias autônomas e em seu conjunto busca garantir o direito à livre manifestação dos indivíduos, sempre em relação dialética complementar com a comunidade, algo dinâmico constantemente em renovação, mas em uma espécie de equilíbrio oscilante em movimento, como propõe o conceito de “equilíbrio” de Proudhon (BOUGLÉ, 2014).

Vejam que a crítica que aqui se faz ao marxismo é direcionada a determinados conceitos desenvolvidos por algumas correntes, principalmente as ortodoxas, e de maneira

nenhuma pretende-se minimizar sua importância histórica para a dinâmica da luta social, tampouco invalidar suas propostas para aplicação real. A filosofia marxista e todas as correntes que a partir dela se desenvolveram foi – e continuam sendo – fundamentais para a manutenção da esperança por um outro mundo possível. O marxismo mostra-se como a principal ferramenta para entendermos o cerne da lógica do sistema que no período moderno empurrou o desenvolvimento do mundo ocidental até os seus limites. No entanto, acreditamos que a crítica da teoria crítica, conforme proposta por Boaventura de Sousa Santos e o paradigma da complexidade formulado por Edgar Morin nos auxiliarão a seguir adiante e compreender criticamente como importantes potenciais foram anulados no desenvolvimento da modernidade. O sociólogo português destaca diversas dificuldades que apontam para uma crise do marxismo, entre elas a dificuldade crucial de ter o marxismo considerado o capitalismo como etapa componente do progresso e desenvolvimento da humanidade, assumindo inclusive o colonialismo como parte desse processo.

“A outra consequência foi tornar invisíveis, esconder, outras formas de opressão, de discriminação e de exclusão que, para nós, hoje são muito importantes: o racismo, o sexismo, as castas, etc. Outra consequência problemática é que o marxismo, de alguma maneira, compartilha o ideal da unidade do saber, da universalidade do saber científico e de sua primazia. Se propomos hoje a necessidade de uma ecologia dos saberes, estamos falando de algo distinto. Finalmente, toda a teoria crítica tem sido bastante monocultural, e hoje estamos cada dia mais conscientes da realidade intercultural de nosso tempo. Por essa razão, chegamos à conclusão de que, provavelmente, a razão que critica não pode ser a mesma que pensa, constrói e legitima o que é criticável” (SANTOS, 2007, p 52).

No entanto, acreditamos que a *emancipação do sujeito* seja de fato o fim da teoria marxista e que o caminho proposto pelo conceito de *consciência de classe* continua bastante promissor, principalmente se pudermos alargar o que se entende por classe, ou a que se refere tal consciência. Voltaremos a isso. Por ora, gostaria de chamar atenção novamente para o fato de que a partir de uma perspectiva genuinamente complexa, onde o *relativismo cético* é levado às suas consequências mais humanitárias, não podemos descartar nenhuma perspectiva, visto que, desde que plausível, ninguém tem autoridade suficiente para desacreditá-la. Ademais, acreditamos que é na diversidade e multiplicidade de alternativas que reside a força dos movimentos sociais da contemporaneidade. Não só o respeito à diferença, mas a crença no valor e potencialidade do sistema complexo. Tanto

um bioma será muito mais rico e resistente às intempéries quanto maior a biodiversidade nele contida, quanto uma sociedade será muito mais plena a partir da livre manifestação de todas as suas diversidades. Nessa linha Boaventura de Souza Santos desenvolve seu conceito da “ecologia dos saberes”, que valoriza os saberes populares e a diversidade do pensamento complexo. Assim, acreditamos que tanto marxistas quanto anarquistas têm muito ainda a contribuir para a superação das mazelas sociais e a construção de uma civilização socialmente justa e ambientalmente sustentável. Mais adiante, veremos como Michael Lowy atualiza o pensamento marxista para o que nomeia muito apropriadamente de ecossocialismo, em um movimento que o aproxima tanto do movimento ecológico, como do anarquista (LOWY, 2005).

Entretanto, não nos parece bastar defender o Anarquismo como a paradigmática solução de união na diversidade dos movimentos sociais na contemporaneidade. Temos que identificar o socialismo libertário como a reestruturação evolutiva e necessária do próprio socialismo do século XXI¹⁶.

E apesar de todas as ressalvas, não podemos nos esquivar de mencionar a principal clivagem entre as duas principais vertentes da esquerda mundial. Trata-se da *disputa sobre os meios* que tanto vem afastando os que almejam o mesmo fim revolucionário. Desde o histórico desentendimento entre Marx e Bakunin na I Internacional Comunista de 1872¹⁷ - que acabou consolidando duas correntes bastante conflitantes dentro da esquerda, o anarquismo e o marxismo, que geraram cada uma tantas outras facções, dogmas e escolas - o que os separa, com toda a complexidade das implicações que as seguem, são os meios. Vale notar que mesmo divergindo cabalmente de conceitos fundamentais - como a necessidade defendida pelos marxistas, mas inaceitável aos anarquistas, de um período conhecido como a ditadura do proletariado, em que o Estado seria mantido

¹⁶ Ver panorama apresentado por Marco Aurélio Garcia em Agenda para o Socialismo no século XXI em GARCIA, M. A.; GUIMARÃES, J; POMAR V. *Socialismo no século XXI*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

¹⁷ Em 1872 Bakunin foi expulso da Primeira Internacional Socialista, onde divergira publicamente com Marx sobre diversas questões programáticas, principalmente sobre os caminhos a se chegar na sociedade ideal. “Avaliando a natureza das diferenças que acabaram por distanciar Marx e Bakunin e, em consequência, por implodir a Primeira Internacional, GDH Cole [COLE, 1964, p 90-131] estabeleceu quatro fatores determinantes para a ruptura entre ambos: as lutas pessoais, a disputa em relação ao autoritarismo e à centralização, o ‘apoliticismo’ e a controvertida função do Estado como instrumento de poder operário. Não seria a audácia, entretanto, agregar outro elemento, capital por suas múltiplas e decisivas implicações, que permeia a obra de Marx e que Bakunin rejeitou com firmeza e sem vacilações: o cientificismo derivado de um evolucionismo progressista, que Marx sempre alimentou e que finalmente levou-o à elaboração de uma crítica do capital, acorrentada às próprias categorias constitutivas do capitalismo, isto é, a racionalidade econômica e a expansão material ilimitada.” Trecho da introdução de Michel Suarez ao livro “Diálogos imaginários entre Marx e Bakunin”, de Maurice Cranston (CRANSTON, 2011).

provisoriamente para ajustar a nova sociedade comunista -, há diversas similaridades nesses meios, por exemplo, a busca pela construção do conhecimento verdadeiro, a superação das injustiças, além da práxis do fim que acarretará que todo o conhecimento gerado seja a este fim vinculado. Os princípios e os fins continuam então, ao menos para os ativistas, sendo os mesmos que uniam Platão e Aristóteles e que se configuram como a principal característica dos *ativistas* da quarta categoria mencionada acima: a práxis pelo bem comum.

Continuemos então tratando da reconciliação entre as principais correntes dentre as que lutam contra o mesmo inimigo. Maximilien Rubel é autor de uma importante iniciativa em que aproxima suas origens com relação a seus destinos. A tese de Rubel é construída em torno da constatação de que para Marx, o futuro da sociedade pós-revolucionária é anarquista. De acordo com o teórico do socialismo, após a revolução, a ditadura do proletariado que seguiria duraria apenas o necessário para se estabelecer o comunismo e então o Estado seria dissolvido e não haveria mais classes. E Rubel vai além, atribuindo um lugar eminente à Marx entre as contribuições a uma teoria do anarquismo:

“Sob a palavra ‘comunismo’ Marx desenvolveu uma teoria da anarquia, ou melhor, ele foi, na realidade, o primeiro a construir as bases racionais da utopia anarquista e a definir um projeto para sua realização” (RUBEL, 1983, p 15).

A aproximação ensaiada por Rubel poderia servir de inspiração para que anarquistas e marxistas aceitassem suas diferenças e passassem a interagir mais, construindo em comum acordo o novo paradigma ao mesmo tempo em que já exercessem no presente, em suas relações atuais, o que guardavam para suas utopias. Articular juntos algumas ações, compartilhar experiências e trocas não significa sucumbir à visão do outro, mas permitir que juntos construam algo novo. Não é necessário restituir a amizade entre Marx e Bakunin, mas deixar de lado as históricas desavenças pela nobilíssima causa que sempre lhes fora comum e que continua sendo partilhada. Respeitando cada um suas alternativas estratégicas, sem pretender mudar a visão do outro para que comungue com a sua, a transformação da sociedade estaria muito mais perto de se concretizar.

“E também sempre tendo em mente que, como anarquistas, representamos um setor específico do povo, tanto como outros setores políticos também representam um setor e tendências no seio do povo.

Sustentar que os anarquistas são o único setor legitimamente representante do povo é sinônimo de elitismo, e uma opinião que não deixa nada a desejar à teoria leninista do partido único¹⁸ (DANTON, 2007, p 4).

“Entretanto, se somos anarquistas, os inimigos de todo senhor, também somos comunistas internacionais, pois compreendemos que a vida é impossível sem agrupamento social.

“Isolados nada podemos, enquanto que, pela união íntima, podemos transformar o mundo” (RECLUS, 2011, p 45).

John Holloway, autor de “Mudar o mundo sem tomar o poder” (2003), livro que tem a co-autoria do Subcomandante Marcos, do movimento Zapatista, propõe um controverso marxismo autonomista, onde vemos nova aproximação entre as duas correntes socialistas. Em uma fala proferida por Holloway durante a quinta edição do FSM, Moacir Gadotti destaca o seguinte trecho:

“Estamos aqui”, dizia ele, ‘para dizer não, para determinar nossas próprias vidas’. Ele atribuiu ao ‘impulso pela autodeterminação’, a base para mudar o mundo sem tomar o poder, trabalhando nas ‘fissuras’ da dominação capitalista. ‘Como fortalecer esse impulso? Lutando nos ‘interstícios’ do tecido social capitalista’. Isso pode ser feito por todas as pessoas, no seu dia a dia, e não pelas pessoas poderosas. Fazer a revolução não é levar a conscientização às pessoas, mas dar voz à nossa própria rebeldia que está em todas as ‘pessoas comuns’, como dizem os zapatistas. O ‘impulso’ vai contra a representação e, portanto, contra o próprio estado. Ser representado é dizer ‘tome o meu lugar’, ‘fale em meu nome’. O estado é uma forma particular de organização social, uma entre outras, cuja característica básica é o fato de excluir o povo do processo de decisão social. Temos que ter nossa própria forma de autodeterminação. O povo tem a capacidade de organizar a própria sociedade” (GADOTTI, 2007, p 127).

Devemos reconhecer, entretanto, que a militância política configura árdua luta pela qual se costuma dedicar a vida intensamente. Tais práticas exigem inúmeros sacrifícios pessoais e apesar de acumularem muitas vitórias, as derrotas trazem perdas imensuráveis e costumam ser bem mais frequentes. Fosse diferente o mundo já seria outro. O fato é que a

¹⁸ “O Partido Operário Social-Democrata Russo, ou POSDR (Российская Социал-Демократическая Рабочая Партия = РСДРП) foi um partido político socialista russo fundado em 1898 em Minsk de modo a unir as várias organizações revolucionárias em um partido único. O POSDR mais tarde se dividiria nas facções Bolcheviques e Mencheviques, com os primeiros se tornando o Partido Comunista da União Soviética.” Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Oper%C3%A1rio_Social-Democrata_Russo>. Durante o processo revolucionário, no entanto, o POSDR, passa por diversos rachas e fragmentações e após a Revolução persegue violentamente todos os seus dissidentes e opositores. Ver também LENIN, 2004.

ação coletiva direcionada virtuosamente para a transformação do mundo é sempre alvo de perseguição e obriga seus militantes a nadarem constantemente contra a corrente. Assim, não é difícil de perceber quão preciosas se tornam as estratégias formuladas. Poderemos então compreender a dialética que historicamente acompanha essas lutas e que gera rachas e fragmentações aparentemente intransponíveis. De um lado há um constante esforço na busca pela formação de uma frente ampla que fortaleça a luta de todos, já que os fins seriam os mesmos. Mas ao mesmo tempo, cada grupo prontamente se nega abrir mão de suas convicções – construídas a duras penas durante um processo em que, não raro, muitas vidas foram perdidas– e tende a defender sua posição de maneira intransigente, pendendo ao dogmatismo e ao sectarismo.

“A sectarização, em ambos os casos, é reacionária porque, um e outro, apropriando-se do tempo, de cujo saber se sentem igualmente proprietários, terminam sem o povo, uma forma de estar contra ele” (FREIRE, 2005, p 28).

É notório, por exemplo, que a disputa em torno da fragmentação interna do movimento anarquista só o enfraquece, e no final das contas impõem a todos um menor peso à suas ações. No entanto, se quisermos sinceramente buscar uma solução para tais disputas, não devemos insistir em nossas perspectivas embrutecidas, mobilizando esforços de convencimento do outro em busca de uma via única, caminho que normalmente rende o aprofundamento das disputas, pois empurra os movimentos geralmente para o sectarismo apontado por Danton.

Ora, se o conceito chave do Anarquismo é a ausência de governo e tal reivindicação fundamenta-se no fato de que cada indivíduo é uma ilha, reverberando em diferenças tão grandes e mutantes que inviabilizariam qualquer representação, a luta anarquista mais que qualquer outra deveria centrar-se no respeito à diferença e à diversidade.

“A Humanidade é uma só, subordinada à mesma condição, e todos os homens são iguais. Porém, todos os homens são diferentes e, no íntimo de seu coração, cada homem é, na realidade uma ilha. Os anarquistas têm estado especialmente conscientes dessa dualidade entre o homem universal e o homem particular, e muitas de suas reflexões têm sido devotadas à busca de um equilíbrio entre as reivindicações da solidariedade humana geral e as do indivíduo livre. Em especial, eles procuram conciliar ideais internacionalistas a idéia de um mundo sem

fronteiras ou barreiras de raça – com uma insistência ferrenha na autonomia local e na espontaneidade pessoal” (WOODCOCK, 2008, p. 7).

E de fato o é, ao menos em teoria. Mas quando se trata da prática política, muitas vezes a intolerância e o sectarismo tomam a linha de frente afastando os que não pensam radicalmente igual. É claro que esse paradoxo não pode ser simplesmente generalizado, mas penso que todo tipo de autocrítica deva ser constante e que deveria pautar todo movimento anarquista muito mais que os outros. E de fato parece que sempre houve grande esforço neste sentido:

“Francisco de Assis, Catarina de Silena, Teresa d’Ávila e tantos outros entre os fiéis de uma fé que não é a vossa, amaram decerto a humanidade com o amor mais sincero, e devemos contá-los entre aqueles que viviam por um ideal de felicidade universal. E, agora, milhões e milhões de socialistas, de todas as escolas, também lutam por um futuro em que o poder do capital será destruído e os homens poderão enfim dizer “iguais” sem ironia. [...] O objetivo dos anarquistas é-lhes, portanto, comum a muitos homens generosos, pertencentes às religiões, às seitas, aos partidos mais diversos, mas eles distinguem-se claramente pelos meios, assim como seu nome o indica da maneira menos dubitável” (RECLUS, 2011, p. 23).

Élisée Reclus, em seu empolgante artigo *Anarquia pela Educação*, continua suas considerações acerca do alinhamento possível entre os diversos setores e pessoas que almejam sinceramente um mundo justo e “igual”, indicando a educação como um meio para que os indivíduos se libertem da ideia mecanicista de governo.

“É a luta contra todo poder oficial que nos distingue essencialmente. Cada individualidade parece-nos ser o centro do universo e cada uma tem os mesmos direitos a seu desenvolvimento integral, sem a intervenção de um poder que a dirige, repreende ou castiga” (RECLUS, 2011, p. 26).

Hoje notamos que tal *práxis* presente também no equilíbrio lógico do pensamento complexo vem sendo aplicado estrategicamente por diversas organizações da luta social. São movimentos sociais, grupos, coletivos, organizações, instituições, formais ou não, que se associam em redes de interesse comum e buscam atuar de maneira incisiva em todas as frentes possíveis, em cada brecha descoberta, coordenando ações das mais variadas em

busca de um objetivo comum. Podemos citar alguns exemplos ilustrativos dessa postura, aproveitando para seguir com nosso panorama sobre a articulação das lutas sociais contemporâneas. O primeiro, mais localizado, trata da luta de diversas entidades paulistanas contra a execução de uma auto-estrada em uma região de reserva florestal no extremo norte da cidade de São Paulo: o projeto do governo do Estado para o trecho norte do rodovial, que passaria pela Serra da Cantareira, um dos poucos remanescentes da mata atlântica original da região. Diversas ações foram sincronizadas, desde manifestações nas estradas do entorno, passando por campanhas nas redes sociais, ações junto ao Ministério Público, até a confecção de um dossiê com denúncias das irregularidades do projeto encaminhado ao BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento, financiador da obra) e a congressistas dos EUA (principal mantenedor do BID). Apesar de não ter conseguido embargar definitivamente o projeto, a obra foi paralisada e uma CPI foi instaurada para averiguar as irregularidades¹⁹. O segundo exemplo é muito mais amplo e trata do êxito das articulações dos movimentos sociais de todo o continente Americano para impedir a implementação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). A proposta foi lançada pelo presidente dos EUA, durante a Cúpula das Américas, em Miami, em 1994 e logo movimentos sociais e organizações de todo o continente iniciaram articulações em diversas instâncias para impedir o que era tido como a legitimação da dominação dos EUA sobre o continente. Desde pressões sociais direcionadas aos seus governos, passando por estratégias comuns de difusão da informação pelas mídias alternativas, manifestações locais até grandes manifestações em cada encontro oficial que tinha tal tema em pauta. O resultado é que em 2005 o projeto foi engavetado, constituindo um dos maiores êxitos das articulações dos movimentos sociais em rede no âmbito internacional. Em meio a esse processo e se beneficiando da organização que se estabelecia, outro episódio marcou a atuação dos movimentos sociais na política internacional: o processo conhecido como Fórum Social Mundial (FSM), que retomaremos mais adiante.

2.5. INTELIGÊNCIA COLETIVA. Autogestão e cooperação

¹⁹ As ações foram coordenadas pelo PROAM (Instituto de Proteção Ambiental) e pelo CONSEMA/SP (Coletivo das Entidades Ambientistas com cadastro junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA/SP). Infelizmente a situação já foi regularizada pelo governo do Estado que deu sequência às obras já tendo inclusive desmatado parte do Parque Estadual.

Diante do *eclipse da razão moderna*²⁰ e da *crise paradigmática*²¹ a que se chegou ao final do século passado, surge o pensamento complexo e sistêmico, a física quântica e a ecologia profunda, o conhecimento prudente para uma vida decente, entre diversas perspectivas holísticas, místicas e criativas, novas ou revisitadas, que propõem o re-encantamento do mundo e que ganham cada vez mais força neste período de transição paradigmática.

Enquanto a modernidade impunha aos oprimidos a força do pensamento dualista da dominação de uns pelos outros, tendo se firmado como um período machista, autoritário, violento, homofóbico, racista, imperialista entre tantas outras características totalitárias da dominação, o novo período surge com a bandeira da diversidade, da heterogeneidade, do múltiplo, do respeito às diferenças ao mesmo tempo em que se luta pela igualdade de direitos, pelo amor, pela comunicação não violenta, pela justiça social e sustentabilidade ambiental.

"Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades" (SANTOS, 2003, p 56).

Há uma bela inspiração atribuída à Isaac Newton que teria manifestado sua humildade aos interlocutores que o vangloriavam por ter elaborado a teoria gravitacional explicando que sua teoria era apoiada por teorias anteriores, que por sua vez, só puderam ser desenvolvidas pelas que vieram antes e assim sucessivamente: "Se enxerguei mais longe, foi porque me apoiei em ombros de gigantes". Essa questão se manifesta de maneira mais elaborada em autores como Bakhtin, com sua teoria de que as formulações do indivíduo estão submetidas à perspectiva de mundo sedimentadas na cultura que pertence, materializada em sua linguagem, que inclusive fornece todo o ferramentário a ele disponível, repleto de limites e induções, para suas elucubrações mentais (BAKHTIN, 2010). Em Georg Lukács, crítico da concepção renascentista de genialidade - que colocava

²⁰ Horkheimer, *Eclipse da razão* (2002).

²¹ "(...) no limiar do terceiro milênio, estamos provavelmente a assistir ao culminar deste processo. Com o colapso da emancipação na regulação, o paradigma da modernidade deixa de poder renovar-se e entra em crise final. O facto de continuar ainda como paradigma dominante deve-se à inércia histórica. Entre as ruínas que se escondem atrás das fachadas, podem pressentir-se os sinais, por enquanto vagos, da emergência de um novo paradigma. Vivemos pois um tempo de transição paradigmática." (SANTOS, 2011, p 16)

o homem no centro do universo e a genialidade humana no núcleo da discussão sobre as artes -, com seu conceito materialista de homem, relativiza essa noção ocidental de genialidade colocando em destaque fatores externos ao indivíduo como o contexto histórico em que vive, sua herança cultural, e as condições subjetivas e materiais que proporcionariam seu desenvolvimento intelectual (LUKÁCS, 1974). E em Theodor Adorno que percebe no fetiche do talento a revitalização da “antiga crença romântica da genialidade” (ADORNO, 1995, p 171). David Graeber destaca que em contraste com as disputas do campo acadêmico, toda a teoria anarquista se baseia no princípio coletivo, que apesar de termos grandes pensadores em destaque, nenhum deles ganha tanta proeminência a ponto de batizar com seu nome uma determinada corrente:

“Há anarcossindicalistas, anarcocomunistas, insurrecionários, cooperativistas, individualistas, plataformistas... Nenhuma delas recebe seu nome a partir de algum Grande Pensador; ao invés disso, elas são invariavelmente nomeadas com base em uma prática ou, mais frequentemente, devido a um princípio organizacional” (GRAEBER, 2011, p 13).

Tais perspectivas abriram caminho para o desenvolvimento de uma teoria mais recente, articulada com as conexões possibilitadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) por Pierre Lévy e por ele chamada de *inteligência coletiva*, que seria

“uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências. (...) Em um coletivo inteligente, a comunidade assume como objetivo a negociação permanente da ordem estabelecida, de sua linguagem, do papel de cada um, o discernimento e a definição de seus objetos, a reinterpretação de sua memória. (...) Esse projeto convoca um novo humanismo que inclui e amplia o ‘conhece-te a ti mesmo’ para um ‘aprendamos a nos conhecer para pensar juntos’, e que generaliza o ‘penso, logo existo’ em um ‘formamos uma inteligência coletiva, logo existimos eminentemente como comunidade’. Passamos do cogito cartesiano ao cogitamus. Longe de fundir as inteligências individuais em uma espécie de magma indistinto, a inteligência coletiva é um processo de crescimento, de diferenciação e de retomada recíproca das singularidades” (LÉVY, 1998, p. 29-31).

A pista fora dada por Marshall MacLuhan quando ainda na década de 1960 se perguntava se: “O surgimento de uma comunidade global de saber não será o resultado

natural de um mundo onde a produção e o transporte de mercadorias se fundem, enfim, com o movimento da própria informação?” e ponderava mais adiante

“Porque esses veículos de comunicação, sendo nossas próprias faculdades estendidas pela primeira vez na história humana para criar um sensorio humano tanto fora quanto dentro de nós, oferecem os meios imediatos para o equilíbrio pessoal e social se forem entendidos em seus poderes e em sua influência” (MCLUHAN, 2005, p 55).

“A inteligência coletiva refere-se à essa capacidade das comunidades virtuais de alavancar a expertise combinada de seus membros. O que não podemos saber ou fazer sozinhos, agora podemos fazer coletivamente. E a organização de espectadores no que Lévy chama de comunidades de conhecimento permite-lhes exercer maior poder agregado em suas negociações com produtores de mídia. (...) Lévy sugere, entretanto, que a inteligência coletiva irá, gradualmente, alterar o modo como a cultura de massa opera. Ele considera míope o pânico da indústria com a participação do público: ‘Evitando que a cultura do conhecimento se torne autônoma, eles privam os circuitos do espaço massificado... de uma extraordinária fonte de energia’ (LÉVY, 2003, p. 237). A cultura do conhecimento, sugere ele, serve como o ‘motor invisível e intangível’ para a circulação e a troca de produtos de massa” (JENKINS, 2009, p. 56).

2.6. REENCANTAMENTO DO MUNDO. Por uma outra globalização.

“Um ser humano é parte de um todo, chamado por nós de “o Universo”, uma parte limitada em tempo e espaço. Ele experimenta a si mesmo, seus pensamentos e sentimentos, como algo separado do resto – um tipo de ilusão ótica de sua consciência. Essa ilusão é um tipo de prisão para nós, restringindo-nos a nossos desejos pessoais e à afeição a algumas poucas pessoas mais perto de nós. Nossa tarefa deve ser a de nos libertar dessa prisão aumentando nossos círculos de compaixão para abraçar todas as criaturas vivas e a natureza em toda sua beleza” (Albert Einstein).

Como sugerimos em algumas passagens, do ponto de vista histórico o Iluminismo figura como um ponto a partir do qual pensamos ser possível clarear o início da jornada de constituição da perspectiva ora proposta. Entretanto, devo fazer algumas considerações com relação a certas análises correntes do pensamento complexo, que costumam tomar o iluminismo apenas como marco do cientificismo moderno, vulgarizando o pensamento cartesiano como mero pecado capital que teria cegado a razão recém liberta dos grilhões religiosos, prendendo-a ao dogma compartimentado do cientificismo instrumental e produtivista.

Primeiro, sobre a lógica do pensamento complexo, que parte do relativismo cético no sentido em que toda perspectiva analítica terá necessariamente uma visão limitada sobre a realidade, nunca a verdade absoluta, tida como inexistente. Tal perspectiva complexa deve restituir a toda análise sua parcela de crédito, para manter a coerência sobre a plausibilidade de todas e não cair na contradição de negar as ponderações de seu oponente simplesmente por não compartilhar de sua visão. Murray Bookchin (2010) e Boaventura de Sousa Santos (2011), entre outros nos alertam enfaticamente sobre essa presunção que acaba por “jogar o bebê junto com a água do banho”.

Segundo, porque sem o iluminismo não teríamos chegado onde estamos, estaríamos talvez vagando ainda cegos pelo obscurantismo da idade média e seríamos incapazes de nos formular as questões a que hora nos dedicamos.

Terceiro porque concordamos com Noam Chomsky (2011) quando afirma que o Iluminismo não tinha apenas um destino único e necessário, e que dialeticamente, correu paralelo ao desenvolvimento da modernidade, ofuscado por suas dualidades marcantes. Para o autor, o principal herdeiro do iluminismo é o socialismo libertário, que possibilitou a formação de uma “terceira via”, que se identifica com o pensamento complexo e com o protagonismo da sociedade civil emancipada.

“Essas ideias [de Bakunin, sobre liberdade] vieram do Iluminismo; suas origens estão no *Discurso sobre a desigualdade de Rousseau*, em *Os limites da ação do Estado* de Humboldt, na insistência de Kant, em sua defesa da Revolução Francesa, de que a liberdade é o pré-requisito para se alcançar a maturidade para a liberdade, não um presente a ser dado quando certa maturidade é alcançada. Com o desenvolvimento desse novo e inesperado sistema de injustiça, o capitalismo industrial, foi o socialismo libertário que preservou e ampliou a mensagem humanista radical do Iluminismo e os ideais clássicos liberais, que acabaram deturpados numa ideologia para sustentar a ordem social emergente. Na verdade, pelos mesmos pressupostos que levaram o liberalismo clássico a se opor à intervenção do Estado na vida social, as relações sociais capitalistas também são intoleráveis. Isto fica claro, por exemplo, na obra clássica de Humboldt, *Os limites da ação do Estado*, que antecipou John Stuart Mill e talvez o tenha inspirado. Esse clássico do pensamento liberal, concluído em 1792 é, em sua essência, profundamente, ainda que prematuramente, anticapitalista. Suas ideias devem ser entendidas para além do fato de terem sido convertidas numa ideologia do capitalismo industrial” (CHOMSKY, 2011, p 23).

Em meio ao processo catalisado pelo Iluminismo, Feuerbah revela que o cristianismo forjou o ser perfeito fora do alcance do homem, em Deus (MARX, 2007), proposição que Max Weber desenvolverá em seu panorama do desencantamento do mundo, mostrando como a reforma protestante preparou o terreno para que surgisse o capitalismo com seu espírito voraz (WEBER, 1996). De fato, mal se desvencilhou do obscurantismo religioso a razão moderna foi logo instrumentalizada para os objetivos do capitalismo e apesar dos inúmeros alertas, seguiu desgovernada até os dias atuais (ADRONO; HORKHEIMER, 1985).

Paralelamente, no entanto, inspirado pelo budismo e pelas religiões orientais, Shopenhauer (2005) introduz a visão holística e sistêmica no pensamento ocidental, permitindo que Nietzsche restituísse ao homem a possibilidade de ser seu próprio Deus (NIETZSCHE, 1992).

Na busca por encontrar o que substitua a moral religiosa para nortear as ações da humanidade em um mundo completamente desencantado pós-holocausto, Hannah Arendt revisita o Iluminismo e o classicismo para resgatar da antiguidade clássica a noção de que a ética é a relação do indivíduo com a responsabilidade coletiva (ARENDR, 2003). Theodor Adorno realiza o mesmo movimento em sua obra “Educação e emancipação” (ADORNO, 1995), que relacionamos com obras de autores como Paulo Freire (FREIRE, 2009); Istvan Mészáros: “*O objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana*” (MÉSZÁROS, 2008, p 15); e Boaventura de Sousa Santos:

“Todo conhecimento se distingue por seu tipo de trajetória, que vai de um ponto A chamado ‘ignorância’ a um ponto B chamado ‘saber’, e os saberes e conhecimentos se distinguem exatamente pela definição das trajetórias pelos pontos A e B. Podemos dizer que na matriz da modernidade ocidental há dois modelos, dois tipos de conhecimento que podem se distinguir da seguinte maneira: o conhecimento de regulação e o conhecimento de emancipação. A tensão política é também epistemológica” (SANTOS, 2007, p 52).

“Da perspectiva do pós-moderno de oposição que proponho aqui, a opção epistemológica mais adequada à fase de transição paradigmática em que nos encontramos consiste na revalorização e reinvenção de uma das tradições marginalizadas da modernidade ocidental: o conhecimento-emancipação. Não é fácil formular uma tal opção e ainda o é menos segui-la. Não devemos esquecer-nos de que, dada a hegemonia do conhecimento-regulação, a solidariedade é hoje considerada uma forma

de caos e o colonialismo uma forma de ordem. Assim, não podemos prosseguir senão pela via da negação crítica” (SANTOS, 2011, p 81).

Além de central ao que consideramos a espinha dorsal do pensamento anarquista:

“Nós anarquistas, que trabalhamos pela emancipação completa de nosso indivíduo, colaboramos por isso mesmo para a liberdade de todos os outros (...). Nossa vitória pessoal não se concebe de modo algum sem que ela torne-se, ao mesmo tempo, uma vitória coletiva” (RECLUS, 2011, p. 66).

Com essa revisão do ideário Iluminista, abre-se caminho para o surgimento das teorias contemporâneas do pensamento complexo, da ecologia profunda, da física quântica, entre outros que sugerem uma concepção holística de mundo, como encontrado nas religiões orientais, notadamente no budismo (MACY; BROWN, 2004, p 66-7). Tal concepção milenar, que reconhece a conexão entre todos os seres animados e inanimados, entre cada átomo e estrela do universo, vem sendo investigada cientificamente pela física quântica, popularizada por Fritjof Capra, em seu livro “O Tao da Física: Um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental” (CAPRA, 1983).

A ecologia profunda é o elo que faltava na luta contra-hegemônica da pós-modernidade. Essa percepção holística, viabiliza o reencantamento do mundo, onde o homem novamente é imerso no sagrado, é a retomada da "consciência de classe" sob uma nova e complexa perspectiva. A partir da concepção da guerrilha de posições de Gramsci, em que o esforço revolucionário é dirigido às instituições privadas de controle hegemônico, faltava na contemporaneidade a atenção à esfera religiosa como via revolucionária. Partidos, Escola e Mídia são as frentes em que os movimentos comumente vêm lutando enquanto no campo religioso a fé da população foi relegada às empresas pentecostais.

Um novo paradigma começa a se formar neste início do terceiro milênio a partir da abertura que o fim do século XX proporcionou, mas que já vinha sendo elaborado no campo cultural, tendo sua formação sido potencializada pelo processo de globalização. A cultura ocidental, eurocêntrica, que dominou o mundo até então, foi sendo “contaminada” por conhecimentos oriundos de outras culturas que progressivamente começam a circular no mundo conectado influenciando percepções e teorias.

Se Shopenhauer iniciou o processo introduzindo elementos do budismo na filosofia ocidental, podemos identificar uma série de autores que gradativamente passaram a nos traduzir valores e conhecimentos a partir de perspectivas multiculturais. Talvez o passo seguinte tenha sido dado pela literatura, que através da arte disseminou perspectivas diversas pelo mundo que se globalizava. Antoine Galland (tradução de As mil e uma noites) Herman Hesse, Mia Couto, Albert Camus, Khalil Gibram, são alguns literatos, entre muitos, que se lançaram nessa empreitada.

A libertária década de 1960, além de impulsionar um novo modelo de ativismo social, trouxe à tona um interesse por sociedades outras que não as usualmente tidas como desenvolvidas. A efervescência cultural do período vai muito além da rebeldia juvenil contra as amarras sociais das sociedades modernas, transcendendo o eurocentrismo ao lançar seus olhares para o mundo todo, que surgia na cena internacional a partir da nova colonização.

Paralelamente, a antropologia teve um desenvolvimento formidável. Se em seu início, fora empregada pelos colonizadores para subjugar e dominar os povos conquistados, hoje constitui uma ferramenta emancipadora e de “empoderamento” à qual os povos e comunidades outrora objetivados passam a dominar e manusear com desenvoltura a partir de seus próprios interesses.

Entendemos que o ser humano está e sempre esteve imerso na natureza. Todos os povos da Terra, com exceção da nossa civilização ocidental, entendem o ser humano como parte integrante do complexo sistema planetário e por isso percebem-se imersos no sagrado. O processo de desencantamento do mundo, como nos assinala Max Weber, onde o sagrado foi extirpado do mundo real para habitar recluso nos céus inatingíveis, promovido em nossa civilização judaico-cristã em grau cada vez mais exacerbado, chegou a seu ápice da profanação da vida no final do século passado, com a suposta vitória do capitalismo e sua insensata proclamação do fim da história. Acreditamos que vivemos atualmente um processo de reencantamento do mundo, que teve início com os movimentos alternativos da década de 1960 e que neste início de século se espalha pelos povos da terra a uma velocidade incrível.

2.7. PÓS-MODERNIDADE LIBERTÁRIA. Alguns desdobramentos do processo emancipatório de libertação da razão das amarras modernas.

No desenrolar das investigações nos deparamos com uma nova percepção que começa a se revelar e que demanda maiores aprofundamentos, mas que já nos arriscamos a tatear com esta dissertação. Trata-se do caráter libertário dos novos movimentos sociais e do anarquismo latente no paradigma pós-moderno.

“(…) a dicotomia modernidade versus pós-modernidade. A modernidade com seu monoteísmo de valores, fundada na tradição perene, nas verdades absolutas, na ciência, nas grandes narrativas, na utopia do progresso e na ideia da salvação futura do espírito individual versus a pós-modernidade, barroca, difusa, fragmentada, descrente e caótica, que dá lugar ao politeísmo de valores, as ambiguidades, conflitos e incertezas dos sujeitos.” (Sérgio Vilar, em seu blog, <http://portalnoar.com/sergiovilar/maffesoli-redes-sociais-e-o-mundo-reencantado/>)

Partindo da perspectiva que reconhece a falência da modernidade eminentemente capitalista, investigamos algumas diretrizes possíveis que permitem uma interpretação dos novos paradigmas pós-modernos como essencialmente anarquistas. As condições para tal processo se dão em um movimento de libertação da razão - fragmentada, esterilizada e aprisionada pelo cientificismo moderno -, estimulando a construção livre e colaborativa do conhecimento não dogmático através de processos educativos libertários exercidos em todas as relações comunitárias.

“No reino da fábula, todos os jardins maravilhosos, todos os palácios encantados, são guardados por dragões ferozes. O dragão que está à porta do palácio da anarquia nada tem de terrível: é apenas uma palavra” (RECLUS *apud* LEUENROTH, 1963, p. 1)

“A nossa versão moderna de individualismo, ou mais precisamente de egoísmo, terá extirpado a semente da primitiva solidariedade e da ajuda mútua – características, devo acrescentar, sem as quais um animal tão frágil fisicamente como o ser humano dificilmente conseguiria sobreviver como adulto, quanto mais como criança” (BOOKHIN, 2010, p 112).

O presente trecho destacará as principais características da pós-modernidade relacionando-as a posturas, preceitos e conceitos anarquistas. Diversidade, emancipação, autonomia, liberdade, autogestão, mutualismo, cooperação e comunidade são alguns desses conceitos básicos que podem ser encontrados tanto em descrições dos paradigmas pós-

modernos como no núcleo da filosofia anarquista. Procuramos assim valorizar um conceito geral de anarquismo enquanto agregador de diversas linhas históricas da atuação libertária. Entendemos que podemos tratar o anarquismo contemplando muitas de suas variantes a partir do arcabouço proposto por George Woodcock:

“como um sistema de filosofia social, visando promover mudanças básicas na estrutura da sociedade e, principalmente – pois esse é o elemento comum a todas as formas de anarquismo -, a substituição do estado autoritário por alguma forma de cooperação não-governamental entre indivíduos livres. (WOODCOCK, 2007, p. 11-12).

Diante do mundo arruinado pelo sistema capitalista em sua fase terminal que vivemos na atualidade, interpretada mais adiante como uma crise civilizatória, acrescentaríamos à definição de Woodcock a condição anti-capitalista que um conceito anarquista abrangente deveria postular, como uma defesa contra as tentativas do neoliberalismo em se apropriar do conceito, alinhando-se aos anarquistas pela luta contra o estado - e sua regulamentação do mercado -, mas apenas para substituí-lo pelo totalitarismo corporativo.

A partir do iluminismo, passando pelo renascimento até a chegada da modernidade a razão instrumentalizada vai se configurando como linha mestra no desenvolvimento da civilização ocidental, infiltrando-se em todos os campos do saber e transformando radicalmente o homem, sua concepção de mundo e a sociedade.

Este processo de desencantamento do mundo vai substituindo a metafísica pela razão instrumental e promove o surgimento das novas ciências humanas. Com o desenvolvimento contínuo da instrumentalização da razão, o homem molda sua busca individual por liberdade, através do poder exercido para o domínio da natureza e da própria sociedade. O esclarecimento queria dissolver os mitos e desbancar a credence através do conhecimento. Mas tal conhecimento, oriundo do medo ancestral do homem diante das ameaçadoras forças naturais, se corporificou no conceito moderno de “técnica”, que não

tem mais como objetivo a felicidade humana, mas apenas uma precisão metodológica que potencialize o domínio sobre a natureza.

O desenvolvimento da razão técnica e do capitalismo, entre outros fatores, acaba por desembocar em um controle social, destituindo a liberdade do recém conceituado indivíduo, limitando-o, ou até o destituindo de sua própria individualidade.

Os totalitarismos e as guerras mundiais do século XX são conseqüências extremadas daquele esclarecimento que se desenvolvia com entusiasmo. O indivíduo moderno foi abandonado por Deus, divinizado por si próprio, tornado objeto e massificado.

“O indivíduo outrora concebia a razão como um instrumento do eu, exclusivamente. Hoje, ele experimenta o reverso dessa autodeificação. A máquina expeliu o maquinista; está correndo cegamente no espaço. No momento da consumação, a razão tornou-se irracional e embrutecida. O tema deste tempo é a autopreservação, embora não exista mais um eu a ser preservado” (HORKHEIMER, 2002, p. 133).

Apesar de nos posicionarmos em outra perspectiva, que se afasta das usuais dualidades, não podemos nos furtar de ao menos situar o debate mais emblemático e polêmico sobre o tema, qual seja aquele que envolve os dois posicionamentos diametralmente opostos de Lyotard e Habermas. Jean-François Lyotard inaugura a conceituação do novo paradigma, entendendo-o como um aprofundamento dos preceitos modernos, quando em sua análise da ciência nas sociedades capitalistas atuais descobre um mundo cuja complexidade se desenvolveu a ponto de inviabilizar qualquer metanarrativa e por conseguinte qualquer compreensão autônoma das sociedades. Assim, para o filósofo francês, além da mercantilização do saber de que a pós-modernidade descende - que por si só já garantiria a cegueira dos rumos da história -, as interferências incisivas de qualquer agente social será sempre frustrada pelas complexas leis que regem uma realidade cada vez mais inapreensível. Os supostos panoramas coerentes montados através de perspectivas ideológicas, as metanarrativas, que se diziam capazes de prescreverem como transitar eticamente no mundo ou como interferir incisivamente nos rumos dos acontecimentos, já não seriam mais apreensíveis (LYOTARD, 2010). Seria como em uma clássica cena de Sêneca, onde o ser humano se vê acorrentado a uma carroça que desliza eternamente para

frente, tendo total liberdade para interagir com o mundo durante o percurso, no entanto, sendo limitado pela extensão da corda e pela tração que o arrasta inexoravelmente pela história (SÊNECA, 2006). Assim, a complexidade do mundo pós-moderno cair-nos-ia tão pesada sobre os ombros que nos limitaria sobremaneira as possibilidades de liberdade, autonomia e transformação social. Do outro lado, Jürgen Habermas se lança na defesa da perspectiva histórica crítico-dialética, tradição que configura uma das facetas que a própria modernidade teria possibilitado e defende a modernidade do que considerou constituir um ataque indiscriminado à razão e à possibilidade da emancipação social. Para Habermas, a pós-modernidade seria um advento ideológico do conservadorismo político e cultural, e por isso deveria ser atacada veementemente. A defesa da modernidade é feita assumindo-a incompleta em seu projeto de emancipação social através da iluminação da razão. A teoria crítica viria justamente salvar a razão da instrumentalização e mercantilização alienada a que foi submetida. A crise contemporânea seria resolvida mediante ajustes nos rumos traçados, nunca pelo abandono da razão (HABERMAS, 1992).

Nossa perspectiva considera ambas as visões, no que concerne ao referido debate, por demais mecanicistas, apressadas e extremadas e o que propomos pressupõe maior elaboração com relação ao que de fato pode vir de novo no paradigma em formação.

Boaventura de Sousa Santos avalia que, dada a falência dos preceitos modernos e sua inseparável subordinação ao capitalismo em crise final, vivemos em um período de transição em que um novo paradigma se forma. O sociólogo português reconhece os avanços trazidos já na modernidade pela teoria crítica, mas delimita bem seu alcance, justificando assim uma nova abordagem:

“Uma das fraquezas da teoria crítica moderna foi não ter reconhecido que a razão que critica não pode ser a mesma que pensa, constrói e legitima aquilo que é criticável” (SANTOS, 2011, p. 29).

Esse fato nos anima a lançar algumas releituras e aproximações na tentativa de compreendermos nosso momento histórico sem as amarras que nos trouxeram até aqui.

Não se trata simplesmente de “corrigir a rota da modernidade”. Trata-se da construção de um novo paradigma. Enquanto o medieval valoriza a fé em detrimento da razão, a razão moderna, no processo de abandono da fé, abdica da ética, e se perde em um novo mas não menos obscuro caminho. O novo paradigma deve restaurar a razão e resgatar

a ética (prática aliada teoricamente à fé ou não) e conciliá-las a um sistema horizontal, diverso, sem dogmas ou dominação.

É perceptível nas sociedades modernas a reprodução do esvaziamento da ação em busca de um pensamento “puro”, distanciando os esforços de produção do conhecimento dos locais de prática social. Esse fenômeno é muito claro no isolamento das universidades menos mercantilizadas, que acabam por se trancar nas torres de marfim de estudos teóricos apartados da realidade - e também para os movimentos sociais quando se contaminam em um vão esforço de teorização de sua prática. Muitas vezes ditas progressistas, debruçando-se por vezes sobre estudos das teorias da esquerda, mas sempre distanciadas da práxis e da militância²². A inversão corrente nos meios acadêmicos em que o positivismo utilitarista é criticado, mas, ao mesmo tempo em que cai em negação é incorporado à prática das ciências humanas, com a clara finalidade de esterilização do potencial prático dessas ciências, revelado, por exemplo, quando o pesquisador quer aplicar seu conhecimento em situações práticas e é deslegitimado pelo discurso invertido, onde a busca pela práxis é seu pecado e todo seu esforço crítico acaba sendo esterilizado por uma aplicação ingênua de um utilitarismo positivista. Mesmo as ciências humanas progressistas recuam e vão se distanciando da práxis, da interferência crítica deliberada na realidade, por negarem-se a serem instrumentalizadas pelo sistema de dominação, mas sem perceber, vão assim se isolando da comunidade e desenvolvendo conhecimentos cada vez mais “descolados” da realidade. Há, no entanto outras posturas destoantes, que precisam ser mais estimuladas. Ao fazer a crítica à modernidade, devemos direcioná-la muito bem ao positivismo, evitando que o “fogo amigo” atinja iniciativas que devemos estimular, não sem as criticar e revisar, sempre que necessário. Estas são, por exemplo, a fenomenologia e a perspectiva histórico-crítica-dialética. Infelizmente, no entanto, muitos marxistas têm “atacado” indiscriminadamente todos os pós-modernos, como se fossem uma única corrente niilista. Ora, façamos uma revisão mais criteriosa e menos dogmática desse conturbado período de transição por que passamos.

Entendemos, por exemplo, que na via inversa, muitas dessas críticas proferidas contra os pós-modernos, como as que Pedro Goergen tão bem elabora em seu texto “Pós-modernidade, ética e educação” (GOERGEN, 2005), podem ser extremamente bem vindas.

²² Para corrigir essa clivagem é que Boaventura de Souza Santos lança sua Universidade Popular dos Movimentos Sociais, durante o Fórum Social Mundial de 2003. Ver mais em O Fórum Social Mundial e a Auto-Aprendizagem: A Universidade Popular dos Movimentos Sociais. Em: SANTOS, 2005, p. 135-142.

Seria preciso apenas uma leve correção na pontaria. Elas deveriam focar uma corrente específica dos pós-modernos, justamente aquela em que advoga Lyotard, identificada com os neoliberais, aqueles que pregam o fim da história e os que não querem mais crer que a práxis revolucionária seja possível. Entretanto, há outros pós-modernos. E Goergen ao tentar salvar os metarrelatos da teoria crítica, decreta junto com Habermas que não haveria possibilidade de mudança da ordem vigente sem a construção de uma metanarrativa, que projete para a humanidade o porvir que será buscado na prática. Acontece que junto com as críticas pós-modernas sopram outros ventos, e algumas correntes libertárias, por exemplo, defendem exatamente a mudança da ordem vigente - a fim de suprimir as opressões e emancipar os indivíduos -, sem o apelo a uma meta narrativa definida, fazendo valer, por exemplo, as potencialidades da inteligência coletiva. De acordo com essas abordagens, as visões totalizadoras redundam na imposição autoritária de uma utopia válida necessariamente apenas para um conjunto de indivíduos. Essa é justamente uma das críticas que os anarquistas fazem a alguns marxistas, por exemplo, por planejarem a partir de uma grande leitura materialista-determinista da história a estrutura teoricamente justa e igualitária que seria imposta à sociedade “naturalmente” após a revolução. É verdade que alguns anarquistas acabam caindo também nesta utópica tentação, mas no geral, como parte daquele conceito abrangente que tentamos nestas linhas traçar, seriam infinitamente mais próximos da diversidade - incrivelmente pós-moderna - que Elisée Reclus já nos brinda em um texto de 1886:

“Não temos por que traçar de antemão o quadro da sociedade futura: cabe à ação espontânea de todos os homens livres criá-lo e dar-lhe sua forma, por sinal, incessantemente mutável como todos os fenômenos da vida” (RECLUS, 2011, p. 46).

A razão que alguns pós-modernos criticam, é aquela compartimentada pelas ciências modernas, a razão instrumentalizada pelo mercado capitalista e ao fazê-lo, não negam mecanicamente qualquer tipo de razão, muito pelo contrário, defendem a construção de uma nova abordagem racional, na construção de um conhecimento livre, com a formação de um novo paradigma. Muito mais do que negar a razão, os pós-modernos lançam-se na árdua e necessária tarefa de resgatá-la da sua prisão moderna. Edgar Morin em seu livro “A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento”, declara abertamente:

“É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto” (MORIN, 2010, p 89).

Boaventura de Sousa Santos caracteriza o atual momento como uma transição paradigmática, que teria diversas dimensões evoluindo em ritmos desiguais. O autor distingue duas dimensões principais: a epistemológica e a societal:

“A transição epistemológica ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma emergente que designo por paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. A transição societal menos visível ocorre do paradigma dominante – sociedade patriarcal; produção capitalista; consumismo individualista e mercadorizado; identidade-fortaleza; democracia autoritária; desenvolvimento global desigual e excludente – para um paradigma ou conjunto de paradigmas de que por enquanto não conhecemos senão as ‘*vibrations ascendantes*’ de que falava Fourier” (SANTOS, 2011, p 16).

O venezuelano Otto Maduro em um belo texto em que discorre sobre o conhecimento e a necessidade de libertá-lo se quisermos superar as opressões e injustiças do mundo moderno, brinda-nos com a seguinte passagem, que pode nos ajudar também nessa desconstrução:

“Começamos a suspeitar também que a percepção da realidade através de categorias fechadas, dualistas (verdadeiro/falso, certo/errado, bem/mal, conservador/progressista, etc.) ou mesmo ‘triádicas’ (capitalismo/socialismo/terceira via), dificulta em lugar de favorecer tanto a compreensão da realidade como o diálogo com pessoas que compartilham óticas diferentes da nossa” (MADURO, 1994, p 188).

Élisée Reclus pontua, agora em um texto de 1894, a árdua tarefa de pedagogia contínua a que os revolucionários libertários devem se dedicar, quando livres do “princípio da autoridade”, para não deixarem o conhecimento engessar num dogmatismo que caracterizaria a diferença de poderes e a opressão:

“Entre iguais, a obra é mais difícil, mas é mais elevada: é preciso buscar asperamente a verdade, encontrar o dever pessoal, aprender a conhecer-

se, fazer continuamente sua própria educação, conduzir-se respeitando os direitos e os interesses dos camaradas” (RECLUS, 2011, p 27).

E segue com os desdobramentos de tal postura libertária - e pós-moderna:

“a ciência, a literatura e a arte tornaram-se anarquistas, se todo progresso, toda nova forma de beleza devem ao desenvolvimento do pensamento livre, esse pensamento trabalha também nas profundezas da sociedade e agora já não é mais possível contê-lo. É demasiado tarde para deter esse dilúvio” (RECLUS, 2011, p 30).

Sob o risco de vermos os ideais libertários apropriados pela direita neoliberal para manutenção de sua hegemonia, a conjuntura pós-moderna lança as bases para que o espírito anarquista se liberte, se popularize e transforme definitivamente a ordem mundial. Essa disputa, no entanto não poderá se prolongar por muito tempo, pois a crise civilizacional e o colapso ambiental clamam pela urgência da transformação. Mais que uma classe, o que está em risco agora é nada menos que a sobrevivência de toda a humanidade. E talvez, esse seja exatamente o ingrediente que nos faltava.

“Assim acabamos por resgatar nossa própria individualidade e originalidade. E quando pudermos ser nós mesmos, tudo que sai de nós será de extraordinário valor para a sociedade. Poderíamos dizer: só é possível assumir a sociedade no sentido de sua transformação se assumirmos a nossa individualidade. É por aí, pelos caminhos da originalidade, que correrá nossa força transformadora” (FREIRE; BRITO, 1986, p 22).

“Quando as relações de produção capitalistas, e portanto os Estados capitalistas, estiverem definitivamente instalados em escala planetária, as contradições internas do mercado mundial mostrarão os limites da acumulação capitalista e provocarão uma situação de crise permanente, que colocará em perigo as próprias bases das sociedades que dominam, a ponto de ameaçar pura e simplesmente a sobrevivência da espécie humana. Soará a hora da revolução planetária” (RUBEL, 1983, p 19).

3. PERSPECTIVAS EM CONFLITO. DA CRISE À OPORTUNIDADE

“O sistema capitalista global aproxima-se de um ponto zero apocalíptico. Seus “quatro cavaleiros do Apocalipse” são a crise ecológica, as consequências da revolução biogenética, os desequilíbrios do próprio sistema (problemas de propriedade intelectual, a luta vindoura por matéria-prima, comida e água) e o crescimento explosivo das divisões e exclusões sociais” (ZIZEK, 2012a, p 11-12).

3.1. CRISE CIVILIZATÓRIA. A urgência de um novo paradigma.

“A grande contribuição da ecologia foi – e ainda é – fazer-nos tomar consciência dos perigos que ameaçam o planeta em consequência do atual modo de produção e consumo. O crescimento exponencial das agressões ao meio ambiente, a ameaça crescente de uma ruptura do equilíbrio ecológico configuram um cenário-catástrofe que põe em questão a própria sobrevivência da vida humana. Confrontamo-nos com uma crise de civilização que exige mudanças radicais (LOWY, 2005, p 45-46).

Avançando no tema e no tempo, percebemos que a crise que pairava no ocidente sobre o período conhecido como modernidade se expandiu para toda a civilização. Se buscávamos as razões da crise no advento da era industrial moderna, com as revoluções francesa e industrial e o surgimento do capitalismo, como denunciado pelo conceito do período antropoceno recém identificado, agora precisamos ir mais além. Para entender o sistema capitalista Weber já se debruçava sobre a idade média, onde a reforma protestante teria formado as condições ideais para que o capitalismo pudesse surgir, indicando ainda que tal etapa teria sido consequência e ápice de um processo muito mais antigo, que culminaria com o desencantamento do mundo atual, mas que teria seu princípio nas origens da sociedade judaico-cristã (WEBER, 1996).

Horkheimer e Adorno seguem outra trilha, mas na mesma linha, e descrevem como os princípios da empresa capitalista já estavam presentes na primeira obra da literatura ocidental, narrativa histórica de um Odisseu empreendedor que desempenha seu autoritário papel no topo da pirâmide hierárquica política, econômica e social de sua época (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

De fato, a crise que se aponta no décimo milênio da história do homem na Terra²³ é a crise de uma civilização imperial que se expande por todo o planeta há cerca de 3 mil anos²⁴. No bojo dessa expansão violenta, milhares de sociedades, culturas e possibilidades de outros mundos foram extirpadas²⁵, rumo à uma monocultura das sociedades.

"Quando você se relaciona com a terra e a biodiversidade dá origem à diversidade de culturas locais, a sua ligação com a terra, a sua ligação com a comunidade, é uma ligação sagrada. Temos que recuperar nossa ligação sagrada com a vida. Por trás dessa monocultura não está apenas a perda da diversidade, há uma perda de subsistência, de conhecimento, há a perda de saber como se tingem com tingimentos naturais, como tecer, como costurar um pedaço de roupa, como pregar um botão em uma camisa; as pessoas jogam fora camisas quando estas perdem um botão. Estamos sendo cultivados não apenas em uma monocultura, mas em uma cultura descartável, onde tudo é descartável. O que leva às hoje incontroláveis montanhas de lixo. Mas também está levando a pessoas descartáveis, comunidades descartáveis, cujas culturas são tão desumanizadas que a eles é dito, "mas vocês não têm comida", apesar de 80% da comida produzida atualmente no mundo ser cultivada por comunidades locais em pequenas fazendas com biodiversidade. Mas fizeram com que a gente pense que o gigante é o único habitante deste planeta. Em vez de oito mil plantas em nossos pratos, milho e soja, milho e soja. Em vez de centenas de milhares de formas diferentes de se vestir, calça jeans e camiseta. Podemos fazer melhor enquanto humanidade" (SHIVA, 2012).

A sociedade ocidental passou a considerar como cultura apenas os objetos comercializáveis da indústria cultural, de preferência pasteurizados e transformados em entretenimento. As práticas comunitárias que são cultivadas em cada sociedade e que garantem seus modos de vida são solapados pela voracidade da indústria que se apropria das técnicas que julga mais eficazes e as patenteia como tecnologias do progresso que serão comercializadas em forma de produtos e serviços que acabarão por impor modos de vida dependentes, alienados e completamente esvaziados dos sentidos e valores comunitários que antes transbordavam e que preservavam a diversidade cultural que garantia a manutenção da vida no planeta.

²³ "Só há cerca de 10 mil anos, no Plistoceno, é que surge a espécie humana com as características anatômicas que conhecemos hoje. Nesse período geológico ocorre a domesticação das plantas e animais, facilitando assim o acesso ao alimento e contribuindo para o crescimento populacional" (PILBEAM, 1988, apud REIGOTA, 2011).

²⁴ Considerando o início da civilização grega como cerca de 1100 ac.

²⁵ Só no Brasil, estima-se que existiam cerca de 2 mil povos antes da invasão portuguesa. Hoje são cerca de 220 e continuam tendo sua existência permanentemente ameaçada. (<http://www.funai.gov.br/indios/origem.html>)

“A sociedade ocidental é uma resposta monstruosa a um pequeno problema”. (GOLDMAN, 2007). O pequeno problema a que Emma Goldman se refere é a luta pela estabilidade da sobrevivência das sociedades humanas diante de um suposto perpétuo conflito contra as forças da Natureza. No entanto, aquilo à que comumente referimos como o aperfeiçoamento da técnica para garantir o suprimento das necessidades básicas de sobrevivência da espécie humana é extremamente falacioso. Como nos aponta Ortega y Gasset em seu esclarecedor texto “Meditação sobre a técnica” (1991), a suposta neutralidade da técnica camufla decisões ideológicas que pouco ou nada tem a ver com a sobrevivência da espécie e em última instância, como nos esclarece Max Horkheimer em seu “Eclipse da razão” (2002), chega mesmo a exercer uma força contraditória à sobrevivência não só da nossa, mas de todas as espécies.

Infelizmente os grandes avanços no desenvolvimento histórico que experimentaram diversas áreas do conhecimento - que saíram de uma perspectiva colonialista e eurocêntrica para avançadas formulações sobre o reconhecimento das limitações do entendimento de suas perspectivas sobre o outro, identificando a ideologia política que nutria os primeiros avanços de suas disciplinas e passando gradativamente a buscar o empoderamento e emancipação do outro como na antropologia, a psicologia, a sociologia e a educação -, aconteceram apenas em teoria e em isolados casos práticos. No geral, a direção em que caminha a prática científica na globalização neoliberal, segue os mesmos parâmetros ideológicos do período colonial.

“Nosso sistema político e social não tolera o indivíduo com sua constante necessidade de inovação. É, portanto, em estado de ‘legítima defesa’ que o governo oprime, persegue, pune e às vezes mata o indivíduo, sendo ajudado por todas as instituições cujo objetivo é preservar a ordem existente. Ele recorre a todas as formas de violência e é apoiado pelo sentimento de ‘indignação moral’ da maioria contra o herético, o dissidente social, o rebelde político, maioria essa em quem se inculcou desde séculos o culto ao Estado, educada na disciplina, na obediência e na submissão à autoridade e no respeito a ela, cujo eco se faz ouvir em casa, na escola, na igreja e na imprensa” (GOLDMAN, 2007, p 36).

Este projeto não se propõe a analisar as polêmicas em torno da constatação das diversas manifestações da crise civilizacional. Tampouco estruturá-las em profundidade. Bastar-nos-á indicar que estamos convencidos de que o alarme soou irrevogavelmente e que a mudança na ordem social mundial é imperativa, urgente e complexa. Neste campo

citaremos algumas teorias que assumem e/ou defendem, argumentam ou provam a gravidade da iminência do colapso social, político, econômico e ambiental e apontar que se essa começa a figurar como uma prerrogativa da ação da maioria dos movimentos sociais, para os fins desta pesquisa isto basta.

3.1.1. Crise Social: Consumo Totalitário.

“O cientificismo da propaganda de massa tem sido empregado de modo tão universal na política moderna que chegou a ser identificado como sintoma mais geral da obsessão com a ciência que caracterizou o Ocidente desde o florescimento da matemática e da física no século XVI. Assim, o totalitarismo parece ser apenas o último estágio de um processo durante o qual ‘a ciência [tornou-se] um ídolo que, num passe de mágica, cura os males da existência e transforma a natureza do homem’. Realmente, há uma antiga ligação entre o cientificismo e o surgimento de ‘leis naturais do desenvolvimento histórico’ a eliminação da incômoda imprevisibilidade das ações e da conduta do indivíduo. Cita-se o exemplo de Enfantim, que pressentia a chegada do ‘tempo em que a arte de movimentar as massas estará tão perfeitamente desenvolvida que o músico e o poeta terão o poder de agradar e comover com a mesma certeza com que os matemáticos resolvem um problema geométrico ou um químico analisa qualquer substância’. Talvez tenha sido nesse instante que nasceu a propaganda moderna” (ARENDDT, 1989, p 295-296).

Este item discorrerá sobre a sociedade de consumo, o papel da indústria cultural, da publicidade e de como esses fenômenos ganham importância extrema na despolitização do mundo contemporâneo. Primazia da preocupação arendtiana, a crise da modernidade - fator que tornara possível as grandes catástrofes do século passado -, é esmiuçada pela filósofa em diversos pontos de reflexão, onde a Filosofia Política recebe maior destaque enquanto teoria em sua preocupação final: o mundo e as conseqüências da irresponsabilidade do homem moderno sobre ele. Tais preocupações serão mantidas, porém, ao transpô-las para o mundo atual, com a lente de aumento na importância do consumo para a crise paradigmática contemporânea, as preocupações serão elevadas. A crise da modernidade continua em processo de acentuação e, apesar da contribuição arendtiana para a entendermos melhor, nada parece impedi-la de nos levar à novas catástrofes. Não que seja certo e que podemos adiantar do que se trata, uma vez que o futuro nos reserva situações não previsíveis, mas algo sombrio pode ser apontado como um horizonte possível, uma vez que as condições, denunciadas por Arendt, que levaram a

humanidade ao domínio do mal continuam, e pior, se agravam a cada vez que o futuro se torna passado. A banalidade do mal é cada vez mais lugar comum em nossas sociedades.

À luz dessa abordagem, poderemos compreender o esvaziamento sistemático e a ressignificação de termos como sustentabilidade e comunidade, assim como as estratégias recauchutagem por que passam certos segmentos, como o que acontece com a transposição da indústria cultural à economia criativa.

A lógica do consumo, embutida em todos os meios de comunicação, ditam os valores e o modo de vida para toda a sociedade. Da maneira de agir aos desejos de lazer, de como se comportar à maneira de falar, da estética do belo à aparência pessoal, do que pensar e em quem votar, tudo se torna consumível e manipulado pela propaganda, pronto para usar e ser descartado.

“A indústria de entretenimentos se defronta com apetites pantagruélicos, e visto seus produtos desaparecerem com o consumo, ela precisa oferecer constantemente novas mercadorias. Nessa situação premente, os que produzem para os meios de comunicações de massa esgaravatam toda gama da cultura passada e presente na ânsia de encontrar material aproveitável. Esse material, além do mais, não pode ser fornecido tal qual é; deve ser alterado para se tornar entretenimento, deve ser preparado para consumo fácil” (ARENDRT, 2003, p 259).

Assim, tanto os objetos de arte e bens culturais, aos quais propriamente Arendt se refere no trecho supracitado, quanto as informações veiculadas pelos meios de comunicação, tudo o que é “divulgado” toma esse caráter de entretenimento. Fato que se pode comprovar além de pela constatação do material à qual somos cotidianamente “bombardeados” pela mídia, é a função do marqueteiro, do publicitário e do relações públicas no mundo atual. Tais profissões se espalharam para todas as áreas do conhecimento e suas ferramentas são utilizadas por todos os que pretendem alguma comunicação com a massa. Aquela lógica encontra-se tão enraizada na sociedade atual, que contamina inclusive as instituições de educação, que reduzem o conteúdo que se pretende “ensinar” às cartilhas básicas de fácil assimilação, confundindo seus alunos com consumidores, (o que de fato não é de se assustar, diante do esquema tão difundido da educação privada, em que o fim almejado por seus proprietários é pura e simplesmente lucros cada vez maiores). Verifica-se, ainda, que a nossa sociedade de massa também perdeu a capacidade de julgar, aceitando o “produto” da sociedade capitalista como o

indispensável para sua sobrevivência, sem sequer contestar ou questionar suas razões. A sociedade passa a ser somente a sociedade de consumo, os direitos do cidadão passam a ser apenas os direitos do consumidor.

“O fato é que uma sociedade de consumo não pode absolutamente saber como cuidar de um mundo e das coisas que pertencem de modo exclusivo ao espaço das aparências mundanas, visto que sua atitude central ante todos os objetos, a atitude do consumo, condena à ruína tudo que toca” (ARENDETT, 2003, p 264).

“É no processo constante de exaltação e fetichização do cotidiano, em que se apagam as marcas do tempo e da história e as contradições do sistema são maquiadas, que o consumo atinge seu mais alto ponto de realização.” (JOBIM e SOUZA, ET AL. p 97. Apud LOUREIRO, 2003, p 66-7)

As identidades e tradições culturais são solapadas pela ampliação dos mercados e a capacidade de resiliência da natureza e dos povos vai sendo cada vez mais comprometida. A natureza é expropriada violentamente para a obtenção das matérias primas e da energia necessárias para a manutenção da indústria em constante crescimento e que para manter tal furor, além da publicidade lança mão do que tem se chamado de “obsolescência programada”, que é a fabricação de produtos descartáveis, programados para se tornarem obsoletos o mais breve possível. A população, agora muito mais identificada como consumidores do que como cidadãos, além de ser submetida ao entretenimento e às forças pasteurizadoras da hegemonia cultural, tornam-se dependentes do modo de vida urbano-moderno perdendo paulatinamente sua capacidade de subsistência.

3.1.2. Crise Política. O estado de exceção e o engodo da democracia ocidental

"A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade" (BENJAMIN, 1994, p. 226).

“Liev Tolstoi, o mais célebre dos antipatriotas de nossa época assim o define: o patriotismo é um princípio que justifica a instrução de indivíduos que cometerão massacres em massa, um comércio que exige um equipamento bem melhor para matar outros homens do que para fabricar gêneros de primeira necessidade – sapatos, vestimentas ou moradias; uma atividade econômica que garante maiores lucros e uma glória bem mais cintilante do que aquela da qual jamais fruirá o operário médio” (GOLDMAN, 2007, p 60).

“Não há guerra entre nações, o que há é uma guerra permanente de poder de uns sobre os outros, guerra de classe” (ROMANI, 2007, p 17-18).

“A melhor muralha da autoridade é a uniformidade; a menor divergência de opinião torna-se, então, o pior dos crimes” (GOLDMAN, 2007, p 36)

Se tomarmos o mundo globalizado como um sistema integrado, veremos que as guerras são constantes, perenes e se manifestam de diferentes maneiras. Como premissa de tal conceito, definiremos com Virgínia Fontes o capital-imperialismo estadunidense (FONTES, 2010).

A guerra imperialista dos EUA é a principal manifestação da política externa estadunidense, estrategicamente posicionada no plano militar²⁶ com seu poderio bélico em constante movimento, deflagrando guerras cada vez mais tecnológicas pela manutenção de seu império²⁷. No oriente, as investidas pelo petróleo são chamadas de guerra ao terror, na AL, o controle estratégico da região é nomeado guerra ao narcotráfico, na África as sangrentas guerras em torno da mineração são patrocinadas pelas corporações.

As guerras regionais, têm sempre participação dos EUA, mas são estrategicamente deflagradas entre grupos da mesma região, como entre Israel e Palestina e entre países vizinhos de diversas regiões da África.

Os golpes de estado pelas burguesias locais, militares ou não, são quase que em sua totalidade apoiados pelos EUA, como os que levaram às ditaduras na AL nos anos 1970 e os recentes golpes dissimulados em Honduras, Venezuela e Paraguai.

Há ainda a generalização das guerras urbanas e rurais, geradas pela extrema desigualdade social onde as polícias agem com extrema violência para cumprir as ordens do capital, seja “higienizando” e desocupando áreas para especulação imobiliária, ou reprimindo as organizações do campo que lutam pela reforma agrária. Dados divulgados por movimentos negros durante o Fórum Social Temático de 2014 denunciam que dois jovens negros são mortos no Brasil a cada hora.

Essa situação extremamente violenta à que as populações estão sendo paulatinamente condicionadas tem gerado levantes, contrarrevoluções, revoltas e ataques

²⁶ Paulo Arantes em seu “Extinção”, destrincha as entranhas do imperialismo norte-americano conceituando algumas de suas técnicas mais usuais, como “guerra ao terror”, ataques “preventivos”, “tortura terceirizada”, guerra “*high-tech*”, petróleo e dinheiro. (ARANTES, 2007)

²⁷ Ver “O poder global dos Estados Unidos”, Em: O poder global e a nova geopolítica das nações, de José Luís Fiori. (FIORI, 2007) Pesquisa de doutorado em economia apresentada no seminário “A esquerda na AL”.

estratégicos também em gradual ascensão. Se montarmos um quadro que vá desde o movimento insurgente Zapatista no México em 1994, até a primavera Árabe e a efervescência de revoltosos que ocuparam praças no mundo todo em 2011, passando pelo ataque às Torres Gêmeas e a brava resistência Palestina, percebemos que os povos oprimidos não aceitarão passivamente o massacre a que estão sendo submetidos.

Essa face mais violenta da dominação neoliberal que se transfigura em um “fascismo democrático”, aliada às crises congênicas que o sistema apresenta, e que teve sua última e mais grave manifestação em 2008, poderia ser facilmente interpretada como a falência do sistema capitalista. (SANTOS, 2011; ZIZEK, 2012; MÉSZÁROS, 2005, AGAMBEN, 2004; SADER, 2006; 2012; ARANTES, 2007) .

3.1.3. Crise Econômica: A falência do sistema capitalista

“Mesmo a referência ao ‘imperialismo’ (em vez do capitalismo) funciona como um exemplo de como ‘uma categoria econômica pode se ajustar tão facilmente a um conceito de poder ou dominação’²⁸ – e a implicação dessa mudança de ênfase para a dominação é, obviamente, a crença em outra modernidade (‘alternativa’) na qual o capitalismo funcionará de maneira mais ‘justa’, sem dominação. Mas o que essa noção de dominação não leva em conta é que somente no capitalismo a exploração é ‘naturalizada’, está inscrita no funcionamento da economia – ela não é resultado de pressão e violência extraeconômicas, e é por isso que, no capitalismo, temos liberdade pessoal e igualdade: não há necessidade de uma dominação social direta, a dominação já está na estrutura do processo de produção. [...] Na economia de mercado, as relações entre as pessoas podem aparecer como relações de liberdade e igualdade mutuamente reconhecidas: a dominação não é mais diretamente representada e visível enquanto tal” (ZIZEK, 2012, p 17).

“85 pessoas detêm 46% de toda a riqueza produzida no planeta”! A desigualdade no mundo já é tão alarmante que preocupa até os que se ocupam em manter o *status quo* e esse foi o tema em destaque no Fórum Econômico Mundial de 2014. O curioso é que o resultado da pesquisa realizada pela Oxfam²⁹ ganhou destaque não como um indicativo da pobreza a que a maioria da humanidade é submetida, mas como uma preocupação com a estabilidade social das nações e a segurança global! Seria no mínimo ingênuo achar que os principais economistas, políticos e empresários do mundo – os mercenários que no limite

²⁸ Frederic Jameson, *Representing Capital*, p 151.

²⁹ O relatório “*Working for the Few. Political capture and economic inequality*” pode ser acessado na página da oxfam: <http://www.oxfam.org/en/policy/working-for-the-few-economic-inequality>

trabalham direta ou indiretamente para as 85 pessoas citadas -, acusassem seus patrocinadores de usurparem da população mundial a riqueza que concentram em suas mãos. À sombra desse estudo paira o relatório de 2013 da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), indicando que 842 milhões de pessoas sofrem com a fome no mundo e 1,2 bilhão vivem em situação de extrema pobreza.

“Quase cem mil mortes diárias no planeta se devem à fome. Dentre elas, 30 mil são de crianças com menos de cinco anos. Mais do que três torres gêmeas por dia que se desmoronam em silêncio, sem que ninguém chore ou construa monumentos” (Frei Betto, em declaração à swissinfo, em 2009).

Longe de indicar problemas periféricos onde meros ajustes na economia de mercado seriam suficientes para resolver tais questões, a perversidade a que a maior parte da população mundial é submetida revela a inconsistência do sistema econômico em que vivemos. E as soluções propostas são sempre pontuais, quando muito apenas amenizam periféricamente o problema e contribui para sua perpetuação. Um exemplo que nos é muito caro trata do que ficou conhecido como a “Revolução Verde”, posta em marcha a partir da década de 1960. Tal programa prometia acabar com a fome no mundo com o processo de industrialização do campo. O resultado, além de não chegar nem perto de impactar o problema a que se propunha resolver, foi catastrófico em outras dimensões. A expansão do agronegócio aumentou o tamanho das propriedades rurais acelerando o processo de devastação florestal e a expulsão dos pequenos agricultores e povos tradicionais, aumentando a violência no campo e na cidade, com o êxodo rural e inchaço das periferias urbanas, levando à cidades cada vez mais caóticas. O avanço da industrialização dos processos agrícolas tradicionalmente artesanais causam tanta dependência e solapam a autonomia do pequeno agricultor que o leva à processos de endividamento que redundarão na perda de suas propriedades. Na Índia, devido à esse fenômeno, após a entrada das grandes multinacionais do agronegócio em seus campos, hoje, a cada 30 minutos um agricultor comete suicídio³⁰. A monocultura baseada no uso cada vez mais intenso de venenos e fertilizantes contamina tudo que toca, rios, mananciais, solo e ar, além de intoxicar os trabalhadores e envenenar os consumidores com alimentos contaminados.

³⁰ Esses dados alarmantes foram divulgados em um filme lançado em 2011, chamado “Sementes Amargas”, direção de *Micha X. Peled* USA / Índia, 2011.

3.1.4. Crise Ambiental: A iminência do colapso

“Nenhum dos principais problemas ecológicos que hoje defrontamos se pode resolver sem profunda mutação social” (BOOKHIN, 2010, p 23)

“A guerra é uma condição crônica nos dias de hoje; e a incerteza econômica, uma presença constante; a solidariedade humana, um mito rarefeito. O menor dos problemas que enfrentamos não é certamente o pesadelo de um apocalipse ecológico – uma ruptura catastrófica dos sistemas que mantém a estabilidade do planeta. Vivemos debaixo da constante ameaça de que o mundo vivo esteja irrevogavelmente minado por uma sociedade enlouquecida pela sua necessidade de crescimento, substituindo o orgânico pelo inorgânico, o solo pelo cimento, as florestas por terrenos estéreis e a diversidade de formas de vida por ecossistemas despojados; em resumo, um andar para trás do relógio evolutivo, para um mundo mais antigo, mais inorgânico, mineralizado, incapaz de suportar quaisquer formas complexas de vida, incluindo a espécie humana” (BOOKHIN, 2010, p 103).

Ao focarmos o debate em torno das questões ambientais, identificamos de um lado as corporações e os Estados mobilizando um gigantesco e complexo arsenal para tratar das questões climáticas sem tocar na estrutura que a condiciona e de outro, os movimentos sociais articulando-se para evidenciar justamente o que os primeiros tentam esconder. Sem entrar propriamente nas discussões técnicas de biologia, física ou engenharia ambiental, bastar-nos-á nas próximas linhas indicar a gravidade da crise que enfrentamos.

“Despertar antes que seja tarde. Com esse título eloquente, o mais recente relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) não dá margem a dúvidas com relação à necessidade de urgentes e radicais mudanças nas orientações científicas e políticas que moldam os modernos sistemas agroalimentares. O relatório reitera e aprofunda conclusões de outros documentos de igual relevância, divulgados pelas Nações Unidas depois da crise alimentar de 2008.

“Ao focar, por diferentes ângulos, os críticos desafios que se apresentam para a agricultura no século 21, esses documentos concordam que a matriz científica e tecnológica da modernização agrícola é incapaz de oferecer respostas adequadas à tendência de acentuação das crises alimentar, energética, ecológica e climática que se alastram como fenômenos de proporções globais na história ambiental contemporânea” (PETERSEN, 2013, p 5).

Percebemos então algumas idiossincrasias da economia verde, como multinacionais ditas sustentáveis que conjugam mercados de armas químicas com agrotóxicos, petrolíferas sendo reconhecidas como ambientalmente responsáveis, energia nuclear sendo chamada de

energia “limpa”(!) e até casos de tanques de guerra ecológicos, explicitando-nos o engodo panfletário com que os responsáveis pela governança internacional estão lidando com a crise ambiental. Curioso notar que ao mesmo tempo em que o sistema hegemônico neoliberal mobiliza imensos recursos para negar a iminência da crise ambiental, identificamos duas grandes frentes de atuação que nos revela importantes contradições. Tudo o que envolve a economia verde em suas mais insólitas personificações no mundo corporativo aponta talvez muito mais uma hipocrisia do que realmente uma contradição. Mas o que dizer do dualismo governamental de diversos estados que enquanto investem em forjar pesquisas e financiar cientistas que desacreditem a gravidade da crise ambiental, investem quantias exorbitantes em projetos de geoengenharia?

“Isso tudo indica que a Terra está perdendo seu equilíbrio, está se desestabilizando. Todas as condições que permitiram a existência da vida estão mudando. A intensidade dos furacões está ligada à temperatura das superfícies dos mares. O Katrina foi o pior evento climático dos EUA até então. E foi apenas uma mostra do que está por vir. As empresas petrolíferas não estão controlando o governo dos EUA. Elas são o próprio governo” (ARMSTRONG, 2009).

Uma ação como a substituição das energias fóssil e nuclear por energias potencialmente limpas, como a eólica, a solar e a hidráulica, é apenas uma pequena parte de um reordenamento completo que o sistema precisa passar. Uma das graves ilusões dos governos atuais é que para manter a economia aquecida, deve-se manter um crescimento constante, incentivando o consumo predatório e desenfreado. As consequências são catastróficas. Mais consumo significa maiores assaltos à natureza, maiores demandas por produção de energia e imensidões de resíduos, muitos deles altamente tóxicos, que vão se acumulando pelo planeta.

“O quarto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, de 2007, afirma que as emissões de gases do efeito estufa podem levar a um aquecimento de mais de 5°C em 2100, suprimindo as condições que favorecem a humanidade desde o final da Era do Gelo” (CORREA, 2012, p 20.)

“(…) dos dez sistemas biofísicos que garantem a sobrevivência da Terra, artigos publicados na revista *Nature* teriam alertado para o fato de que dois deles estão além do limite crítico (biodiversidade e ciclo do nitrogênio), três estão com o pé neste limite (acidificação dos mares, taxa de ozônio da estratosfera e mudanças climáticas) e dois outros a um passo

dele (reserva de água potável e taxa de poluição)” (PÉCORA, 2012, p 48).

3.1.4.1 ONU e a farsa ecológica

Infelizmente, apesar de sua fundação ter sido fruto de um louvável esforço de articulação internacional pela paz mundial após o fim da segunda grande guerra do século XX, a ONU tem servido muito mais para apaziguar descontentamentos e garantir a perpetração de perversidades cada vez mais indisfarçáveis, inclusive guerras e ataques terroristas desferidos pelos países com assento no Conselho de Segurança.

Assim, não é surpresa que as Conferências Ambientais promovidas pela organização sejam muito mais discursos teatralizados e esvaziados que tentativas reais de solucionar as graves questões ambientais. Talvez em seu início o organismo até tenha gozado de certa autonomia para debater as questões ambientais, enquanto o debate era circunscrito aos ambientalistas e desde que não gerasse demandas sérias que atrapalhassem os planos desenvolvimentistas dos países líderes do capitalismo mundial. Assim, em 1972, com a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia, a ONU inaugura uma série de encontros e conferências internacionais que redundarão, ao longo dos anos seguintes em dezenas de convenções, protocolos e declarações inócuas que pouco ou nenhuma força efetiva demonstraram ter - a não ser a do discurso apaziguador. Às vésperas do vencimento do que o próprio organismo chamou de “Objetivos do Milênio” (ODM), que vencem em 2015, o planeta continua a beira de um colapso. E o quadro continuaria grave mesmo que os tais ODM tivessem sido atingidos pelos países signatários.

“Não se trata de opor os ‘maus’ capitalistas ecocidas aos ‘bons’ capitalistas verdes: é o próprio sistema, fundado na impiedosa competição, nas exigências da rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido que é o destruidor dos equilíbrios naturais. O pretense capitalismo verde não passa de uma manobra publicitária, de uma etiqueta que visa vender uma mercadoria, ou, na melhor das hipóteses, de uma iniciativa local equivalente a uma gota de água sobre o solo árido do deserto capitalista” (LOWY, 2005, p 50-51).

Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92)

“Um encontro desses [Rio92] pressupõe o reconhecimento oficial e internacional, dramático e unânime, de que a vida no planeta está sendo realmente ameaçada pelos seres humanos.

“Era de se supor que estadistas e cientistas iriam se reunir no Rio de Janeiro para fazer profundas críticas aos fatores de natureza política, econômica e psicológica que estão levando os homens a essa absurda irresponsabilidade genocida” (FREIRE, 1992, p. 9).

Entretanto, como podemos deduzir a partir do próprio nome do evento, a conferência tem como pauta buscar subsídios e recursos técnicos e científicos para continuar com o desenvolvimentismo industrial e o consumismo predatório, fundado na ostentação e no desperdício. Se de um lado reconhecem a importância do problema a ponto de montar toda uma estrutura com envolvimento de centenas de pessoas, do outro parecem incapazes de reconhecer que a única solução possível seria o abandono do capitalismo e a busca por soluções de fato sustentáveis.

“(…) os participantes oficiais da Rio 92 teriam de reconhecer (o que me parece impossível) que a exploração e destruição do homem pelo homem é e sempre será a causa da exploração e destruição da Natureza. Assim, se fossem guiados pela coerência ética, bem como pela verdade histórica e científica, os governos capitalistas teriam que propor o fim do capitalismo como a única forma real e eficaz de ser evitada a prevista catástrofe ecológica, definitiva e irreversível” (FREIRE, 1992, p. 11).

Conferencia das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

O diagrama em forma de *donuts* da oxfam, traduzido por diagrama da rosquinha pelo Instituto Vitae Civilis é uma proposta de mapeamento do desenvolvimento sustentável, como uma “bússola ao futuro que queremos”. Nesse diagrama, o círculo de dentro representaria o “piso”, ou a “base”, mínima de utilização dos recursos ambientais para garantir os direitos de toda a humanidade, e o círculo externo o “teto”, onde seriam demarcados os limites ambientais do planeta. Segundo Aaron Berlink a Rio+20 seria o encontro em que se estabeleceria os planos e metas para “vivermos dentro da rosquinha”, rumo aos Objetivos do Milênio (ODM). A proposta pode até fazer sentido. No entanto, trata-se de um cálculo muito frio e absurdamente simplificado acerca de questões extremamente complexas. Como se a matemática pudesse dar conta das nuances da vida em comunidade. Já são clássicos os erros grotescos de economistas que lançam seus prognósticos sobre os comportamentos humanos a partir de cálculos muito bem

desenhados na lousa. A ferramenta simplesmente não é essa e ademais, a ideologia por trás de suas supostas imparcialidades seguem outra lógica.

“Um dos principais defeitos dos documentos da ONU é que eles nunca se dão conta da realidade e das ameaças que pesam sobre a vida e a humanidade. Eles estão mais preocupados em salvar os sistemas bancários e o capital econômico” (BOFF, 2012)

Como podemos notar pelo histórico das lutas das esquerdas mundiais, simplesmente a elucidação das estruturas em que se sustentam o sistema opressor do capital não resolve a questão dos ativistas terem que convencer as sociedades a assumirem a luta por um novo sistema. Por diversos motivos, entre eles a crença enraizada de que tal sistema é natural, que não há outro melhor e a necessidade cotidiana da sobrevivência que os captura no jogo de acordo com as regras vigentes. Daí se destaca talvez o mais forte entre os impulsos de sobrevivência que seria o de manter o que dispõe na situação atual, ou que pensa entrar em vias de alcançar em um futuro ingenuamente próximo (MADURO, 1994, 92-3). Este seria o principal motivo de esperança que um colapso ambiental iminente pode proporcionar: Já não importaria mais as vantagens pessoais se o planeta todo está ameaçado. É hora de todos abandonarem o que estão fazendo para juntos forjarmos um novo mundo.

“A consciência do risco torna-se sujeito de mudança, oportunidade de mudança. A ecologia, que foi uma das primeiras causas (ao lado dos direitos humanos) a se constituir em redes globais, é um belo exemplo dessa luta por outro mundo possível: pequenos efeitos cumulativos, pequenas mudanças, silenciosas (às vezes não), já ocasionaram um grande efeito, sobretudo em termos de consciência coletiva” (GADOTTI, 2007, p 112).

As dificuldades em se argumentar com teorias tão fechadas do sistema podem ser solucionadas a partir das evidências crescentes da iminência do colapso ambiental, perceptível por todos a partir da sensação térmica, das oscilações climáticas e das catástrofes “naturais”, como secas, tempestades, furacões, terremotos e tsunamis cada vez mais fortes ou deslocados no tempo e espaço. Apesar de ainda encontrar muita resistência,

aponta-se um caminho bastante promissor por se contestar as crenças a partir de outras perspectivas “de fora” da disputa, com outros argumentos daqueles usualmente colocados em contraste entre os campos opostos.

A intenção desta pesquisa de mestrado é apontar caminhos que poderão ser trilhados por pessoas e comunidades ao estimulá-las o pensar por conta própria. Sugerir uma forte tendência de nossa época que auxilie os que lutam pela transformação a construirmos juntos um mundo socialmente justo e ambientalmente sustentável.

3.3. MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO. Algumas considerações.

“Uma educação geral pelo Estado é uma mera invenção para modelar as pessoas para serem exatamente umas iguais as outras: e como o molde em que são plasmadas, o que agrada a força dominante no governo, ele estabelece um despotismo sobre a mente, que, por uma tendência natural, conduz a um despotismo sobre o corpo” (MILL, 2010).

Entendemos que uma das consequências mais perversas da escolarização da sociedade, além da massificação e do solapamento dos indivíduos, seja a esterilização dos potenciais educativos e responsabilidades pedagógicas de todas as outras instituições e relações sociais. Na linha moderna da fragmentação do conhecimento, as responsabilidades institucionais e comunitárias também são compartimentadas e isoladas. Diante desse quadro a comunidade abre mão de sua responsabilidade educativa perante as novas gerações e toda essa carga vai pesar sobre os ombros dos profissionais do ensino, geralmente pouco preparados, mal remunerados, com baixa auto-estima e extremamente cobrados de maneira usualmente equivocada, focada na eficiência e produtividade. Esses profissionais, em sua maioria, compõem aquela parcela que denominamos como oprimidos, sendo que alguns se alinhariam entre os ativistas, mas se assim o fizerem, terão que enfrentar cotidianamente monumentais batalhas contra um sistema enrigecido.

Além do absurdo funcionamento da escola como uma fábrica, onde nossas crianças são tratadas, moldadas e formatadas como produtos, outro grande problema é esse que foca a instituição escolar como sendo o único espaço destinado à transição das crianças ao mundo adulto e os professores como únicos responsáveis por tal tarefa homérica. Como se não bastasse o descabido de tamanha cobrança, o profissional do ensino é comumente lesado, boicotado e limitado, para não falar amordaçado em seu potencial criativo, em sua

autonomia e em sua capacidade de exercer seu papel social. Justamente porque a escola é o local de primazia da disciplina, da hierarquia, da competição, da ordem e da sujeição. Onde o conhecimento é fragmentado em disciplinas, preso em grades curriculares e ensinado como verdades dogmáticas onde só cabe ao aluno decorar e obedecer se quiser “ser alguém na vida”.

O conflito da escola atual se agrava com a discrepância entre o discurso e a prática. Enquanto o discurso sobre o papel da educação que se apropria das demandas populares prega a liberdade, a transformação e socialização dos indivíduos, a função prática da instituição escolar é a cooptação, a padronização, a manutenção da ordem e o estímulo à individualidade competitiva. Em meio a essa esquizofrenia institucional o professor acaba desempenhando um papel autoritário diante das novas gerações desajustadas, enquadrando-as na ordem estabelecida enquanto defende incoerentemente sua tarefa supostamente emancipadora.

O único meio que o profissional da educação “formal” tem de impactar positivamente a sociedade é se colocar na contracultura, na guerrilha simbólica, é emancipar a si mesmo da alienação e das forças objetivas e subjetivas que o oprime, e migrar da categoria dos oprimidos para a dos ativistas. A tarefa do educador contemporâneo que se pretenda coerente com a missão a ele incumbida por nossa comunidade é desafiar a ordem estabelecida, atuar no “lado B” do *status quo*. Se o educador quiser assumir seu papel transformador e exercer criativamente a mediação entre o educando e o mundo de maneira dialógica e verdadeira, terá que se colocar contra o sistema, terá que quebrar a grade, romper a hierarquia e a disciplina. Terá que transformar a si próprio e o meio em que atua.

Além da necessária militância do esforço em se transformar a escola a partir da atuação de dentro de seus quadros oficiais, há a inda as experiências, até agora um tanto isoladas, mas constantes e históricas, de práticas alternativas, como a escola democrática, a educação crítica ou as experiências da pedagogia libertária, entre outras. Essas alternativas procuram diminuir a distância entre o que se espera da educação, no sentido humanista, libertário e emancipador, e as suas práticas reais. Para tanto elas deixam de seguir estritamente os parâmetros, referenciais e diretrizes curriculares, pedagógicas e de gestão preconizados pela rede oficial e passam a buscar, cada uma à sua maneira, desenvolver

práticas pedagógicas mais adequadas à realidade em que vivem e radicalmente mais coerentes com o discurso que emanam.

Se o paradigma pós-moderno e libertário fosse assumido para a educação criar-se-ia cenários onde cada grupo, coletivo ou comunidade pudesse experimentar e descobrir procedimentos livremente. Implicaria em permitir, incentivar e fornecer os meios para que a educação aconteça de acordo com as demandas das comunidades e se desenvolva localmente de acordo com sua prática. Forneceria um sistema público democrático e livre com estímulo e apoio ao ensino autônomo, ao lado de subsídios para desenvolvimentos de experimentos fora do âmbito impositivo dos sistemas estaduais ou municipais. Não exclusivamente na escola, mas onde quer que o grupo proponente julgue apropriado, viável ou factível. Escolas, clubes, centros comunitários, praças, parques ou bibliotecas.

“Existem multiplicidade de experiências que têm se atrevido a transformar as estruturas da escola. Experiências de educadores que se atreveram a pensar a escola desde outros lugares. Muitas delas tem se convertido em métodos formais, outras trabalham desde espaços comunitários e populares, algumas tem escolhido continuar a experiência em forma privada e muitos outros o fazem de dentro das aulas da escola pública. Estes exemplos são provas vivas de que os esquemas tradicionais da escola podem ser reinterpretados e alterados. Existem experiências em toda classe e grupo social onde tem havido educadores com intenção de mudar. Educação Ativa, Popular, Libertária, Cooperativa, Livre, Ecológica, Democrática, Holística, Étnica, Educação sem Escola, Educação em Casa. Em maior ou menos medida, todas apostam em pensar a aprendizagem como contínuo crescimento, como o intercâmbio vivo entre o indivíduo, seus pares, seu entorno e sua comunidade. Uma educação Viva” (Escolarizando o mundo. O último fardo do homem branco. 2:11:37)

Uma estratégia democrática em que é possível a diluição e equilíbrio do papel do educador é o estabelecimento de que todos os funcionários e colaboradores do espaço educativo devem ter seu potencial educador reconhecido, tendo a possibilidade de participar de atividades pedagógicas de acordo com seu interesse particular. Todos devem receber o mesmo salário e ter as mesmas oportunidades. Da faxineira ao coordenador pedagógico. A todo colaborador deve ser concedida a livre participação, junto com alunos e pais nos processos decisórios que vão desde o conteúdo curricular até a administração financeira da entidade, passando, logicamente pelas práticas pedagógicas. Esse tipo de gestão tem sido chamado de “organização de centro vazio”, e significa que não há “chefes”

no centro de decisões e comando, “mantendo a energia na periferia, e não tendo nada no centro da organização, exceto um conjunto de princípios acordados, onde é possível maximizar a criatividade e inovação” (John Croft³¹).

Todos devem ter a seu dispor recursos suficientes para a sua formação contínua, para a manutenção e aquisição da estrutura física e materiais pedagógicos adequados para o projeto construído por sua comunidade, além de um plano de carreira atrativo e digno. Seus serviços como mediadores entre as novas gerações e o mundo que herdarão devem ser valorizados em todos os ambientes da comunidade, para muito além dos muros da escola.

Os educandos, por sua vez, devem estar aptos a se dedicarem às práticas propostas, isso significa que devem gozar de plena saúde, sempre bem alimentados, sem preocupações básicas com relação à sobrevivência, violência e moradia e que possam ir e vir livremente. Deste pré-requisito se impulsiona o ativismo político e o envolvimento de toda a comunidade pela transformação social necessária para que se garanta os direitos básicos de todos e todas.

O amadurecimento gradual do entendimento do educando com relação ao mundo que o cerca deve ser um dos objetivos do conteúdo a ser trabalhado. Assim como as habilidades necessárias para a subsistência e autonomia, como atividades manuais de produção artesanal, a agroecologia e a permacultura. Tais conteúdos são geralmente trabalhados com os educandos com o desenvolvimento de projetos pessoais e coletivos a partir dos quais são desenvolvidas estratégias e metas as quais incluem participação em oficinas, pesquisas, leituras, trabalhos práticos e produtivos.

“Não há dúvida de que se nós olharmos honestamente as formas tradicionais de educação e compará-las ao sistema de educação moderno atual, veremos que as formas tradicionais de conhecimento promoveram sustentabilidade. Todas essas culturas não foram perfeitas, mas elas conheciam seu próprio e específico clima, solo, água e elas conseguiram sobreviver independentemente, responsáveis por suas próprias vidas, por gerações após gerações. Na economia moderna e com o sistema educacional moderno, as crianças não aprendem nada daquilo, mas ao invés disso, elas aprendem basicamente como usar produtos corporativos em uma cultura urbana de consumo. Então, uma vez educadas em escolas modernas elas literalmente não sabem como sobreviver em seu próprio

³¹ Tais ideias de John Croft foram anotadas durante uma oficina sobre *Dragon Dreaming* ofertada como uma das atividades autogestionadas que compuseram a Cúpula dos Povos. Para mais informações sobre as ideias e propostas de John acessar <http://www.dragondreamingbr.org>

meio ambiente” (Helena Norberg-Hodge, da Sociedade Internacional pela Ecologia e pela Cultura. In *Escolarizando o mundo. O último fardo do homem branco*. 12min 40s - 13min 28s).

O estímulo à participação das crianças nos processos decisórios sobre questões pedagógicas e de gestão administrativa, incentivando a promoção de assembleias, grupos de trabalho, comissões, entre outros mecanismos de democracia direta são imprescindíveis na formação de cidadãos autônomos e responsáveis. A liberdade que se pretende estimular deve ser construída e experienciada em todo o processo educativo.

“A educação visa à ação. Ora, a ação humana tem três requisitos essenciais. Em primeiro lugar, o homem age diante de um fato que é real para ele; é portanto, imprescindível que ele tome consciência da realidade sobre a qual vai agir. Ao lado disso, o homem assume uma atitude diante dessa realidade. Para que a atitude se concretize em ação, o homem parte sempre dos meios que lhe oferece a cultura (sejam esses meios instrumentos físicos, verbais, etc.). A organização didática de uma ação educativa não pode, portanto, deixar de situar-se nesses três planos: conscientizar, motivar atitudes, proporcionar instrumentos de ação” (MEB, 43. *Análise teórica: 1. apud: FÁVERO, 2006, p.175*).

Na escola tradicional, a divisão das crianças em séries de acordo com suas idades fisiológicas, o uso de uniformes, a disposição da classe em fileiras, a supervalorização das técnicas de memorização e a submissão indiscriminada às avaliações indiferenciadas estão a serviço da padronização das identidades, da massificação das individualidades. O professor que tem a missão de comandar a disciplina neste ambiente recebe assim mais uma gama de estímulos que o induzem a tratar todas as crianças como se não houvesse variações de aptidões, gostos e vontades. São levados a cobrar de todas o mesmo comportamento excluindo do grupo qualquer desvio. Reproduzem assim a segregação do diferente, estimulam o *bullying* e gradualmente inibem nas crianças toda sua espontaneidade e criatividade. Ao propor a abolição de tais mecanismos, incentivamos as crianças a conviverem com o diferente e aguçamos a percepção de que cada um é um indivíduo único, cuja individualidade deve ser respeitada e valorizada por todos e todas. Abrimos espaço para que a diferenciação entre o normal e o especial seja relativizado e possibilitamos a reinserção dos excluídos e marginalizados no seio da comunidade.

“Metodologicamente a proposta anarquista de educação vai procurar trabalhar com o princípio de liberdade, o que abre duas vertentes de

compreensão e de ação diferenciadas: uma que entende que a educação deve ser feita através da liberdade e outra que considera que a educação deva ser feita para a liberdade; em outras palavras, uma toma a liberdade como meio, a outra como fim” (GALLO, 2007, p 23-24).

De fato, liberdade e autonomia compõem o cerne dos valores anarquistas e precisam ser estimulados e construídos durante todo o processo de aprendizagem.

“Aquele que comanda busca sempre seu benefício, e, seja por ignorância, seja por malevolência, trai o povo. O poder faz subir o orgulho à cabeça até mesmo dos melhores.

“De resto, e essa é a principal razão de não querer nenhum chefe, é preciso que os homens cessem de ser conduzidos como um rebanho e habituem-se a pensar e a tomar conhecimento de sua dignidade e de sua força!

“Para educar o povo, habituá-lo à liberdade e à gestão de seus interesses, é preciso deixá-lo agir por si mesmo, fazer-lhe sentir a responsabilidade de seus atos” (MALATESTA, 2011, p 71).

A liberdade não pode ser ensinada teoricamente em uma situação coercitiva. Se pretende-se estimular seres livres o processo deve ser eminentemente livre desde o início. Visto que o anarquismo é uma proposta de ação política onde os meios são tão importantes quanto os fins, a liberdade que deve ser exercida no processo pedagógico está de acordo com seus valores mais básicos. Outrossim, faz todo sentido que aquilo que se busca alcançar seja exercitado durante o processo, haja visto toda a problemática que se coloca quando se prorroga o convívio com o mundo que se almeja construir para um futuro utópico que vai se afastando a cada passo que se dá em sua direção. Consideramos tão importante tal perspectiva que dedicaremos à ela mais algumas linhas para narrar um caso ilustrativo.

Durante o Fórum Social Temático de 2014³², o Observatório Internacional de Democracia para a América Latina, coletivo de instituições que desenvolvem estudos e ações de políticas participativas em seus territórios, animou um debate sobre a baixa adesão dos cidadãos aos espaços de participação política, destacando ainda o despreparo generalizado em tudo o que envolve a utilização desses espaços. Da interpretação de índices e estatísticas à organização comunitária, parecia que os municípios precisavam

³² De 21 a 26 de janeiro de 2014 em Porto Alegre/RS. http://www.forumsocialportoalegre.org.br/programacao/programacao_geral.pdf

passar por processos de formação básica antes de fazerem uso adequado desse espaço. Tal leitura era feita também num esforço de se entender a falta de interesse por esses processos. Ora, para nós está claro que a participação política deve ser construída desde a infância, habituando os cidadãos a tomarem para si a responsabilidade pelo governo de seus interesses além de municiá-los do ferramentário necessário para tal articulação. Tal deveria ser a função social da educação.

“Deve-se entender por função social da educação a contribuição que ela dá para manter ou transformar certa ordem social; ela tanto pode ser uma agência de controle social, quanto um fator de mudança social no seio do sistema associatório global” (FERNANDES, 1979c, 190)

Segundo Roberto Freire (entre outros) a primeira infância (dos 0 aos 7 anos) é crucial para a formação do indivíduo reprimido, já que seria nessa fase “que se consegue atingir com maior sucesso a sensibilidade vulnerável da criança através do amor e do medo. Depois, o resto do trabalho repressor é apenas complementar.” (FREIRE; BRITO, 1986, p. 36)

“Aprender deve significar fundamentalmente desaprender certas coisas, ou seja, nos livrarmos daquilo que nos ensinaram a fazer e a pensar em detrimento da expressão livre da espontaneidade. Para conhecer o mundo e a reserva cultural acumulada pela experiência da humanidade, não há necessidade de nos desconhecer e de impedir a expressão de nossa originalidade” (FREIRE; BRITO, 1986, p. 35).

Realmente, após uma infância inteira de descaso público, adestramento, subserviência, obediência e cooptação o início da participação política na idade adulta é um desafio absurdamente árduo. É a partir dessa perspectiva que se destaca o interesse dos anarquistas pela educação. Tanto para evitar toda a massificação e adestramento militar a que são submetidas nossas crianças, quanto pelo seu oposto, o potencial de se já as municiar com as ferramentas necessárias para o outro mundo que almejamos construir.

Voltaremos nossa análise agora para a prerrogativa mais próxima dos ideais libertários, onde já não seria mais necessário um sistema repressor como o escolar, ou seja, o desenvolvimento de uma comunidade em que os processos educativos estivessem espalhados em todos os espaços, sua responsabilidade compartilhada por todos os munícipes e situações de aprendizado sendo estimuladas em toda parte.

“Se a educação deve ser sociologicamente analisada como processo social inclusivo, é legítimo conceber a sociedade como sendo, toda ela, uma situação educativa” (FORACCHI, 1979, p. 31).

Talvez o mais próximo que se tenha chegado de tal perspectiva – de uma sociedade sem escolas -, tenham sido algumas experiências dentro de comunidades alternativas onde a educação é exercitada de maneira completamente livre no seio da comunidade. Mas por mais que se pretenda no futuro uma sociedade sem escolas, é preciso atuar na realidade agora, conforme os meios disponíveis no momento e a maioria das experiências de educação libertária acabaram por aceitar terem seus inícios circunscritos à instituição escolar, enquanto paralelamente se construía as condições necessárias para a transformação social que permitiriam que seus muros fossem derrubados. No lugar dos muros há de se contar com uma comunidade que exerça sua responsabilidade educativa com relação às novas gerações, que se ficassem simplesmente abandonadas na doentia sociedade atual teriam seu desenvolvimento totalmente negligenciado.

“Em síntese, parece fundamental combinar os dois tipos de intervenção necessários à transformação familiar. Desenvolver uma pedagogia na primeira infância que dotasse a criança de mecanismos que a ajudassem a resistir ao autoritarismo, incentivando, por outro lado, a sua criatividade, a sua autonomia. E, ao mesmo tempo, intervir no sentido de modificar as relações ocultas de poder que operam na família, transformando os papéis convencionais de filhos e pais no sentido de limpar qualquer conteúdo de subserviência e repressão” (FREIRE; BRITO, 1986, p 40).

No entanto, como nos adverte Istvan Meszáros trata-se de uma tarefa não somente árdua, mas praticamente impossível a manutenção de uma escola onde os preceitos e valores não sejam os mesmos da sociedade em que ela está inserida.

“uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

O histórico das escolas anarquistas, libertárias ou simplesmente alternativas confirma tal dificuldade. Quase todas tiveram sua continuidade ou dramaticamente interrompida ou no mínimo dificultada por diversos entraves externos. A mais famosa

linhagem de escolas libertárias é a das escolas Modernas, iniciadas na Espanha por Francisco Ferrer y Guardia. Apesar de sua primeira experiência em Barcelona ter funcionado por apenas cinco anos, entre 1901 e 1906, após o assassinato de seu criador pelas forças repressoras espanholas o modelo desenvolvido foi rapidamente internacionalizado, chegando ao Brasil em 1909. Também por aqui a proposta logo se espalhou por diversos estados, mas a partir de 1919 foram enfim proibidas pelo governo federal. (ANTONY, 2011; CODELLO, 2007; GALLO, 2007; LIPIANSKY, 2007). Alguns dos envolvidos nessas experiências continuaram driblando a ilegalidade, seja simplesmente mudando de nome ou migrando para a educação não escolar, notadamente as promovidas pelos Centros de Cultura Popular. (GALLO, 2007; SIEBERT, 1996; TRAGTEMBERG, 1982). Aqui deixaremos indicada uma ponte que nos parece muito promissora, mas que precisa ser verificada mais a fundo, entre a pedagogia libertária e as experiências desenvolvidas pelo Centro de Cultura Popular do Nordeste, de onde se destacou a atuação de Paulo Freire. (FÁVERO, 2006; PASSETTI, 1998; PRETTO; TOSTA, 2010; SILVA, 2003). Além da coincidência do tipo de instituição que abrigou o desenvolvimento de suas ações, os conceitos de emancipação, autonomia e comunicação dialógica, chave da pedagogia freiriana são princípios básicos das pedagogias libertárias e alicerces fundamentais para diversas experiências educacionais e pedagogias livres e alternativas. Vejamos as propostas que Bakunin elaborava lá nos anos 1871:

“Não serão mais escolas; serão academias populares, nas quais não se poderá mais tratar nem de estudantes, nem de mestres, onde o povo virá livremente ter, se assim achar necessário, um ensinamento livre, nas quais, rico de experiência, ele poderá ensinar por sua vez muitas coisas aos professores que lhe trarão conhecimentos que ele não tem. Será pois um ensinamento mútuo, um ato de fraternidade intelectual entre a juventude instruída e o povo.

“A verdadeira escola para o povo e para todos os homens feitos é a vida. A única autoridade onipotente, simultaneamente natural e racional, a única que poderemos respeitar, será aquela do espírito coletivo e público de uma sociedade fundada no respeito mútuo de todos os seus membros” (BAKUNIN, 2011, p 75).

Hoje, o acúmulo de experiências em educação alternativa, democrática, livre ou libertária já possibilita a formação de redes de troca e interação onde todas saem mais fortalecidas e com maiores possibilidades de continuidade e êxito. (APARICI, 2010; CASTELLS, 1999, 2003; GOHN, 2010b, SINGER, 2011)

Além do esforço em se criar espaços educativos autônomos, similares ao que hoje conhecemos como escola, há de se estimular processos pedagógicos em outros âmbitos da vida comunitária, seja no acompanhamento das artes e ofícios com o estímulo ao retorno da função de aprendiz, seja no fomento a espaços públicos preparados para as trocas de conhecimento, como os museus, os clubes e centros comunitários, mas também na democratização da mídia e na abertura de espaços políticos de gestão participativa. Entre as inúmeras possibilidades educativas que a vida em comunidade oferece à seus cidadãos, a formação de grupos de interesse que dialoguem com a gestão pública, seja organizando demandas, exercendo pressão política, ou desencadeando processos pedagógicos de difusão dos temas que lhes parecem mais prementes, é um dos processos mais potentes e promissores. Trata-se da área de atuação dos movimentos sociais, que entendemos constituir etapa essencial para a transformação da sociedade em todos os aspectos, inclusive rumo à uma sociedade sem escolas.

Partindo do questionamento acerca da educação convencional, chegamos à necessidade de se reformar além do ensino, o próprio pensamento (Morin). Se for verdade o que Meszáros aponta, que não adianta tentar mudar o sistema de ensino enquanto a sociedade se mantiver a mesma, como iniciar a transformação? Paulo Freire tem uma frase nessa linha, onde indica que a “educação não muda o mundo, muda pessoas. Pessoas mudam o mundo”. Ora, a atuação das pessoas em prol da mudança do mundo se dá nas ações políticas, que quando coletivas chamamos de movimentos sociais. Podemos daqui deduzir que a partir dos movimentos sociais podemos mudar o sistema de ensino. Como? A partir da própria prática pedagógica desenvolvida no processo da atuação dos movimentos sociais e a maior valorização do processo com relação ao próprio fim. Assim, apontaríamos para o que José Pacheco socraticamente defende, que a educação se dá nas relações, ou seja, não deve ser centrada nem no professor, como na educação convencional, nem no aluno, como em algumas propostas alternativas.

Reconhecendo então que todas as ações dos movimentos sociais são ações educativas, configurando uma das inúmeras possibilidades de aprendizagem e produção de saberes fora da escola³³ e que a sociedade por qual lutamos será educativa em todas as suas

³³ Sobre educação e movimentos sócias ver Maria da Glória Gohn em Teorias dos Movimentos Sociais (GOHN, 2011), Movimentos Sociais e Educação (GOHN, 2001) e Movimentos Sociais na Contemporaneidade (GOHN, 2010).

relações comunitárias, dispensando a instituição escolar, enquanto centro disciplinar das sociedades autoritárias³⁴.

“Nós anarquistas, que trabalhamos pela emancipação completa de nosso indivíduo, colaboramos por isso mesmo para a liberdade de todos os outros (...). Nossa vitória pessoal não se concebe de modo algum sem que ela torne-se, ao mesmo tempo, uma vitória coletiva.” (RECLUS, 2011, p. 66)

As ações dos movimentos sociais são constituídas como ações educativas, plenamente e potencialmente, principalmente em três aspectos. Em sua atuação “para fora”, no que incide sobre a comunidade, a prática dos MS é educativa, pois, salvo as instituições de cunho assistencialista e remediadoras de situações extremas, para atingir seus objetivos precisam acionar uma série de técnicas educativas e de comunicação para dialogar com a comunidade que pretendem transformar. É essencialmente educativo também em sua organização interna, deliberadamente na formação de novos quadros e aprimoramento de suas técnicas, e praticamente no próprio exercício de suas ações. E os MS são potencialmente educadores, pois tem a possibilidade muitas vezes exercida de colocar em prática ações de educação popular e comunitária, algo que os aproximam da educação escolar, mas com um potencial transformador muito maior, além de principal formadora de quadros para os próprios movimentos³⁵.

“Para o MST, investir em educação é tão importante quanto o gesto de ocupar a terra, um gesto, aliás, que se encontra no cerne da pedagogia do movimento. Aqui, educar é o aprendizado coletivo das possibilidades da vida. As dores e as vitórias são face e contraface do mesmo processo” (Pedro Tierra, em viagem a Eldorado dos Carajás, no Pará, após o massacre de 17 de abril de 1996. Apud CALDAT; KOLLING, 1997).

A educação comunitária pode ser um campo extremamente fértil para o exercício das mudanças do sistema educativo, uma vez que nestes espaços as correspondentes transformações no quadro social já se encontrariam em movimento, já que a realidade da comunidade é transformada ao mesmo tempo em que a prática educativa é implementada.

³⁴ Sobre a sociedade sem escolas remeto ao clássico livro de Ivan Illich (ILLICH, 1985)

³⁵ Segundo Boaventura de Sousa Santos, o movimento de educação popular é formado por militantes de diversas causas e tende a construir alguma idéia de agenda comum, de inter-relações entre suas temáticas. (SANTOS, 2012)

“A atividade política, dentro da concepção de política que esboçamos, é uma atividade pedagógica por excelência. Nada é mais pedagógico, no sentido de desenvolver a autonomia e a criatividade das pessoas, do que a geração de relações não autoritárias. O processo em si traz o aprendizado mais fundamental: o da liberdade. E, ao mesmo tempo, nada é tão contagiante como o gosto pela liberdade” (FREIRE; BRITO, 1986, p. 41)

Aceitando e incorporando toda a diversidade social na prática pedagógica, coloca-se em destaque o caráter processual e inacabado da construção do conhecimento. Relativiza-se a formalidade dos saberes possibilitando que todos e todas envolvidas no processo assumam em si e reconheçam no outro os papéis concomitantes de educadores e educandos.

“Esse é um grande problema para nós que vivemos dentro de um contexto social repressivo: temos de desempenhar uma atividade libertadora nos liberando ao mesmo tempo. A contradição com o ambiente social, em vez de ser imobilizante, deve ser transformada numa profunda fonte energética. Temos de aprender a beber nestas contradições. E não é beber no sofrimento, é beber no prazer de estar realizando as nossas utopias, os nossos sonhos, em uma sociedade adversa. Prazer maior é sentir que tudo isto, além de nos permitir viver, ajuda a destruir os pilares desta sociedade autoritária. Quem não sentiu o gosto da liberdade não sabe o que é ser livre e não vai poder propiciar liberdade” (FREIRE; BRITO, 1986, p 42-3).

“A comunidade é o espírito, a luz-guia da tribo; é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem seu propósito e para cuidar umas das outras. O objetivo da comunidade é assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons que trouxe ao mundo, da forma apropriada. Sem essa doação, a comunidade morre. E sem a comunidade, o indivíduo fica sem um espaço para contribuir. A comunidade é a base na qual as pessoas vão compartilhar seus dons e recebem a dádiva dos outros.

“Quando você não tem uma comunidade, não é ouvido; não tem um lugar em que possa ir e sentir que realmente pertence a ele; não tem pessoas para afirmar quem você é e ajudá-lo a expressar seus dons. Essa carência enfraquece a psique, tornando a pessoa vulnerável ao consumismo e a todas as coisas que o acompanham.

“Além disso, a falta de comunidade deixa muitas pessoas com maravilhosas contribuições a fazer sem ter onde desaguar seus dons, sem saber onde pô-los. Quando não descarregamos nossos dons, vivenciamos um bloqueio interior que nos afeta espiritual, mental e fisicamente, de muitas formas diferentes. Ficamos sem ter um lugar para ir, quando temos a necessidade de ser vistos” (SOMÉ, 2003, p 35-36)

Como já mencionado diversas vezes ao longo desta argumentação, o paradigma que permeia nossa perspectiva é o do pensamento complexo, de Edgar Morin, que Boaventura de Sousa Santos chama de ecologia dos saberes, e outros autores de pensamento sistêmico, perspectiva holística, entre diversas nomenclaturas com algumas variações. Esses conceitos, em geral, apontam para a transdisciplinariedade como superação da tendência tecnocrata da ciência moderna, por ter fragmentado os saberes, dificultando o entendimento do uso político das ciências, submetendo-as à mercantilização da vida, da sociedade e da natureza. Significa que para restituir ao homem a capacidade da autogestão individual e comunitária, é necessário fomentar visões mais amplas da sociedade, promovendo o interrelacionamento dos saberes. Para que possamos tomar em nossas mãos as rédeas de nossa autonomia política, e por conseguinte os rumos de nossa vida em comunidade, precisamos ser capazes de entender e traçar um panorama geral dos mecanismos que regem nossa vida em sociedade. Assim, a divisão do conhecimento em disciplinas isoladas e sua exponencial especialização, como em uma linha de montagem, é um contrassenso para os objetivos do bem comum, funcionando muito mais para a alienação política, para o controle e a imposição de estruturas sociais que pesam sobre os ombros da maioria em benefício de poucos privilegiados.

Classicamente, a pedagogia libertária trabalha esses valores no conceito de educação integral, onde todas as potencialidades do ser humano serão concomitantemente estimuladas.

“A concepção do homem que subjaz à teoria da educação integral é decorrente do humanismo iluminista do século dezenove, percebendo-o como um ‘ser total’; o homem é concebido como resultado de uma multiplicidade de facetas que se articulam harmoniosamente e, por isso, a educação deve estar preocupada com todas estas facetas: a intelectual, a física, a moral, etc.

“(…) Politicamente, a educação integral define-se já de saída: baseia-se na igualdade entre os indivíduos e no direito de todos a desenvolver suas potencialidades” (GALLO, 2007, p. 35).

“A boa educação, para retomar o título do volume, ocorre ativando ao mesmo tempo todas as habilidades manuais e intelectuais (desenvolvimento harmônico e psicofísico do homem completo); todos os componentes do sentimento e da razão (formação ética do homem); e à condição que tais ativações sejam colocadas no interior de um projeto mais vasto, que compreende a crítica incessante do princípio de autoridade (criação permanente e inexaurível do homem livre e responsável)” (BERTI, *In* CODELLO, 2007).

Caminhando rumo à restituição do pensamento complexo, e da teoria da emergência, como etapa fundamental da emancipação humana, como também queria Paulo Freire, percebemos o quão artificiais são as linhas que dividem as áreas do conhecimento, tão arbitrarias quanto a divisão política imposta aos povos africanos no recente período neocolonial³⁶. Assim, entendemos que todas as relações sociais são ao mesmo tempo carregadas de potenciais políticos, educativos e comunicacionais. Que toda ação humana é trabalho, é lazer e é arte, ao mesmo tempo. Que todo movimento é expressão, dança e celebração. Que não se pode entender um rio a partir de um copo de água retirada de seu curso. Que, como nos indicou Heráclito, um homem nunca se banha duas vezes no mesmo rio, porque da segunda vez nem o rio nem o homem serão os mesmos.

“Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas normas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional” (CASTELLS, 2013, p. 14).

3.4. ECOLOGIAS. Alguns conceitos e desdobramentos.

“A luta pela Ecologia, no sentido de possibilitar que as pessoas não tenham limites ao seu crescimento natural, à sua capacidade de autorregulação, inclui a luta pelo verde, mas é muito mais ampla do que isto. A questão ecológica não é só resguardar o espaço físico necessário à sobrevivência humana. É também a recriação do espaço cultural e social necessários a esta sobrevivência sem limites. O socialismo sustentado por uma política do cotidiano é, sobretudo, uma necessidade ecológica” (FREIRE; BRITO, 1986, p. 34).

Ecologia

Apesar de o termo “ecologia” ter sido proposto pelo biólogo, naturalista, darwinista e positivista alemão Ernst Haeckel, foi rapidamente incorporado por diversas linhas e

³⁶ As nações européias avançaram durante os séculos XIX e XX por todo o continente africano fragmentando seu território, criando colônias e traçando arbitrarias fronteiras políticas com o intuito de organizar sua exploração, dividindo entre si regiões que impuseram entre outras gravíssimas e violentas consequências, a separação de sociedades coesas e o convívio forçado de povos inimigos confinados à áreas restritas.

propostas que ampliavam seu uso original. Em 1869, o conceito era assim definido por seu criador:

“Pela palavra ecologia, queremos designar o conjunto de conhecimentos relacionados com a economia da natureza - a investigação de todas as relações entre o animal e seu ambiente orgânico e inorgânico, incluindo suas relações, amistosas ou não, com as plantas e animais que tenham com ele contato direto ou indireto, - numa palavra, ecologia é o estudo das complexas inter-relações, chamadas por Darwin de condições da luta pela vida”.³⁷

De fato, a etimologia do termo revela que a construção se refere ao “estudo da casa”, com seus componentes de origem grega “oikos” e “logos”, significando casa e estudo, respectivamente.

Apesar de todas as aplicações e ampliações que o conceito recebeu ao longo de seus quase 150 anos de existência, ainda prevalece seu sentido original, geralmente circunscrito às coisas da natureza em oposição à cultura humana, resquícios de uma concepção dualista de mundo concebido sob o prisma da modernidade ocidental, mas que, como indicamos, começa a ser transformado no bojo da transição paradigmática.

Ecologia Humana

A ecologia humana representa um passo na direção da integração do homem com a natureza, mas ainda de maneira bastante limitada. Em geral, trata de compreender o meio natural, orgânico e inorgânico como o meio de garantir a sobrevivência da espécie humana. Seria algo centrado no indivíduo a tal ponto que a defesa da natureza se faz por uma atitude quase egoísta, antropocêntrica, de manutenção da própria espécie. Como se vê, natureza e sociedade permanecem em campos opostos, de maneira dicotômica, mas há um processo incipiente de reconciliação.

Ecologia Social

O anarquista estadunidense Murray Bookchin é o principal defensor da ecologia social, que representa um enorme avanço para o apaziguamento da luta do homem contra a

³⁷ Apud “Ecologia: Ecosistema e Cadeia Alimentar”. IN: Programa Educar. CDCC, São Carlos, USP. Disponível em: < <http://educar.sc.usp.br/ciencias/ecologia/ecologia.html> >.

natureza, justamente por propor a superação dessa oposição artificial. Chega mesmo a ser uma proposta de reencantamento do mundo, e principalmente no caso de Bookhin, a partir de perspectivas puramente científicas, sem concessões à influências metafísicas.

“A ecologia social tenta mostrar de que modo a natureza lentamente se introduz na sociedade, sem ignorar as diferenças entre uma e outra, por um lado, nem a extensão pela qual se fundem, por outro. (...)”

“A ecologia social levanta questões importantes quanto aos diferentes modos como a natureza e o social têm interagido ao longo dos tempos e que problemas de interação tem originado” (BOOKHIN, 2010, p 115).

“O que une a sociedade à natureza em uma contínua e gradativa evolução é a notável extensão pela qual os seres humanos, vivendo em uma sociedade racional e ecologicamente orientada, poderiam envolver a criatividade da natureza – distinguindo-se isto de um critério de êxito evolutivo puramente adaptativo. As grandes realizações do pensamento humano, a arte, a ciência e a tecnologia, não servem apenas para monumentalizar a cultura, servem igualmente para monumentalizar a própria evolução natural” (BOOKHIN, 2010 p 122).

Bookhin restitui às sociedades humanas a natureza que lhe é intrínseca e demonstra como a ecologia social pode restaurar o equilíbrio entre natureza e cultura de maneira completamente harmônica. Tal perspectiva, no entanto, aprofunda-se nas conseqüências políticas que engendra e a militância pelo abandono do sistema capitalista passa a ser uma das principais bandeiras dessa corrente, que defende os valores anarquistas como valores da própria natureza da condição humana.

“A ajuda mútua, a auto-organização, a liberdade, a subjetividade são, quando sentidas a partir dos princípios da ecologia social (unidade na diversidade, espontaneidade, e relações não-hierarquizadas), valores que encontram todo o seu sentido em si mesmos” (BOOKHIN, s.d., p 71).

Ecologia Evolutiva

Dando sequência ao desenvolvimento da ecologia social, Bookhin busca restaurar às sociedades humanas a própria essência da evolução da natureza, que manifesta através de nós toda a sua capacidade de percepção racional e desenvolvimento intelectual. Os seres humanos são, de acordo com a ecologia evolutiva de Murray Bookhin, a manifestação da capacidade intelectual da natureza. Seria como se através dos seres humanos, a natureza pudesse ter consciência de si mesma.

“A questão, portanto, não é que, de qualquer modo, a evolução social se firma por oposição à evolução natural. É como a evolução social pode situar-se na evolução natural e porque tem sido arremessada – escusadamente, como argumentei – contra a evolução natural, em detrimento da vida como um todo. A capacidade de ser racional e livre não basta para assegurar que essa capacidade se concretize. Se a evolução social é vista como a potencialidade para a expansão dos horizontes da evolução natural até linhas criativas sem precedentes, e os seres humanos como a potencialidade da natureza se tornar auto-consciente e livre, então a questão é porque estas potencialidades têm sido desviadas e como podem vir a concretizar-se” (BOOKHIN, 2010, p 126).

A ecologia evolutiva surge como uma tentativa de aproximação entre a ecologia e a teoria da evolução das espécies. Murray Bookhin representa uma corrente destoante deste grupo e fundamenta sua argumentação não em Darwin, mas em Kropotkin. Enquanto o célebre evolucionista inglês defendia que a evolução das espécies se dá a partir da competição, onde apenas os mais fortes e mais bem adaptados às adversidades da vida darão continuidade à espécie implementando uma luta sangrenta pela sobrevivência, Kropotkin destaca que é a partir da cooperação, do apoio mútuo, que as espécies sobrevivem, e assim, evoluem.

“Há, desde o século 19, uma abundante literatura que põe em evidencia o papel da cooperação entre as espécies e a sua importância para a sobrevivência do planeta e da vida. O ‘Apoio Mútuo’, a obra célebre de Kropotkin, resume, de forma exemplar, os dados conhecidos no princípio deste século” (BOOKHIN, s.d., p 60).

A evolução defendida por Kropotkin e Bookhin vai além da seleção natural e clama por atenção à toda complexidade e complementaridade entre as diversas formas de vida no planeta, entre os diferentes indivíduos da mesma espécie e mesmo entre espécies diferentes.

“A natureza, por sua vez, não é apenas um cenário que admiramos através de uma janela – uma vista congelada em uma paisagem ou em um panorama estáticos. Tal paisagem de imagens da natureza poderá ser espiritualmente estimulante, mas é ecologicamente enganadora.

“(…) Onde quer que estejamos, em um campo, em uma floresta ou no topo de uma montanha, os nossos pés assentam em eras de desenvolvimento, sejam extratos geológicos, fósseis de vidas há muito

extintas, a decomposição das recentemente mortas ou a calma excitação de novas vidas a emergir.

“(…) a história natural é uma evolução cumulativa em direção a sempre mais variadas, diferenciadas e complexas formas e relações” (BOOKHIN, 2010, p 123).

Ecologia Profunda

Bastante similar ao conceito de ecologia social descrito acima, o termo ecologia profunda foi proposto por Arne Naess, em 1973, destacando a diversidade das espécies como essencial para a manutenção da vida e colocando o ser humano como apenas mais uma espécie dentre tantas outras, como mais um fio na teia da vida. O que mais diferencia, entretanto, essa concepção é a postura filosófica e altruísta, muito similar ao conceito de reencantamento do mundo que vimos propondo ao longo deste texto. Foi a partir desta proposta conceitual que percepções místicas e holísticas das tradições orientais, como o budismo e o taoísmo adentraram nos estudos ecológicos. A ecologia Profunda reconhece nos povos tradicionais, cuja origem não advém da linhagem ocidental judaico-cristã, a imersão na natureza e a prática plena de um modo de vida de acordo com essa proposta de postura a respeito da biosfera.

Nas palavras de Fritjof Capra³⁸:

"O ambientalismo superficial é antropocêntrico. Vê o homem acima ou fora da natureza, como fonte de todo valor, e atribui a natureza um valor apenas instrumental ou de uso. A Ecologia Profunda não o separa do ambiente natural nem qualquer outro ser. Vê o mundo como uma teia de fenômenos essencialmente inter-relacionados e interdependentes. Ela reconhece que estamos todos inseridos nos processos cíclicos da natureza e somos dependentes deles".

Ecologia integral

De acordo com a definição de Leonardo Boff, a ecologia integral é um conceito visionário que teria sua origem na visão da Terra a partir do espaço, em que os primeiros astronautas puderam perceber a fragilidade e pequenez do planeta que habitamos. Visto em sua totalidade, a Terra, a vida, a natureza e os seres humanos emergem como uma única entidade.

³⁸ http://pt.wikipedia.org/wiki/Ecologia_profunda

“O ser humano é a própria Terra enquanto sente, pensa, ama, chora e venera. A Terra emerge como o terceiro planeta de um Sol que é apenas um entre 100 bilhões de outros de nossa galáxia, que, por sua vez, é uma entre 100 bilhões de outras do universo, universo que, possivelmente, é apenas um entre outros milhões paralelos e diversos do nosso. E tudo caminhou com tal calibragem que permitiu a nossa existência aqui e agora. Caso contrário, não estaríamos aqui” (BOFF, 1995).

AgroEcologia

Sistemas de produção agrícola de base ecológica, que articulam o conhecimento técnico-científico com os saberes históricos dos agricultores e das comunidades tradicionais, com foco na sustentabilidade e na soberania alimentar. Por entender ecologia em seu sentido mais amplo, em que as questões sociais estão intrinsecamente ligadas, a agroecologia também pressupõe relações sociais saudáveis, onde a agricultura familiar e a economia solidária se sobrepõem as relações industriais de exploração do trabalho.

“Em seu informe, apresentado ao Comitê de Direitos Humanos da Assembleia das Nações Unidas, Olivier de Shutter, relator especial da ONU pelo Direito à Alimentação, corrobora com as orientações dadas pela IAASTD, além de indicar as potencialidades da Agroecologia como o enfoque científico adequado para reorientar os sistemas de geração de conhecimentos e de alternativas tecnológicas para a agricultura. O documento refere-se à Agroecologia como “um modo de desenvolvimento agrícola que não só apresenta estreitas conexões conceituais com o direito humano à alimentação, mas que, além disso, tem apresentado resultados na realização desse direito junto a grupos sociais vulneráveis em vários países” (PETERSEN, 2013, p 8).

Nossa sociedade está caminhando a toda velocidade rumo à um abismo, à um colapso ambiental sem precedentes. Enquanto o ser humano achar que seu sustento depende do supermercado, ele irá defender esse tipo de consumo e tudo o que o supermercado representa, e nada vai mudar. A partir do momento em percebermos que é da relação com a Natureza que depende nossa sobrevivência, a transformação rumo à uma sociedade realmente sustentável terá sido iniciada. E isso não diz respeito só às próximas gerações. É o futuro de toda a humanidade que está em questão. A agroecologia promove o encontro do consumidor com a produção agrícola e ambos com a ecologia, com a valorização da diversidade (individual, cultural e biológica), com o cuidado com o planeta e com as sociedades.

A agroecologia é o cultivo sustentável de alimentos saudáveis que aumenta a capacidade de restauração dos ecossistemas naturais, além de estimular o cultivo de subsistência, a soberania alimentar, o comércio local e a valorização do camponês.

O agronegócio avança desde a década de 1960, com a chamada “Revolução Verde”, a todo vapor. Significa a industrialização do campo, a mecanização dos processos produtivos e a submissão da natureza e das comunidades rurais à lógica do lucro. Conforme as grandes corporações expandem seus domínios na área rural, o pequeno agricultor é expulso de suas terras, forçando o êxodo rural e o inchaço das cidades. É tão perverso que submete o camponês à sua lógica até seu estrangulamento. A imagem vendida por essa indústria é aquela da ficção publicitária, do mundo como fábula, mas a partir do momento que o agricultor passa a utilizar os agrotóxicos ele entra em um ciclo de dependência de onde dificilmente sairá ileso. O veneno do agrotóxico destrói toda a vida do solo e ele logo será obrigado a comprar fertilizantes artificiais. A soma desses químicos acabará com a produtividade de suas sementes comuns, conhecidas hoje como sementes crioulas, e ele será induzido a comprar sementes transgênicas. E agora um novo tipo de semente está cada vez mais em uso, as chamadas semente híbridas, que resultam em apenas uma ou duas safras e não podem mais ser replantadas, por serem estéreis, vinculando o agricultor à um círculo vicioso de compra continuada, precisando de mais sementes a cada nova safra. A irregularidade dos resultados da agricultura, que sempre tem seus altos e baixos, aliada à dependência crescente do agricultor ao agronegócio logo o atolará em dívidas e ele perderá suas terras hipotecadas. Na Índia esse processo tem levado os agricultores a tirarem suas próprias vidas, e a cada 30 minutos um agricultor comete suicídio, por desespero, por não poder mais suprir as necessidades de sua família.

A popularização do mercado dos orgânicos, a valorização da vida no campo, o estímulo ao comércio local, à economia solidária, à conscientização das redes de consumo que cada um alimenta, o reencantamento do mundo através da experiência do retorno à natureza e a militância social conseqüente estão para causar transformações profundas em nossa sociedade.

Ações como a “Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida”, Movimentos como o “*Slow Food*” e a “Revolução da Colher”, coletivos como o GaRfOS (Grupo de Articulação Regional da Feira de Orgânicos de Sorocaba) e redes como a Rede SANS (Rede de defesa e promoção da alimentação saudável, adequada e solidária) entre

inúmeras outras iniciativas que defendem a alimentação saudável, a agroecologia e a soberania alimentar, têm se popularizado, conscientizando exponencialmente a população. Além dos movimentos que se dedicam especificamente à causa ambiental, os movimentos sociais gradativamente têm incorporado a questão ecológica em suas pautas e a partir daí implementam a transformação social tão esperada e sonhada por povos oprimidos do mundo todo.

Ecosocialismo

“O que é, então, o ecosocialismo? Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que toma como suas as aquisições fundamentais do marxismo – ao mesmo tempo que se livra de seus entulhos produtivistas. Para os ecosocialistas a lógica do mercado e do lucro – assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do ‘socialismo real’ – são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural” (LOWY, 2010b, p 37).

A crise ambiental está hoje tão evidente que teóricos das mais variadas ideologias se esforçam para introduzir a questão ecológica em seus programas. Em alguns casos, como no ecosocialismo, tal esforço alcança resultados bastante promissores. Um dos principais defensores do ecosocialismo no Brasil é o marxista Michael Lowy, que ao propor a revisão crítica do marxismo para incorporar os preceitos ecológicos à sua doutrina propõe nada menos que o abandono do viés desenvolvimentista e aproveita para criticar o “autoritarismo burocrático de ferro e do ‘socialismo real’”, aproximando sua doutrina do socialismo libertário.

“A questão ecológica é, a meu ver, o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI. Tal questão exige do marxistas uma revisão crítica profunda da sua concepção tradicional de ‘forças produtivas’, bem como uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna” (LOWY, 2005, p 43).

Lowy aponta ainda Chico Mendes como o precursor da convergência entre ecologia e socialismo no Brasil. De fato, o seringueiro empreendeu sua luta em defesa da floresta amazônica ao mesmo tempo em que propunha a propriedade coletiva da terra e sonhava com um mundo socialista. A emblemática figura de Chico Mendes poderia também muito bem ilustrar alguns dos principais pontos que vimos defendendo ao longo deste texto: a

postura do ativista social de inspiração libertária que luta pela transformação da realidade imediata em que vive e a materialização de um militante socialista de ação prática tão evidente que deixaria de fazer sentido a disputa por classificá-lo como marxista ou anarquista.

“Pragmático, homem de terreno e de ação, organizador e lutador, preocupado com questões práticas e concretas – alfabetização, formação de cooperativas, busca de alternativas econômicas viáveis – Chico era também um sonhador e um utopista, no sentido nobre e revolucionário do termo” (LOWY, 2005, p 13).

3.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Anarquismo e ecologia.

“A consciência ecológica levanta-nos um problema duma profundidade e duma vastidão extraordinárias. Temos de defrontar ao mesmo tempo o problema da vida no planeta Terra, o problema da sociedade moderna e o problema do destino do Homem.

“Isto nos obriga a repor em questão a própria orientação da civilização ocidental.

“Na aurora do terceiro milênio, é preciso compreender que revolucionar, desenvolver, inventar, sobreviver, viver, morrer, anda tudo inseparavelmente ligado” (Edgar Morin apud LAGO; PÁDUA, 1994, p 6).

Recentemente fui incumbido de tratar do curioso tema “A dimensão socioambiental da educação com vistas à sustentabilidade” como parte do processo seletivo para professor substituto na área de Ciências Humanas e Educação na UFSCar Sorocaba. Curioso porque revela muito em sua própria composição extremamente pleonástica. São desdobramentos de termos em qualificações e atributos que em outro momento da história se fariam desnecessários e supérfluos. Se não, vejamos. Aceitando que o conceito de “ambiente” engloba o conjunto do território natural com toda a biodiversidade que o habita, incluindo as sociedades humanas e os artefatos de sua cultura a que se refere o prefixo “sócio”, não seria então necessária sua reafirmação. Seguindo a interpretação proposta pelo tema, se entendemos educação como o processo em que as informações e conhecimentos gerados por determinada cultura é transmitido entre as gerações, e que tais hábitos, costumes e valores transmitidos se referem à existência e manutenção da vida comunitária, donde se desdobra que as questões da relação entre natureza e cultura estariam em seu cerne, a dimensão (sócio) ambiental estaria nela contida desde o início. Assim,

“desde o primeiro momento em que os seres humanos começaram a interagir com o mundo ao seu redor, e ensinaram seus filhos a fazerem o mesmo, estava havendo educação e educação ambiental” (BRITO, 2002).

O mesmo vale para o termo “sustentabilidade” colocado como finalidade da educação, afinal, que comunidade manteria em funcionamento um processo educacional que conscientemente fosse insustentável, ou seja, que a estivesse levando ao seu auto-aniquilamento?

Mas então em que contexto tal construção é pertinente e os atributos se fazem necessários? Justamente quando tais aspectos estão sendo negligenciados pela prática referida. Trata-se de uma proposição que abarca uma denúncia e um posicionamento ideológico. Sem embargo, a denúncia de que tais aspectos estão sendo negligenciados e o posicionamento de que deveriam ser resgatados pela prática educacional vigente.

“O atributo ‘ambiental’, longe de cumprir apenas uma função ‘adjetivante’, ao especificar uma educação em particular, constitui um traço identitário da EA, marcando sua origem num contexto histórico determinado: os movimentos sociais ambientais e seu horizonte de crítica contracultural. É neste último sentido que o ‘ambiental ganha uma função ‘substantiva’, ao demarcar o pertencimento desta educação a uma tradição ambiental e seu universo de valores, práticas e atores sociais.” (CARVALHO, 2002, 85)

No entanto, ainda restaria a dimensão política do uso da linguagem na composição do discurso. Segundo nos adverte o filósofo Michel Foucault (), o discurso na contemporaneidade perdeu seu lastro com o real, tendo o significado se descolado do significante, sua áurea mágica se desfez no ar e o que hoje se diz, não mais se refere estritamente ao que se quer dizer. Resquícios de tempos em que as palavras eram carregadas de poderes mágicos podem ser notados, por exemplo, quando automaticamente batemos três vezes em um objeto de madeira após descuidadamente proferir uma sentença indesejada. Da mesma maneira que a obra de arte perde sua aura em meio à era da reprodutibilidade técnica, como nos adverte Walter Benjamin (), as palavras vão perdendo seus poderes intrínsecos ao serem corrompidas pelos usos políticos dos discursos modernos, em que os significantes já não correspondem mais necessariamente aos significados de sua origem. Portanto, não basta constatar a recorrente presença de tais

atributos no entorno do termo “educação” para deduzirmos que tal resgate está de fato em curso. O contrário pode ser mais verdadeiro. Os qualificantes podem estar sendo subvertidos ao discurso como meros artifícios retóricos onde a intenção maior seria a de manter o *status quo* desviando a atenção do interlocutor para falsas consternações e enganosas soluções.

Para o movimento ambientalista o termo sustentável é muito caro e tem sido alvo de disputas bastante acirradas, desde que foi empregado pela primeira vez, no Relatório Brundtland, em 1987, como adjetivante do conceito de desenvolvimento.

“LOREIRO, *et al.* (2005) atribuem ao conceito de desenvolvimento sustentável uma mera tentativa de ajustar as sociedades ao modo de reprodução social capitalista, induzindo a humanidade à crise ecológica global” (PEDRINI; BRITO, 2006, p. 5).

“Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) é uma falácia do paradigma neoliberal. Ao contrário a Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (EASS), por possuir pressupostos opostos é a proposta de paradigma para uma educação ambiental planetária (...)” (PEDRINI; BRITO, 2006, p.1).

A atualidade de tal debate destaca uma disputa política onde o discurso hegemônico constrói um conceito de desenvolvimento sustentável no bojo do falseado ambiente institucional e conciliatório do debate da ONU pós 1989, apropriando-se de termos e conceitos do ideário crítico e emancipatório das raízes contraculturais do movimento ecológico histórico a fim de promover a renovação da legitimação e manutenção do modelo desenvolvimentista.

“Neste sentido, adotar uma educação para o DS pode por em risco uma identidade, uma tradição e um capital simbólico que sustenta a utopia ambiental de uma luta contra-hegemonica e emancipatória para capitular diante deste instável conceito, que nasce do coração do status quo – tantas vezes denunciado pela crítica ecológica como a raiz dos problemas socioambientais” (CARVALO, 2002, p. 89).

Entendemos que a investigação elaborada e apresentada nesta dissertação tenha nos revelado que a proposição formulada tem no mínimo um bom fundamento teórico e prático, e que se a urgência da questão ambiental ainda não proporcionou um inédito

alinhamento entre os múltiplos atores da esquerda mundial em nossa contemporaneidade, aqui identificada como pós-moderna e libertária, ela tem esse potencial estrondoso e muitos atores já o perceberam.

“A degradação ambiental é consequência do modo de produção centrado no capital. É preciso centrar o processo de produção no modo de existir, na ecologia. É preciso ecologizar a economia e economizar a ecologia: submeter a economia ao controle ecológico e fazer com que a ecologia deixe de ser ‘ingênua’, ‘contemplativa’, modernizando-a, fazendo com que preserve o desenvolvimento humano. Tecnologias limpas, conscientização para a produção e consumo responsável” (GADOTTI, 2007, p. 111-112).

À primeira vista, os ambientalistas historicamente se colocavam acima das disputas políticas, no sentido de que já percebiam a importância da preservação ambiental para sobrevivência da humanidade, sejam quais forem os sistemas políticos e econômicos empregados. De fato, este poderia ser um pressuposto que muito bem explicaria o fato de que os Partidos Verdes em diversos momentos e em muitos países fazerem coligações com partidos de direita (pró capitalismo) e o fato de a maioria dos ambientalistas atuarem fora das disputas partidárias, notadamente no terceiro setor.

“A ausência de uma postura anticapitalista coerente levou a maior parte dos partidos verdes europeus – França, Alemanha, Itália, Bélgica – à tornar-se simples parceiros “ecorreformistas da gestão social liberal do capitalismo pelos governos de centro-esquerda” (LOWY, 2010b, p. 36).

No entanto, há outra via explicativa, que começa a nos fazer muito mais sentido conforme caminhamos com nossa investigação³⁹: os primeiros ambientalistas de que se tem notícia foram os anarquistas e é a partir dos princípios libertários que se organizam os movimentos ambientalistas. Philippe Pelletier, em uma introdução redigida para o livro *Anarquia pela Educação* de Élisée Reclus relata:

“Os anarquistas, ecologistas antes da hora, reconhecem as leis naturais como as únicas contra as quais o homem nada pode, exceto a morte, e as situam aquém das leis que os homens podem dar-se livremente.

³⁹ Devo a indicação desse caminho ao orientador desta pesquisa, o Prof. Dr. Zysman Neiman, que nos apontou algumas similaridades entre os principais princípios anarquistas e a atuação do movimento ambientalista e do desenvolvimento da Educação Ambiental em nossa sociedade.

(Bakunin, (...) declara: nenhuma rebelião contra a natureza é possível).”
(RECLUS, 2011, p.12-13).

Em meados do século XX, e notadamente a partir da década de 1960, o movimento ambientalista vai trilhar um caminho independente das outras vertentes anarquistas, mas mantém muitos dos valores e preceitos de sua ideologia original. O grande apreço pela diversidade, autonomia e auto-representação, permitiu que o movimento ambientalista se desenvolvesse em diversos campos, com propostas bastante distintas entre si. Por exemplo, a negação ou o abandono da política institucional pela maioria dos ecologistas, não impede que alguns de seus colegas adentrem a este campo, mesmo que acabem por legitimar a apropriação de seus discursos por programas discursivos completamente esvaziados das reais preocupações ecológicas. Ora, de acordo com a concepção anarquista da política partidária, não há ideologia que resista ao jogo hierárquico pelo poder e não há partido que não faça coligações ‘estratégicas’ em uma cega busca em que os fins justificariam meios injustificáveis.

Mas de fato, em coerência com um dos valores mais básicos do movimento anarquista, qual seja a negação da disputa partidária ou qualquer meio de conquista ou manutenção do Estado, a maioria dos ecologistas buscam outras vias para o exercício de sua militância. Vão se dedicar principalmente à educação ambiental em todos os âmbitos, aos movimentos sociais e à recente terceira via.

“Muitos dos movimentos ecológicos, pacifistas, que em alguns países são amplos movimentos sociais, não têm estrutura rigorosa, rígida, não têm nenhum partido comandando. Porque nenhum deles visa o poder, mas a preservação da vida num sentido libertário” (FREIRE; BRITO, 1986, p. 59).

A certeza da importância de se tratar de frente a questão ambiental e a crise ecológica funciona para os ambientalistas como a pauta transversal, comum, de alinhamento de suas lutas, mas a diversidade de suas opções programáticas é preservada.

Assim como todo o movimento anarquista acabou sendo estigmatizado com a repercussão de apenas uma linha de atuação, a da ação direta violenta, que inclusive vai contra grande parte das outras linhas, que desenvolvem suas perspectivas a partir de valores intransigentemente pacifistas, os ecologistas foram estigmatizados com características pontuais, de algumas formas de atuação que não representam,

necessariamente o conjunto de seus valores e procedimentos. Uma delas é a já citada associação com partidos de direita, uma linha de atuação criticada inclusive por grande parte dos ambientalistas. Outro estigma que marca o movimento até hoje é aquele que insiste na manutenção do dualismo natureza versus cultura, onde os defensores da natureza parecem ir contra toda a espécie humana. De fato, há uma linha dentro do movimento ecologista, que privilegia a perspectiva natural do conceito de preservação ambiental e leva seus militantes a se colocarem ao lado da fauna e flora indefesa contra os ataques violentos e irracionais perpetrados pelas civilizações humanas. Balizados pela forma de atuação libertária por excelência da ação direta, em sua vertente não violenta, o movimento todo ficou conhecido pela imagem do ativista que coloca seu corpo como obstáculo para impedir que o “progresso” humano derrube mais uma árvore, ou termine por extinguir mais uma espécie de vida do planeta.

Como procuramos destacar algumas linhas acima, esse conceito de ecologia “pura” é apenas o inaugural, e a partir dele todos os outros passam a incorporar as sociedades humanas em suas preocupações conservacionistas. Mas assim como o estigma de que o anarquismo é sinônimo de violência e caos, o movimento ecologista parece ainda longe de se desvencilhar do rótulo que o prende como uma camisa de força com o estigma de simples defensor de golfinhos e incoerentes empecilhos do desenvolvimento e progresso humanos.

Entretanto, por de trás da fina camada de rótulos, estigmas e demais atributos pejorativos que as instituições de controle hegemônico insistem em difundir, há um formidável desenvolvimento do movimento ambientalista que adentra sorrateiramente diversas frestas do sistema capitalista. Um exemplo bastante sólido é que a perspectiva ecológica defendida pelo movimento ambiental, entre todos os movimentos sociais da segunda metade do século XX, é a primeira a ser incorporada pelo sistema de ensino oficial brasileiro, além de constituir uma Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.759, de 27 de abril de 1999), abrindo caminho para que outras perspectivas demandadas por movimentos sociais gradualmente fossem também incorporadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, como o ensino da “História e cultura Afro-Brasileira e Indígena” (Lei 11.645, de 10 de março de 2008).

Outro resultado bastante importante e, conforme argumentamos durante a presente dissertação, crucial para o alinhamento dos movimentos sociais do século XXI, é que o

movimento ambientalista conseguiu disseminar na sociedade em geral, mas principalmente entre praticamente todos os demais movimentos sociais que surgiram a partir da década de 1960, a preocupação ecológica e ambiental. Claro, que além da intensa e meritória atuação dos ecologistas em inúmeras frentes com incidência em diversos campos e aspectos da vida social, atuou a seu favor a grave conjuntura da crise ambiental que se aproxima. Como em uma frase atribuída a Victor Hugo: “Nada é mais forte que uma ideia cujo tempo chegou!”

4. A VIRADA: MOVIMENTOS SOCIAIS E A EMERGÊNCIA LIBERTÁRIA:

"Anarquistas ou movimentos inspirados pelo anarquismo estão surgindo em todos os cantos; os princípios tradicionais do anarquismo - autonomia, associação voluntária, autogestão, ajuda mútua, democracia direta - estão na base organizacional do movimento antiglobalização, assim como em movimentos radicais em todos os lugares" (GRAEBER, 2011, p. 7)

Como reiterado ao longo do texto, estamos investigando algumas diretrizes possíveis que permitiriam uma interpretação de que vivemos em uma transição paradigmática e que os preceitos do novo paradigma comungam essencialmente com os principais valores anarquistas. As condições para tal processo se dão em um movimento de libertação da razão - fragmentada, esterilizada e aprisionada pelo cientificismo moderno -, estimulando a construção livre e colaborativa do conhecimento não dogmático através de processos educativos libertários exercidos em todas as relações comunitárias. Na análise histórica, percebemos que desde o advento da modernidade instaurou-se uma dualidade que foi se acirrando até seu auge com a Guerra Fria. Trata-se de uma disputa entre o controle da sociedade através do Estado, pela via do socialismo marxista⁴⁰, ou o controle da sociedade pelas corporações. Quando o socialismo real mostra seu viés totalitário a esquerda é fragmentada em diversos movimentos sociais que a princípio foram considerados reformistas apenas. A história segue seu curso e o final dos anos 1980 seria o início do fim da disputa que pareceria definitivamente vencida pelo poder corporativo, que aproveita a oportunidade histórica para aprofundar ainda mais seu domínio hegemônico enfraquecendo o Estado e a autonomia individual. É tempo do neoliberalismo global. Enquanto isso é instaurada uma crise de paradigmas que dilui as certezas construídas até ali. É o pós-modernismo que vem chegando pela direita, mas que logo se estabelece em direções variadas. Mas o capitalismo correndo solto, com a mão já visível do mercado a devastar tudo que encontra, passa a gerar crises profundas que se iniciam nos países periféricos e vão se espalhando pelo globo até atingir em 2008 os países centrais. Eis que com o abalo sísmico causado vem à tona a força dos novíssimos movimentos sociais, os

⁴⁰O socialismo teórico, que tem sua expressão maior em Marx e Engels, tem uma visão sobre o Estado muito parecida com a dos anarquistas, como na famosa definição de O Capital "violência concentrada e organizada da sociedade" (apud BOBBIO, 1999, p. 45). Mas a prática do socialismo "real" revelou uma tendência à perpetuação da etapa provisória em que o Estado seria instrumentalizado pela ditadura do proletariado antes de sua supressão. Trotsky foi perseguido por Stálin justamente por chegar à esta conclusão, indicando ainda que o a burocratização de um Estado extremamente forte como o Estado Socialista daria margem ao surgimento de um regime totalitário. (BENSAID, 2010)

altermundialistas, que já vinham se formando desde 1968, mas que agora mostram que tem um papel muito mais importante que o simples reformismo que lhes foi atribuído naquele momento. Trata-se da sociedade civil, o terceiro setor, se posicionando contra o estado e contra o mundo corporativo. São milhares de movimentos sociais pipocando paulatinamente pelo mundo e que vêm se articulando de maneira cada vez mais sistemática em suas redes e federações. Trata-se da formação de uma sociedade civil global (VIEIRA, 2001). Nem mais estado, nem empresas. A sociedade civil quer se autogerir articulada por outros parâmetros, por um novo paradigma. A sociedade civil global é protagonista do mundo pós-moderno e, como veremos, a pós-modernidade é anarquista!

Muitos defensores dos clássicos movimentos sociais, apesar de se dizerem “progressistas” defenderam conservadoramente as formas de luta que conheciam, rechaçando a novidade que surgia, apontando sua fragilidade mais aparente, a perigosa fragmentação da esquerda mundial, como inexorável. Passado quase meio século do turbulento ano de 1968, as redes formadas pelos novos movimentos sociais começam a mostrar alternativas àquela problemática. Antes de identificarmos quais são esses caminhos que despontam, cabe uma ressalva com relação à não linearidade do processo.

De fato, a fragmentação ocorreu e muito dos movimentos enfraquecidos, foram institucionalizados e cooptados pelo mercado. É a chamada crise das ONGs dos anos 1990. Há de se reconhecer também, que a transferência da responsabilidade sobre decisões e implementações de políticas públicas do Estado, que minimamente apresenta formas institucionalizadas de controle social com certo nível de democracia, para ONGs cada vez mais organicamente ligadas aos interesses do mercado, é uma perversidade que se estabeleceu e que não se trata simplesmente de alguns casos pontuais. Como alerta Milton Santos “*O problema do terceiro setor enquanto política regida pelas empresas, [é gerar] a morte da Política*” (SANTOS, 2011, p 67).

O fato é que, por outro lado, os Estados também se encontram cada vez mais aparelhados, a serviço do mundo corporativo e a força que estes Leviatãs (HOBBS, 2009) detêm sobre as sociedades que governam é absolutamente gigantesca. Dessa perspectiva, um novo paradoxo se levanta: quando o Estado eleva seu controle à potência totalitária, os Movimentos Sociais se unem e sua luta parece ser mais objetiva e efetiva. Por outro lado, não é incomum encontrarmos situações em que tendo o Estado aberto canais institucionais de participação, como os Conselhos, Conferências e Mecanismos de Gestão Participativa,

apesar da promessa de os MS passarem a gerir políticas públicas, eles se enfraquecem e perdem força de mobilização e autonomia em propor agendas.

“Aos meus olhos, a ‘hegemonia às avessas’ é o ponto comum entre duas formas sociais distintas de consentimento: a ativa e a passiva. ‘Vanguarda do atraso’ ou ‘atraso da vanguarda’? O governo Lula apóia-se em uma forma de hegemonia produzida por uma revolução passiva empreendida na semiperiferia capitalista que conseguiu desmobilizar os movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato do Estado, em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos, que passaram a consentir ativamente com a mais desavergonhada exploração dirigida pelo regime de acumulação financeira globalizado. [...] Por seu turno, emaranhada em uma rede de dependências das políticas públicas governamentais, e esgotada por uma década e meia de cruentas lutas sociais ofensivas somadas a outra década e meia de obstinadas lutas sociais defensivas, parte considerável das classes subalternas brasileiras consentem passivamente” (BRAGA, 2010, p 14).

“Não tenha ilusões: se você atacar o *establishment* duramente e durante muito tempo, o *establishment* tornará você seu associado” (Art BUCHWALD, *apud* ABUJAMRA, 2013).

Mesmo assim, em consonância com o princípio da diversidade de alternativas e lutas, reconhecemos que os partidos de esquerda tendem a implementar políticas mais humanitárias, mais direcionadas a atender os interesses das classes populares e por isso são ainda preferidos, pelos ativistas dos MS, em detrimento dos partidos de direita, por estes apresentarem explicitamente a tendência neoliberal de se abandonar as políticas públicas ao sabor do mercado. Mas temos que deixar muito claro, que mesmo o partido de esquerda mais bem intencionado, infelizmente, quando assume o caminho do partidarismo inicia um processo de dogmatização progressiva e quando tiver conquistado o poder já terá deixado de lado muitas de suas convicções éticas e compromissos com suas bases. A busca pelo poder (e depois sua manutenção) acaba se tornando o foco da luta, fim pelo qual todos os meios são justificados. A alienação dos que se aventuram pelo partidarismo é fatal.

Em uma clássica passagem da Odisséia, quando os aventureiros precisam atravessar o vale das sereias em seu caminho de retorno à Ítaca, enquanto todos se protegem do destino fatal tapando seus ouvidos com cera, Odisseu prefere ser amarrado ao mastro da embarcação a fim de desfrutar incólume da fabulosa música daqueles seres mitológicos, e astutamente se torna o único homem a sobreviver a tal encanto. Infelizmente, na realidade partidária, os mastros que ostentam nos céus suas bandeiras são muito frágeis para conter a

sede de poder que os condena e por outro lado os ouvidos são peça fundamental no diálogo necessário para a ação política e ao tapá-los, a alienação aumentaria ainda mais.

“Os movimentos ‘antiglobalização’, que precederam a invenção do FSM, tem um modo de fazer política fundamentado na ação direta. Eles se apresentam como um enfrentamento direto e global ao neoliberalismo, sem as tradicionais mediações dos partidos. Grupos anarquistas, ambientalistas, mulheres e defensores dos direitos humanos foram os principais protagonistas desses movimentos na década de 90. De certa forma, eles inauguraram o princípio metodológico do ‘espaço aberto’ consagrado, depois, pelo FSM” (GADOTTI, 2007, p. 121).

Apesar das metáforas e certa militância libertária transpassada nas linhas acima, acreditamos termos indicados razões suficientemente fortes para considerar que algumas possibilidades de solução ao dilema vêm sendo construídas pelos movimentos sociais contemporâneos, e passam ao largo das questões partidárias.

“O grande desafio político em relação às classes menos favorecidas seria responder a três grandes questões: 1) Como conseguir satisfazer as suas necessidades básicas, imprescindíveis: alimentação, trabalho, educação, saúde, informação, superando a dominação do capital? 2) Como, ao mesmo tempo, torná-los libertários, isto é, satisfazer as suas necessidades essenciais? 3) Como colocar o Estado a serviço da sociedade e sob seu controle? (...)”

“A resposta ao grande desafio passa então por dois caminhos políticos. O primeiro é que precisam ser criados instrumentos de controle do Estado. É necessário reverter a hegemonia estatal em proveito da sociedade civil, cabendo a esta subordinar o Estado a seus interesses, não de uma classe em particular, mas da vontade coletiva. As dificuldades são muitas, mas não se pode fugir do caminho político que é o de criar controles democráticos para o autoritarismo estatal. O segundo caminho é o das experiências alternativas à margem do Estado ou prescindindo dele. A sociedade ou segmento dela se organiza para realizar experiências sociais alternativas e autônomas” (FREIRE; BRITO, 1986, p. 62).

4.1. ANTECEDENTES: O breve Século XX.

“Assim como o domínio da lei, embora criado para eliminar a violência e a guerra de todos contra todos, sempre precise dos instrumentos da violência para garantir sua própria existência, também um governo pode se ver levado a cometer atos que são geralmente considerados crimes, a fim de garantir sua própria sobrevivência e a sobrevivência da legalidade” (ARENDETT, 1989).

Apesar do protagonismo conquistado pelo bloco Socialista na disputa bipolar contra o Capitalismo Industrial na guerra fria pelo controle autoritário do mundo em globalização, sua bela utopia escapava para abstrações teóricas cada vez mais remotas, já que suas experiências reais se converteram em regimes totalitários.

Segundo a periodização histórica proposta por Eric Hobsbawn, o Breve Século XX, (1914 a 1991), proporcionou a expansão do domínio hegemônico do ocidente à todo o mundo, passando por três eras bem delimitadas, de crise, ascensão e queda. Primeiro, passamos pela “Era da Catástrofe” (1914 a 1949), marcado pelas duas Guerras Mundiais. Em seguida, o mundo dividido pela Guerra Fria controlado por duas super-potências orquestradas, experimenta surpreendentemente um período de plena expansão e desenvolvimento. As duas ideologias beligerantes apresentam, no entanto muito mais similaridades do que seria suposto pela oposição extremada de suas posturas e discursos que dividiram o mundo em duas grandes zonas de influência. Cada uma ao seu modo, organizava sua sociedade a partir da centralização burocrática de Estados ultra-militarizados, centrados em processos de estímulo ao desenvolvimento e necessidade de incessante crescimento da economia industrial. Se de um lado redundou em regimes totalitários a partir do controle centralizado no estado, do outro, o totalitarismo se desenvolveu a partir do comando corporativo e da dependência ao consumismo exacerbado.

Hannah Arendt, em 1950, no prefácio à primeira edição de seu “Origens do Totalitarismo” nos alerta que:

“A tentativa totalitária da conquista global e do domínio total constituiu a resposta destrutiva encontrada para todos os impasses. Mas a vitória totalitária pode coincidir com a destruição da humanidade, pois, onde quer que tenha imperado, minou a essência do homem. Assim, de nada serve ignorar as forças destrutivas de nosso século” (ARENDR, 1989, p. 12).

A pensadora judia-alemã exilada nos EUA em fuga do holocausto desenvolve o estudo que resulta no citado livro em busca do esclarecimento acerca do mal imponderável que assombrava a humanidade naquele período. Encontra no totalitarismo a forma mais desenvolvida de autoritarismo exercido pelas elites dominantes e destaca três versões diferentes em que tais características afloraram permitindo que o mal absoluto rondasse o

mundo naquele período. A partir do regime totalitário mais óbvio naquele fim de guerra, o Nazismo Alemão de origem fascista e eugenista, a autora identifica no Imperialismo estadunidense e no socialismo bolchevique da URSS duas outras personificações, em etapas distintas, do mesmo mal a partir do controle burocratizado do Estado e do controle hegemônico das liberdades subjetivas. O ponto de encontro com nossa análise é que esses três regimes tiveram seu apogeu na modernidade e comungam com tal paradigma suas principais características.

3.1.1. 1968. Novos Movimentos Sociais

“Poderíamos ser um dos pichadores dos muros de Paris, em maio de 1968. Teríamos sido os autores destas frases: “Sejamos realistas: exijamos o impossível.” Ou: “Esta noite, a imaginação tomou o poder.” Queriam dizer os jovens parisienses, logo após a tomada da Sorbonne, que se tratava da imaginação utópica substituindo o realismo burocrático, de direita ou esquerda” (FREIRE; BRITO, 1986, p. 83).

“A revolta estudantil nos anos 1967-68 foi surpreendente por ser internacional, atingindo países muito diferentes quanto ao nível de vida ou quanto aos sistema social ou político. Essa revolta começa nos Estados Unidos, em Berkeley, sacode em seguida os países ocidentais, depois os países comunistas, como a Polônia e chega até o Oriente Médio e a América Latina. Essa grande onda vai se quebrar nas vésperas dos jogos olímpicos, no México” (MORIN, 2008, p 28).

A ruína do sonho comunista abriu espaço para o surgimento do que ficou conhecido como os novos movimentos sociais (MELLUCI, 1996; TOURAINÉ, 2006), com suas lutas centradas em questões mais imediatas, como as que se referem às identidades das minorias historicamente oprimidas. Foi nos anos 1960 que o “próprio termo ‘movimentos sociais’ foi cunhado para designar multidões bradando por mudanças pacíficas (‘faça amor, não faça guerra’), desinteressadas do poder do Estado” (ALONSO, 2009, p. 49)⁴¹.

“É que nenhuma teoria havia previsto Maio de 68. Nenhuma das características sociológicas poderia ser encontrada nessa festa. E os sociólogos lutaram ferozmente para introduzir todo esse movimento na ordem, na norma, a recalcar o seu lado escandaloso, exatamente aquilo que não é interpretado pelos instrumentos conceituais da ciência social ou política.”

“Eis porque esse acontecimento é difícil de ser analisado: é pluridimensional, isto é, escapa a nossas análises unidimensionais, e foi

⁴¹. Ver também SADER, 1988.

recalcado tanto pelos sobreviventes do movimento como pelos doutores que dissecaram o cadáver (MORIN, 2008, p 33).

Lembremos o turbilhão de acontecimentos que povoaram o ano de 1968 no mundo inteiro, dos hippies e panteras negras estadunidenses, passando pelas barricadas do maio parisiense, pela primavera de Praga na Tchecoslováquia, chegando à marcha dos 100 mil e ao recrudescimento da resistência armada brasileira, (BENSAID, 2008; ALI, 2008; JOYEUX, 2008), que viram germinar a semente da revolução em grupos sociais até então relegados, colocados em segundo plano pela concepção do protagonismo do operariado na Revolução Socialista (MALATESTA, 2009). Assim, intensificaram e ganharam força os chamados novos movimentos sociais, constituídos pelos movimentos estudantis, feminista, ecológico, LGBTs, negro, camponês, entre outros, dando possibilidade de organização e voz às minorias de todos os tipos, abrindo caminhos de sensibilização dos oprimidos a partir das diversas facetas da opressão, ampliando seu escopo de ação para além da luta de classes. O mito do protagonismo da revolução foi enfim deixado de lado.

“Todo ator pertence a uma classe social. Mas os atores muitas vezes se envolvem em frentes de luta que não dizem respeito, prioritariamente, a problemáticas da classe social, como as questões de gênero, étnicas, ecológicas, etc. Ou seja, grande parte dos eixos temáticos básicos dos movimentos sociais contemporâneos não diz respeito ao conflito de classe, mas a conflitos entre atores da sociedade” (GOHN, 2011, p. 249).

E se durante a década de 1970 esse processo é visto como um enfraquecimento da força revolucionária da esquerda, que parece pôr fim nas possibilidades de orquestração de uma frente única, principalmente porque a fragmentação interna da IV Internacional já estava mais que consumada, quase meio século depois pode ser re-interpretado como o berço de uma potencial reviravolta capaz de gerar uma estrondosa guinada na história da humanidade.

“Para educar o povo, habituá-lo à liberdade e à gestão de seus interesses, é preciso deixá-lo agir por si mesmo, fazer-lhe sentir a responsabilidade de seus atos” (MALATESTA, 2009, p. 71).

“Para mim, não se trata de fazer metafísica, nem de indagar como se terá que realizar a revolução. Já disse que creio que caminhamos muito mais para uma mudança perpétua da sociedade, provocada, em cada etapa, por ações revolucionárias” (COHN-BENDIT, 2008, p. 18)

A partir do deslocamento da consciência de classe para algo mais imediato, relacionado à opressões mais palpáveis do cotidiano das camadas subjugadas pelas elites dominantes, para o reconhecimento das subjetividades daqueles homens e mulheres oprimidos e oprimidas, de frágeis e fragmentadas identidades, as agendas e programas da luta social ganham nova configuração. Stuart Hall narra a transição do sujeito do Iluminismo ao sujeito da pós-modernidade indicando como a fragmentação dos papéis sociais influenciaram na percepção da própria individualidade. O autor argumenta que o deslocamento do centro do indivíduo na modernidade tardia é efeito de importantes rupturas nos discursos do conhecimento moderno, constituídos como grandes avanços na teoria social e nas crenças humanas (HALL, 2011, p. 34).

Aquilo que a vanguarda revolucionária conhecia como “consciência de classe” era tido como a chave revolucionária necessária para que a revolta fosse possível. Os operários alienados do produto de seu trabalho alienavam-se também das causas das injustiças a que eram submetidos. Os líderes revolucionários buscavam então instigar e promover a consciência de classe junto ao proletariado (“operários de todo o mundo: uni-vos!”, MARX; ENGELS, 2002), costurando uma identidade a partir de algo que de fato os unia, mas que de maneira nenhuma era percebido pela própria classe trabalhadora como o único aspecto de sua vida social, tampouco era o mais sólido ou o mais regular. Além de operários, pobres, necessitados, oprimidos e explorados, eram mulheres, negros, jovens ou velhos, originários de diferentes culturas, etnias e arranjos sociais, que nutriam diferentes valores com relação à natureza, ao amor, à busca espiritual, que tinham diferentes orientações sexuais, que se identificavam com diferentes estilos de vida e relação com o meio que os cercam. No lugar da consciência de classe surgiram inúmeras consciências identitárias e é a partir delas que a sociedade trava hoje sua luta. A palavra de ordem em 2011 foi substituída de “uni-vos”, por “indignai-vos!” (HESSEL, 2011).

Esse processo leva gradativamente os povos oprimidos a prescindirem de representação na luta por seus direitos. Exemplos não faltam e vem surgindo diversos estudos sobre tal fenômeno. Do hip-hop e saraus das periferias urbanas paulistas às mídias manejadas diretamente por membros de comunidades indígenas as pistas estão dadas e um olhar mais atento revelará um crescente protagonismo dos povos oprimidos que lutam por

sua própria representação⁴². Tal fenômeno pode ser compreendido a partir de diversas abordagens, como se acompanharmos o desenvolvimento da antropologia, que tem em seu início uma postura positivista e eurocêntrica, cujo resultados apesar de serem enviesados pelo mito da imparcialidade eram utilizados no mundo político para sua colonização e submissão (SAHLINS, 1988; SILVA, 2006). Com a evidência desse desastroso uso do conhecimento gerado de forma compartimentada, os antropólogos vão lançando inovações tanto no sentido da produção compartilhada do conhecimento, quanto no planejamento conjunto e “empoderamento” dos povos estudados para sua defesa e luta pela emancipação social e cultural (SILVA, 2006; MACDOUGALL, 1998; BARBOSA, 2006).

“A história da mídia radical, como o próprio Gramsci só a duras penas descobriu em sua própria vida, é quase sempre uma história de sobrevivência e tensão perante a hostilidade veemente e às vezes mortal das autoridades. Inserir a mídia radical alternativa nesse contexto mais amplo do poder do Estado, da hegemonia e da insubordinação é um passo necessário para entendê-la. Precisamos estar atentos para as múltiplas formas de poder e subordinação, que com frequência se encontram entrelaçadas; para a centralidade da cultura como o campo no qual se travam as lutas por liberdade e justiça; e para a atuação poderosa das estratégias microssubversivas. Essas estratégias, no entanto, não irrompem fora da resistência, dos movimentos sociais e de suas redes de discussão e debate” (DOWNING, 2004).

Ademais, muitos grupos chegam a praticar a mudança em suas comunidades e vivenciar o mundo que pretendem construir. Este parece ser um importante diferencial e que provavelmente já se apresenta como uma tendência dos Novos Movimentos Sociais. Dos movimentos em torno da agroecologia e permacultura com suas ecovilas, ao movimento da educação libertária com seus espaços autônomos de educação livre, chegando aos jovens gregos que inauguram a partir da crise de 2008 espaços autônomos fora do controle financeiro do aparato corporativo-estatal, é possível identificar inúmeros casos que exemplificam esse fenômeno, em diversas áreas. David Graeber em seu instigante “Fragmentos de uma antropologia anarquista” vai além:

⁴² Esse é o tema de um dos artigos que se desprenderá da presente pesquisa e em breve será publicado. Nessa mesma perspectiva apresentei com mais três colegas (Giselli França, Luciana Balsamo e Michel Serigato), na IV Semana da Pedagogia UFSCar Sorocaba, o estudo de caso “BRÔ MC’s e os Mapas da Linguagem. Linguagem e processos de socialização do conhecimento em Mapas para a Festa, de Otto Maduro, a partir de análise do grupo de “rap indígena” Brô MC’s”. (FRANQUES, 2012c)

“Talvez os aparatos do Estado existentes sejam gradualmente reduzidos a fachada, enquanto a substância é retirada deles por cima e por baixo: por exemplo, tanto através do crescimento de instituições internacionais, como da restituição de formas locais e regionais de autoadministração. (...) Enquanto estados neoliberais seguem em direção a novas formas de feudalismo, concentrando suas armas em torno de condomínios fechados, espaços insurrecionais que nós nem sequer sabemos são inaugurados” (GRAEBER, 2011, p. 110-111).

3.1.2. 1992: A alvorada do século XXI

Em 1989 o evento que ficaria conhecido como o Massacre da Praça da Paz Celestial, na China, é acompanhado por diversos outros acontecimentos no mundo socialista que começa a ruir. Após a queda do muro de Berlim, diversas revoluções são precipitadas nos países que compõem a União Soviética, levando enfim ao seu colapso e ao seu desmantelamento. Esse período marca a crise mais aguda da esquerda mundial, considerada tão devastadora que permitiu à direita oportunista proclamar o já citado suposto “fim da história”. O slogan vem do título do livro de Francis Fukuyama “O fim da história e o último homem” (1992) que se adianta em proclamar a vitória do capitalismo sobre o socialismo tecendo uma narrativa que coroaria o sistema do livre mercado como a última etapa do progresso histórico do evolucionismo social.

Acontece que tal discurso fora construído muito longe da realidade do sistema que defende. Além do acirramento das contradições inerentes ao sistema capitalista, e as desigualdades e opressões crescentes de um sistema que corre cada vez mais solto rumo ao seu próprio colapso, esse período também consagra a consolidação da convergência entre o paradigma da modernidade e o capitalismo. A crise da modernidade começa a indicar a crise do próprio sistema que a mantém.

“Entre ruínas que se escondem atrás de fachadas, podem pressentir-se os sinais, por enquanto vagos, da emergência de um novo paradigma. Vivemos pois um tempo de transição paradigmática” (SANTOS, 2011, p 16).

Na América Latina apesar do êxito da revolução Cubana ter impulsionado a força das organizações da esquerda revolucionária no continente, a intervenção dos EUA orquestrando os golpes de estado junto com as burguesias militares locais que instalaram suas ditaduras a partir de 1964 no Brasil, se espalhando por todo o continente na década

seguinte, bloqueou abruptamente o que poderia ter se tornado uma empolgante primavera de grandes proporções (LOWY, 1999; SADER, 2012).

Tanto os exilados com a diáspora da esquerda latino-americana, que seguiu aos violentos golpes, quanto os que lutaram pelas diversas vias, da legalidade à luta armada, criaram fortes expectativas onde depositavam todas suas esperanças e que diziam respeito ao mundo que construiriam quando tivessem restauradas suas democracias. No início da década de 1990, no entanto, o fim dos regimes ditatoriais de direita tiveram contexto com o fim da Guerra Fria e a vitória do Capitalismo, e as sociedades latino-americanas, com a "democracia" nas mãos, ao invés de progressistas de esquerda, optaram por eleger políticos da estatura de Collor, Menem, Fujimori e Chamorro (MADURO, 1994).

Não obstante, nos valendo da visão paraláctica e da força paradoxal da dialética, é com muito entusiasmo que notamos em ambos os períodos, contrastando com a desilusão generalizada de um primeiro olhar histórico, que acontecimentos extraordinários foram sendo deflagrados, colocando em marcha um movimento que no início do século XXI nos enche de esperanças.

“Para educar o povo, habituá-lo à liberdade e à gestão de seus interesses, é preciso deixá-lo agir por si mesmo, fazer-lhe sentir a responsabilidade de seus atos” (MALATESTA, 2009, p. 71).

Constatamos nessa crise o que hoje pode ser considerado como um marco na luta dos povos oprimidos da AL e talvez o ato inaugural do movimento altermundialista. Trata-se das mobilizações que reuniram inúmeros Movimentos Sociais em uma articulação que se projetava a todo o continente onde impuseram o que intitularam como “Quinhentos anos de resistência indígena, negra e popular”, contra as comemorações pelos quinhentos anos do “descobrimento”, que os governos neoliberais da região, apoiados pelos governos Ibéricos, articulavam placidamente celebrar em 1992 (PIÑERO, 2012, p. 7). Os dirigentes políticos da época deliberadamente ignoravam o massacre dos povos originários e planejavam festejar a data como os primórdios da globalização. Exaltavam a vitória da civilização contra a barbárie, mas não puderam ocultar a barbárie de sua civilização. A partir de então uma série de eventos marcam o processo de globalização da luta contra o

neoliberalismo, donde podemos destacar em 1994 o levante Zapatista⁴³ - que denunciava que a III Guerra Mundial já estaria em curso desde a Guerra Fria com as políticas imperialistas dos países do Norte e que a IV Guerra Mundial começava com a imposição do processo de globalização neoliberal -, ampliado em 1996 com o 1º Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo. Dois anos depois, em Genebra, diversos movimentos sociais com atuação em diferentes áreas provenientes de inúmeros territórios, lançam uma frente de ação conjunta, a Ação Global dos Povos, iniciando uma série de “campanhas populares” e “ações diretas” em resistência ao “capitalismo” e por “justiça ambiental e social”.

“Façamos com que aqueles que morrem de fome e frio compreendam que seus sofrimentos são incompreensíveis ante lojas repletas de mercadorias que lhes pertencem... Quando se produzirem revoltas espontâneas, como amiúde ocorrem, acudamos e tratemos de dar uma consciência ao movimento, exponhamo-nos ao perigo e permaneçamos com o povo. Uma vez no caminho prático, as idéias virão e as oportunidades se apresentarão. Organizemos, por exemplo, um movimento para não pagar aluguéis; façamos os camponeses compreenderem que eles devem armazenar toda colheita, ajudemo-los se pudermos, e se os ricos e os policiais condenarem o ato, estejamos com os camponeses. (...) Enfim, que cada um faça todo o possível, segundo a situação que ocupa, tomando sempre como ponto de partida as necessidades imediatas do povo e sempre estimulando nele novas aspirações” (MALATESTA, 2009, p. 107).

4.2. FSM. Bem vindo ao século XXI.

Seguindo a trilha aberta pela globalização, no final da década de 1990 já era significativa a quantidade de movimentos sociais e organizações não governamentais que atuavam internacionalmente contestando os parâmetros neoliberais que norteavam o avanço das conexões globais. Em 1999 algumas dessas organizações, lideradas pela ATTAC - que se destacava no âmbito internacional por lutar pela implementação de um tributo que incidiria sobre movimentações financeiras internacionais de caráter especulativo – tiveram acesso à informações confidenciais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo essas informações, o

⁴³ O Movimento Zapatista inspirou-se na luta de Emiliano Zapata contra o regime autocrático de Porfirio Díaz que encadeou a Revolução Mexicana em 1910. Os zapatistas tiveram mais visibilidade para o grande público a partir de 1 de janeiro de 1994 quando se mostraram para além das montanhas de Chiapas com capuzes pretos e armas nas mãos dizendo Ya Basta! (Já Basta!) contra o NAFTA (acordo de livre comércio entre México, Estados Unidos e Canadá) que foi criado na mesma data.

grupo pretendia, durante o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) a ser realizado em Seattle naquele ano, sem muito alarde firmar entre seus membros uma espécie de Constituição Mundial do Capital, que iria impor a todas as nações do mundo uma série de normas que legislaria sobre as relações financeiras e comerciais internacionais de todas as nações do mundo. Rapidamente movimentos sociais e ONGs de todo o mundo foram mobilizadas e durante o referido evento lotaram as ruas de Seattle. As manifestações foram tão bem sucedidas que conseguiram bloquear as negociações fazendo com que seus organizadores cancelassem o encontro, fazendo também com que o assunto fosse levado ao conhecimento dos países que teriam sua soberania ultrajada com tal acordo inviabilizando os planos originais da cúpula da OCDE.

O sucesso dos protestos nas ruas de Seattle mostrou ao mundo a força que os movimentos sociais podem ter quando atuam alinhados, em sintonia. Os próximos encontros internacionais organizados pela OMC seriam levados a serem realizados no já estabelecido encontro conhecido como Fórum Econômico Mundial, que ocorre desde a década de 1970 anualmente em Davos, nos Alpes Suíços, garantindo a restrição do acesso e impossibilitando que novos protestos atrapalhassem seus acordos totalitários. No calor dos acontecimentos, ainda em 1999, Edgard Morin publica um artigo em que situa a Batalha de Seattle como evento que inaugura o século XXI, dando sequência à marcação sugerida por Erick Hobsbawn, onde o “Breve século XX” teria terminado em 1992 com o fim da URSS (MORIN, 1999).

Em contraposição à esta organização piramidal do mundo neoliberal, diante da conjuntura que se estabeleceu, a criação de um Fórum Social Mundial (FSM) parece-nos hoje a evolução natural da articulação da sociedade civil face ao tipo de globalização imposto ao mundo. Oded Grajew e Chico Whitaker foram os ativistas que formularam a idéia original do FSM e que lançaram sua construção para toda a sociedade, convidando os movimentos sociais a assumirem a articulação do espaço público que seria criado. (WHITAKER, 2005).

O FSM pode ser rapidamente definido a partir de sua origem, como contraposição à globalização neoliberal e seu principal espaço de articulação internacional, o Fórum Econômico Mundial. Enquanto os poucos políticos e empresários - os opressores da classificação proposta nessa dissertação -, se encontram à portas fechadas em um *resort* suíço para arquitetar – a partir de seus interesses individuais, da lógica da exploração e do

lucro -, os rumos que serão impostos à política planetária, no encontro onde o “Social” substitui o “Econômico” o debate é dialógico, autogestionado, aberto à participação popular e tem como premissa o respeito à diversidade de povos, aos movimentos, opiniões e posições ideológicas. Os movimentos sociais do mundo inteiro que participam desse novo espaço de articulação têm em comum a clara identificação do atual sistema hegemônico, o capitalismo neoliberal, como a causa que empurra a humanidade e o planeta ao abismo e contra a qual unimos nossas forças (SANTOS, 2005, 2007; WHITAKER, 2005; LEITE, 2003).

Sem o controle hierárquico de dirigentes ou de uma vanguarda revolucionária, os ativistas que se reúnem nos encontros do FSM compõem uma diversidade incrível de experiências, perspectivas e ações práticas, formando um projeto de combate ao capitalismo a partir de suas lutas cotidianas. Elevam assim o potencial criativo e dinâmico da inteligência coletiva que nenhum messias ou gênio seria capaz de compor sozinho.

E além das articulações, aproximações e trocas de experiências proporcionadas neste grande encontro dos ativistas de todo o mundo, a celebração do encontro proporciona efusiva e emocionante percepção de que não se está sozinho na árdua luta contra a dominação, lembrando que a tarefa da luta social não precisa ser constituída apenas de abnegações e sacrifícios.

“É maravilhoso recriar continuamente nossas utopias, a partir do momento em que elas se realizam. Vivemos em permanente exercício da crítica, manifestação suprema da liberdade. A construção de uma nova sociedade é tão prazerosa como viver nessa que estamos construindo, pois viver numa sociedade na perspectiva libertária significa recriá-la permanentemente” (FREIRE; BRITO, 1986, p. 24).

Na Carta de Princípios do FSM há uma série de diretrizes que dizem respeito principalmente à manutenção do Fórum como espaço internacional de articulação da sociedade civil, aberto, múltiplo, diverso, apartidário, horizontal e permanente. Vale a pena uma leitura atenta dessa Carta de Princípios, pois se trata de um legítimo manifesto à diversidade e à construção de um novo mundo, e por isso, a reproduzimos em anexo. O projeto utópico do FSM, que privilegia o discurso ético evidente em sua Carta de Princípios significa, segundo Boaventura de Souza Santos, a “reemergência de uma utopia

crítica, isto é, a crítica radical da realidade presente e o desejo de uma sociedade melhor” (SANTOS, 2005, 16).

Apesar de ter se estabelecido Porto Alegre/RS como a cidade-sede do FSM, sua internacionalização foi assegurada pela decisão de se intercalar encontros centralizados na capital gaúcha com encontros descentralizados pelos 5 continentes. Dessa estratégia, resultaram iniciativas que preenchem o calendário com etapas preparatórias onde se estabeleceram Fóruns Regionais regulares. Países de todos os continentes já foram palco destes encontros com desdobramentos em espaços ainda mais localizados, articulando os temas e experiências do FSM em etapas que reúnem movimentos sociais, coletivos e entidades atuantes diretamente em determinadas cidades e seus arredores.

Essas iniciativas, a princípio articuladas espontaneamente ou consideradas como etapas preparatórias do encontro centralizado foram ganhando importância na medida em que a instância local mostrou-se tão necessária quanto a experiência internacional. É o famoso adágio da globalização, pensar global e agir local, que se volta contra o próprio sistema que o criou.

Durante o percurso, outro fator indica para a mesma direção. O exponencial sucesso do FSM atrai números cada vez mais consideráveis de participantes, e o encontro que iniciou como uma articulação entre movimentos, coletivos e entidades, rapidamente passou a configurar um espaço em que se reúnem tanto os que já atuam de maneira organizada quanto os que estão iniciando seu envolvimento com o processo de mudança da ordem vigente.

No entanto, com o amadurecimento do processo, os participantes do FSM começaram a perceber que mesmo com a entrada de novos atores e com as etapas regionais estabelecidas, sua atuação ainda estava circunscrita aos que já estão convencidos da opressão em voga, aos que acima chamamos de *ativistas*. Apesar do êxito das articulações entre ativistas do mundo todo, para exercer a real transformação do sistema neoliberal imposto ao mundo pela presente globalização, seria necessário arregimentar novos contingentes. Seria necessária a participação dos oprimidos, sua emancipação e transformação em *ativistas*.

O componente que faltava se apresentou com mais ênfase quando surge em 2011, por todo o planeta, explosões populares organizadas de maneira rápida e horizontal, integrando muitos indivíduos que ainda não atuavam nos movimentos sociais, coletivos ou

entidades não governamentais. Valendo-nos da categorização proposta, percebemos que os revoltosos de 2011 partiram de situações de *opressão* diretamente para o *ativismo*. A Primavera Árabe no Norte da África, o 15M e os Indignados na Espanha, o *Occupy Wall Street* nos EUA, o Ocupa Sampa em São Paulo, os *Annonymous* no mundo todo, entre outros não nomeados na Palestina, em Israel, na Grécia e no Chile ocuparam praças do mundo todo mostrando sua indignação com a opressão vigente, reivindicando democracias reais e radicais, derrubando governos e interferindo diretamente nos rumos da história⁴⁴.

Nesse contexto, surgem manifestações de militância autônoma, seguindo a tendência descrita acima onde os diversos grupos de oprimidos passam a se apropriar das ferramentas necessárias para sua própria defesa, dispensando intermediários, em um movimento por emancipação e autonomia.

“Parece-me necessário ir ainda muito mais longe, e se tornar, por assim dizer, socialmente bilíngüe: reapropriar-se crítica e criativamente da própria linguagem popular, fazendo-se dono orgulhoso desta e desenvolvendo todas as suas potencialidades libertadoras... e, ao mesmo tempo, reapropriar-se crítica e criativamente do dialeto dominante, aprendendo a usá-lo como uma espécie de ‘segundo idioma’ que aumente sempre mais as possibilidades de conhecimento da realidade, para transformá-la” (MADURO, 1994, p. 144).

A via campesina, os intelectuais negros, os intelectuais da periferia, os Bro MC’s (artigo), os Pataxós e o Cacique Raoni representam a si mesmos e são exemplos de tantos outros povos oprimidos que, agora emancipados, são ativistas de sua própria causa e lutam sem a necessidade de intermediações paternalistas.

Os exemplos acima são indícios de que os movimentos sociais impulsionam a sociedade civil para o fim da representação, para a construção da democracia direta, aproximando-os ainda mais dos princípios da autonomia anarquista (CHOMSKY, 2011; MADURO, 1994; LÉVY, 1998).

Tal batalha, apesar de caminhar historicamente para seu acirramento – não por um suposto determinismo histórico, mas porque a emancipação dos indivíduos tem sido construída a duras penas e com muito esforço tem ganhado terreno – inúmeras perdas e retrocessos se dão pelo caminho. Assim os novos MS foram sendo institucionalizados e o

⁴⁴ O discurso de Manuel Castells aos acampados de Barcelona (CASTELLS, 2011), a fala de Slavoj Žižek aos de *Wall Street* (ŽIZEK, 2011) e o livro “Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas” contextualizam muito bem tal efervescência das praças de 2011 (SADER, 2012).

terceiro Setor convive com a ameaça constante de cooptação, seja pelo mercado, seja pelo Estado. Tenhamos em mente a complexidade do panorama histórico traçado e sua dialética constante. Ao mesmo tempo em que o protagonismo da sociedade civil se desenvolve, chegando a traçar algumas nuances do mundo que queremos, a perversidade da globalização neoliberal também avança e a cada crise do sistema capitalista por que passamos, apesar de cada vez mais respondido com grandes demonstrações de força e insatisfação das populações, o sistema avança seus domínios e endurece ainda mais.

Por isso tudo, para entendermos a partir de certo prisma a luta de classes que acontece nos espaços pós-modernos, é que propusemos a categorização acima, entre *opressores, mercenários, oprimidos e ativistas*.

A partir do compartilhamento das experiências de 2011, com o contato que pudemos estabelecer durante o Fórum Social Temático no início de 2012 com muitos dos protagonizaram da citada efervescência social do ano anterior, com as atividades da Cúpula dos Povos e o Fórum Social Mundial da Tunísia, em 2013, confirmamos e ampliamos as diretrizes que indicam a criação de Fóruns Locais com vistas a proporcionar a integração dos movimentos, coletivos e entidades aos cidadãos e cidadãs indignados. Assim, em articulação com os protagonistas das praças de 2011, os participantes do FSM intensificam uma percepção que se revelará estratégica: a de que os FSM estavam sendo palco para articulação entre os já convertidos, entre os *ativistas*, e que era necessário ir às ruas, às praças, ao encontro da população, dos *oprimidos* em geral, para despertá-los, emancipá-los e juntos construirmos o outro mundo que consideramos possível. O que segue vai além e tanto os movimentos das praças passam a incorporar as diretrizes do FSM como os Fóruns Locais começam a se estabelecer em praças, focados na população do entorno (WHITAKER, 2011).

Assim, chegamos à capital paulista, onde realizamos o primeiro Fórum Social de São Paulo em 2011, e em Sorocaba, com sua versão local realizada no dia 09 de junho de

2012⁴⁵. Tanto na capital como no interior, já se articulam outros tantos encontros mais focados em regiões da cidade alternadamente às cidades do entorno. Juntos também articulamos a formação de uma Rede de Fóruns Locais através da qual desenvolvemos algumas atividades na Cúpula dos Povos, em junho de 2012, no Rio de Janeiro.

O tema do 1º Fórum Social Sorocaba foi justamente “Rumo à Cúpula dos Povos” e os facilitadores estimularam os participantes para que as atividades fossem desenvolvidas em torno dos temas que a Cúpula traz a tona. Os facilitadores do Fórum Social Sorocaba já adiantam uma tendência de alinhamento dos movimentos e também representam localmente o Comitê Paulista Rumo à Rio+20, organização da sociedade civil que organizou os debates da etapa preparatória da Cúpula dos Povos no âmbito estadual.

4.3. CÚPULA DOS POVOS. Por justiça social e ambiental.

"A posição dos anarquistas em relação à ecologia é, sem dúvida, radical, mas esse radicalismo atende à situação de emergência, de calamidade mundial, declarada unânime e oficialmente pelos responsáveis políticos e científicos de todos os países do mundo. A vida na Terra pede socorro. Se vamos atender a esse pedido, que seja de modo corajoso, imediato, direto, radical e eficiente" (FREIRE, 1992, p. 9).

Optamos por eleger a Cúpula dos Povos como objeto de nossa pesquisa porque tal encontro revelaria um inédito alinhamento entre diferentes movimentos sociais e a esquerda mundial no contexto da globalização, no início do século XXI, potencializado por uma grave crise civilizatória⁴⁶ e por um iminente colapso ambiental planetário⁴⁷. A Cúpula dos Povos, em nossa perspectiva, foi uma tentativa dos movimentos sociais contemporâneos em articular o alinhamento da esquerda já em marcha desde 2001 nos

⁴⁵ Programação disponível em: www.forumsocialsorocaba.org.br

⁴⁶ De acordo com inúmeros pensadores contemporâneos, como consequência das crises congênicas que o sistema apresenta, e que teve sua última e mais grave manifestação em 2008, poderia ser facilmente deduzida uma iminente falência do sistema capitalista (SANTOS, 2011; ZIZEK, 2011, 2012a, 2012b; MÉSZÁROS, 2003, 2005; AGAMBEN, 2004; ARANTES, 2007).

⁴⁷ O principal climatólogo estadunidense James Hansen, que inclusive trabalha para a NASA, “há alguns anos vem tocando o sinal de alarme, mas durante o governo do presidente George W. Bush tentaram proibi-lo de falar. Mandaram para ele um recado dizendo que ele era um funcionário do governo americano e que o que ele estava dizendo sobre o perigo do aquecimento global não era a linha do governo, o qual considera tudo isso uma bobagem. Pediam, por favor, que ele calasse a boca, e, mais que isso, afirmavam que estava proibido de falar. Um acontecimento sem precedente desde Galileu, quando a Inquisição ordenou a ele que não deveria dizer que a Terra se mexe, que estava proibido pela Igreja Católica.” (LÖWY, 2012, p 9). Ver também (LYNAS, 2008).

encontros do FSM com a urgência da questão ambiental. O objetivo estratégico imediato foi fazer frente à Rio+20, desmascarando sua principal bandeira, a “economia verde”⁴⁸, ao revelá-la como uma nova investida do Capital diante da crise civilizacional e ambiental em que se encontra para revitalização mercadológica e manutenção de seu poder hegemônico.

Naqueles quentes dias do inverno carioca de 2012 pairava no ar uma forte sensação de que a Cúpula dos Povos representaria algo muito mais complexo e promissor do que o estratégico e fugaz encontro que seus organizadores propunham. Ela representaria a materialização de um esforço coletivo para incorporar a questão ambiental na pauta dos Movimentos Sociais, funcionando ainda como um catalisador para o alinhamento de suas lutas. Diante desta perspectiva, a questão que se coloca é a seguinte: “Seria a Cúpula dos Povos um indício de que estamos diante de um inédito e promissor alinhamento da luta contra-hegemônica mundial, de caráter libertário e ambiental, nesta alvorada do terceiro milênio?”

Verificamos então que a Cúpula dos Povos não representa apenas o estratégico e fugaz encontro que planejaram seus organizadores, mas encontramos neste evento, certamente muito mais rico e complexo, elementos que nos auxiliam em nossa tarefa de identificar o momento auspicioso de alinhamento da esquerda mundial nesta alvorada do terceiro milênio.

Foram 1200 atividades propostas por entidades, redes e coletivos de instituições ligadas às mais variadas linhas de atuação, movimentos sociais e oriundas de todos os continentes do planeta. Dessas, 800 realmente foram executadas⁴⁹. Cada uma dessas atividades apresentou o histórico e perspectivas das lutas de seus proponentes em painéis muitas vezes compostos por representantes de diversas linhas de atuação, mas que se alinhavam já sob determinada bandeira. A organização da Cúpula propunha que as atividades fossem escritas por coalizões entre mais de uma instituição, estimulando as articulações e tornando o número de atividades inscritas ainda mais significativo. Uma quantidade grande dessas atividades, além dos panoramas e perspectivas, realizavam

⁴⁸ Se houve um consenso entre os movimentos sociais participantes da Cúpula dos Povos é que sob a sloganização da suposta sustentabilidade contida no conceito de “economia verde”, os dirigentes do sistema atual revigoram a mercantilização dos recursos naturais mantendo seu caráter dominador e opressivo. Ver também (ABRAMOVAY, 2012).

⁴⁹ A programação completa pode ser visualizada na página oficial da Cúpula dos Povos: <http://cupuladospovos.org.br/cupula-dos-povos/programacao/>

também oficinas, envolvendo o público, estimado em 300 mil pessoas, em atividades imersivas de experiência prática de suas propostas.

Para situarmos a importância da crise ambiental para os Movimentos Sociais contemporâneos, destacamos em Seattle o protagonismo dos movimentos ambientais que desde a Eco92 já se articulavam internacionalmente em torno das urgentes questões impostas à humanidade pela degradação do Planeta. O Fórum Social Mundial surge como espaço que já se sentia necessário para que os diversos movimentos dialogassem e programassem suas ações internacionais com mais força e cooperação à luz dos ambientalistas.

A Conferência da ONU pelo Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, foi interpretada pelos movimentos sociais como mais uma investida daqueles que se consideram os donos do mundo contra os movimentos que questionam sua forma de atuação. Dessa vez a força desses que atuam em prol de menos de 1% da população mundial vem potencializada pelo que Pablo Sólon classificou como “O Golpe do Século”. Para substituir a violência bruta gerada pelas decisões totalitárias, deixam de lado os conselhos de Maquiavel e passam a atuar sob a forma de dominação que Gramsci, na década de 1930, já identificava como muito mais eficiente, justamente por exercer o controle a partir da sedução e cooptação, deixando as armas em segundo plano. Assim, identificando as sutilezas da dominação hegemônica, percebemos mais claramente como os dirigentes econômicos do mundo assumem a roupagem verde como uma máscara à seus cifrões e sob a sloganização da suposta sustentabilidade da economia verde revigoram a mercantilização dos recursos naturais mantendo seu caráter dominador e opressivo.

É diante desse quadro desolador que a sociedade civil se organiza e se levanta para mostrar sua indignação. O encontro do Fórum Social Mundial do ano de 2012 foi temático com o slogan “Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental”, e a sociedade civil se articulou sobre como se posicionar frente aos arranjos hipócritas da Rio+20. Os movimentos participantes do Fórum integram também a Cúpula dos Povos, que se contrapõe à Rio+20 da mesma maneira que o FSM se contrapõe ao Fórum Econômico Mundial.

É importante chamar a atenção para esta contraposição para que fique muito clara a distinção entre os dois eventos que aconteceram simultaneamente no Rio de Janeiro em junho de 2012. De um lado, uma organização horizontal, da sociedade civil, que

proporcionou um espaço aberto, dialógico, em prol da justiça social e ambiental. De outro, à portas fechadas, figurões de ternos caros posaram para uma foto história assinando mais uma vez promessas que não pretendem cumprir e acordos que mercantilizarão ainda mais a vida e o planeta.

Os altermundistas descobriram na prática, com o amadurecimento de seu próprio movimento e em diálogo aberto constante como práxis de construção coletiva do conhecimento, o que Gramsci, a partir do cárcere à que foi confinado na Itália de 1930, já apontava teoricamente como estratégia a ser desenvolvida pelos revolucionários das sociedades ocidentais de capitalismo desenvolvido: a *guerra de posições* na luta contra-hegemônica. Diante da complexidade das sociedades modernas, os que lutam por sua transformação precisam fortalecer seu poder de persuasão e levar sua disputa para os campos de controle ideológico dominados pela hegemonia burguesa. Antes de se chegar ao controle do Estado, Gramsci aponta a necessidade de se persuadir a população que sobrevive alienada pelo controle exercido pelos aparelhos privados de dominação, principalmente a cultura, a escola, a mídia e a igreja (GRAMSCI, 2007).

Alguns encontros realizados no processo da Cúpula dos Povos fazem eco às posições gramscianas: o próprio caráter multicultural do encontro, o Fórum Mundial de Educação e a Universidade Popular dos Movimentos Sociais⁵⁰, O Fórum Mundial de Mídia Livre⁵¹, O Movimento Fé e Política e a Vigília dos Povos⁵².

A ressignificação da postura do ser humano ante à vida, proposta pelas várias correntes da ecologia – ambiental, social, evolutiva, integral e profunda assim como o ecossocialismo e a agroecologia – contidas no conceito de reencantamento do mundo poderia ser considerado como o elo que faltava na luta contra-hegemônica contemporânea. Na atualização contemporânea da guerra de posições gramscinianas, em que o esforço revolucionário é dirigido às instituições privadas de controle hegemônico, faltava na contemporaneidade a devida atenção à esfera religiosa como via revolucionária. Partidos, escola e mídia são as frentes apontadas por Gramsci em que os movimentos comumente vêm lutando, enquanto que no campo religioso, com exceção do protagonismo da Teologia

⁵⁰ <http://www.forummundialeducacao.org/>

⁵¹ <http://www.forumdemidialivre.org/>

⁵² <http://forumdos povos/vigilia>

da Libertação nos períodos ditatoriais da América latina, os assuntos que tangem a fé da população foram deixados à mercê dos interesses financeiros das empresas pentecostais.

“A mudança holística na consciência não significaria, mas sim exigiria, um caráter único de cada parte e de seu ponto de vista. Começaria, de modo quase imperceptível, com um senso de destino comum e a intenção compartilhada de encontrá-lo em conjunto. Começaria a emergir em comportamentos inesperados, com indivíduos em inúmeros lugares encontrando-se para falar e refletir sobre o que está acontecendo em suas vidas, em seu mundo. Manifestar-se-ia em uma imprevisível gama de ações espontâneas, com as pessoas saindo de seu conforto particular, doando tempo e assumindo riscos em nome da Terra e de seus irmãos e irmãs. Incluiria todas as esperanças e mudanças que dão realidade a cada dimensão da Grande Virada⁵³. E, dada a dinâmica dos sistemas auto-organizados, é possível que, ao refletirmos e agirmos juntos, em pouco tempo vejamo-nos respondendo à presente crise com muito mais confiança e precisão do que julgávamos ser possível” (MACY; BROWN, 2004, p. 65).

Para além das clássicas posições institucionalizadas privilegiadas pelo potencial de difusão ideológica e controle hegemônico que ostentam, há também outras trincheiras em que os movimentos sociais vão avançando pela ação prática, o que talvez pudéssemos chamar de *guerrilhas de posição*, como extensão ao conceito de Gramsci, ou ação direta, a propaganda pela ação, utilizando um conceito anarquista. Para identificar tais movimentos que compõem uma diversidade bastante pujante, citamos os cinco temas agregadores propostos pelos facilitadores da Cúpula dos Povos: *Direitos, por justiça social e ambiental; Defesa dos bens comuns contra a mercantilização; Soberania Alimentar; Energia e Indústrias Extrativas; Trabalho: Por uma Outra Economia e Novos Paradigmas de Sociedade*.

Adicionemos ao nosso esquema as consequências socializantes do conceito de Florestan Fernandes da “revolução dentro da ordem”, em que o sociólogo defende que as classes trabalhadoras e as massas populares devem se envolver no aprofundamento da revolução burguesa. Mesmo que concordemos com Paulo Arantes considerando já superada a fase do etapismo do desenvolvimentismo da esquerda brasileira (ARANTES, 2007), Florestan continua muito atual, justamente porque destoa de seus contemporâneos, já que apesar de reconhecer a necessidade de aceleração do desenvolvimento social, a

⁵³ “passagem de uma sociedade autodestrutiva e voltada para o crescimento industrial, para uma sociedade que dá sustentação à vida” (MACY; BROWN, 2004, p. 20)

revolução social contra a ordem capitalista dependente é, para Florestan, condição essencial para o desenvolvimento almejado (FERNANDES, 1976; p.248-249). Então, no caminho da superação do subdesenvolvimento, as consequências socializadoras da revolução dentro da ordem tem importância estratégica:

“O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da "democracia burguesa" para a de fator de uma democracia da maioria, isto é, uma democracia popular ou operária” (FERNANDES, 2000, p. 61).

Importante convidarmos Rosa Luxemburgo para nos alertar dos perigos das “reformas” no sistema. Apesar de seu famoso combate contra os revisionistas da II Internacional, Rosa não opõe diametralmente os termos Reforma e Revolução e reconhece o papel das reformas se estiverem focadas na educação e conscientização da população em torno de um projeto de emancipação pela via revolucionária. Mas nos adverte que se tais ações forem esvaziadas da estratégia de ruptura com o sistema capitalista serão cooptadas pelo sistema que inverterá seu papel inicial, redundando na inserção da ideologia burguesa através destes mesmos meios (LUXEMBURGO, 1999).

Não existe campo neutro de atuação onde o caminho seria percorrido sem riscos. Todos os campos de todas as áreas sofrem influências estruturais de cooptação e perda da autonomia que variam apenas de intensidade. Os partidos políticos e o mundo corporativo talvez sejam os meios mais perigosos onde o canto da sereia se apresenta de maneira mais eficaz, atestado pela raridade dos que mantêm intactas suas ideologias após terem por essas vias se aventurado com o intuito da transformação social a partir da esquerda. Quase sempre o fim se torna utópico, sendo confundido com uma falsa promessa de propaganda de margarina enquanto justifica todos os meios.

As ONGs já mostraram que podem servir tanto ao capital quanto para ações humanitárias e transformadoras. Os movimentos sociais são no geral mais independentes, mas também operam aproximações perigosas com o estado, partidos e as corporações, seja para viabilizar suas ações através do financiamento de seus projetos, seja para completar sua capacidade técnica. A burocracia partidária e sindical também está presente nas ONGs e nos MS, o que dificulta muito a passagem para a nova fase anti-hierárquica, participativa

e autogestionada que caracterizariam plenamente, por enquanto, apenas os movimentos sociais altermundialistas.

Não obstante os riscos, os movimentos sociais deste início de século conquistaram o direito de se aterem a um ponto específico de luta contra o sistema, de onde já começam a praticar a mudança estimulando a população para a viabilidade da proposta principalmente pelos resultados obtidos no presente.

Dessa postura se destaca a ética e a coerência em se aplicar em sua vida prática aquilo por que luta e defende (RECLUS, 2011) Esse particularismo, entretanto, já tem histórico suficiente para seu amadurecimento e desenvolveu as teorias e visões de mundo que os localizam no contexto panorâmico da luta contra o sistema capitalista (ZIZEK, 2011). Esse contexto operado a partir de seu protagonismo, emancipação e articulação com outros atores, intelectuais, técnicos, especialistas, políticos, ativistas, militantes da mesma ou de outras áreas, vem municiando suas teorias com a complexidade necessária, gerando explicações completas de mundo a partir de suas perspectivas presentes. Ao contrário do que muitos marxistas ortodoxos poderiam antecipar, esses novos paradigmas não excluem a perspectiva crítica histórico-dialética, mas a atualizam a partir de suas realidades, como defende Lucáks (1974).

O alinhamento que o movimento altermundista vem construindo através de seus encontros nos FSM, a sua recusa em abrir espaço para participação de partidos ou corporações, sua organização anti-hierárquica, participativa e autogestionada indicam muitas semelhanças com as idéias anarquistas. Mas no espaço do FSM não se disputa por um consenso, sendo, portanto constituído lado a lado por anarquistas de diversas vertentes e marxistas de variadas filiações. Talvez Maurício Tratenberg (2009) poderá nos auxiliar a entender um pouco mais a composição desse espaço, quando se reconhece como um marxista heterodoxo e em seguida nos apresenta Maxilian Rubel, que posiciona Marx como teórico do anarquismo (RUBEL, 2012). As aproximações aqui esboçadas nos levam a acreditar que seremos muito mais fortes se os revolucionários incorporarem as propostas de alinhamento dos altermundistas, aceitando e respeitando seus diferentes dogmas e estratégias, a fim de coordenarem algumas ações, como em uma orquestra onde a diversidade dos instrumentos é preservada, mas o conjunto soa maravilhosamente harmônico atingindo a todos, músicos e público como um só chamamento à vida, à

emoção, à razão, à luta e à revolução. A grande diferença é que nesta orquestra não há maestro e na noite de estréia, não haverá mais distinção entre músicos e público.

4.4. EXPLOSÕES. Levantes populares recentes.

“A minoria ativa pode, pelo fato de ser teoricamente mais consciente e estar mais preparada, acender o estopim e meter-se pela fenda. Mas isso é tudo. Os outros podiam seguir ou não seguir. Acontece que seguiram. Mas depois, nenhuma vanguarda, seja a UEC, a JCR ou os ‘marxistas-leninistas’, puderam assumir a direção do movimento. Seus militantes puderam participar das ações de um modo decisivo, mas desapareceram absorvidos pelo movimento. Eles estão nos comitês de coordenação, onde possuem um papel importante, mas em nenhum momento houve oportunidade para que essas vanguardas desempenhassem um papel diretivo.”

“Esse é o ponto essencial. Serve para destacar que é necessário abandonar a teoria da ‘vanguarda dirigente’ para adotar aquela mais simples e mais honrada – da ‘minoria ativa’ que desempenha o papel de um fermento permanente, impulsionando a ação sem pretender a direção. (...) Em determinadas situações objetivas – com a ajuda de uma minoria ativa – a espontaneidade retoma seu lugar no movimento social. É ela que promove seu avanço, e não as ordens de um grupo dirigente” (COHN-BENDIT, 2008, p 19).

Apesar da citação acima parecer descrever os levantes populares recentes, de 2008 até as jornadas de junho brasileiras de 2013, trata-se de um relato feito por um dos mais famosos protagonistas do movimento estudantil parisiense de 1968, Daniel Cohn-Bendit, em entrevista à Jean-Paul Sartre em pleno calor dos acontecimentos, em 20 de maio do mesmo ano. São incríveis as semelhanças com os movimentos atuais. Vejamos uma observação de Manuel Castells sobre o momento atual em sua recente publicação:

“Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e tomada de decisões” (CASTELLS, 2013, p. 9).

Atentemos, no entanto para a semelhança de tais relatos às propostas anarquistas do início do século XIX, por exemplo, com esse trecho de Bakunin, publicado em 1871, sobre a comuna de Paris:

“Possuíam além disso a convicção da Revolução social, diametralmente oposta, nisto como em todo o resto, à Revolução política, a ação dos indivíduos era quase nula e a ação das massas devia ser tudo. Tudo o que os indivíduos podem fazer é elaborar, esclarecer e propagar ideias correspondendo ao instinto popular, e também, contribuir com seus incessantes esforços para a organização revolucionária da força natural das massas, nada além disso; todo o resto só pode e só deve ser feito pelo próprio povo. De outro modo chegaríamos à ditadura política, isto é, à reconstituição do Estado, dos privilégios, das desigualdades, de todas as opressões do Estado, e concluiríamos por uma via tortuosa mas lógica, pelo restabelecimento da escravidão política, social e econômica das massas populares” (BAKUNIN, 2006, p. 144).

Ao final do trecho, Bakunin se refere diretamente à corrente que combatia no seio da Internacional Socialista, liderada por Marx, que defendia o papel da vanguarda revolucionária e da manutenção do Estado, por um breve período após a revolução, período chamado de ditadura do proletariado. De fato, tal análise acabou por se confirmar profética e onde a revolução socialista se deu seguida pela manutenção do estado, o autoritarismo se reestabeleceu e o que era para ser provisório foi sendo prolongado indefinidamente. Daniel Cohn-Bendit se refere ao período revolucionário Russo como sendo um movimento em que as massas tomaram partido de maneira horizontalizada, mas que após a tomada do controle do estado, as relações de poder se reestabeleceram:

“Com efeito, ainda que ninguém queira admiti-lo, o partido bolchevique não dirigiu a revolução russa. Ele foi empurrado pelas massas. Ele pôde elaborar sua teoria no decorrer do processo, dar certos impulsos para um lado ou para o outro, mas não desencadeou, sozinho, um movimento que foi em grande parte espontâneo” (COHN-BENDIT, 2008, p. 19).

Na sequência da entrevista, Sartre faz ao ativista parisiense a mesma pergunta que repetidamente ouvimos no contexto atual:

“O que muita gente não entende é que vocês não procuram elaborar um programa, nem dar uma estrutura ao movimento. Condenam vocês é por quererem ‘destruir tudo’ sem saber – em todo caso sem dizer – o que vocês querem colocar no lugar do que derrubam” (SARTRE, *apud* COHN-BENDIT, 2008, p. 20).

E a resposta que Cohn-Bendit lhe apresenta é a mesma proferida por representantes do Movimento Passe Livre (MPL) à presidenta que intentava com eles negociar os rumos do movimento:

“Claro! Todo mundo se tranquilizaria – Pompidou em primeiro lugar – se fundássemos um partido anunciando: ‘Toda essa gente está conosco. Aqui estão nossos objetivos e o modo como pensamos alcançá-los...’ Saberiam em que se ater e portanto a forma de anular-nos. Já não se estaria diante da ‘anarquia’, da ‘desordem’, da ‘efervescência incontrolável’.

“A força do nosso movimento reside precisamente no fato de ele se apoiar numa espontaneidade ‘incontrolável’, que dá o impulso sem pretender canalizar ou tirar proveito da ação que desencadeou” (COHN-BENDIT, 2008, p. 20).

“O Movimento Passe Livre, desde o começo, foi parte desse processo. Somos um movimento social autônomo, horizontal e apartidário, que jamais pretendeu representar o conjunto de manifestantes que tomou as ruas do país. Nossa palavra é mais uma dentre aquelas gritadas nas ruas, erguidas em cartazes, pixadas nos muros” (MPL-SP, 2013, ANEXO 2).

Como esperamos ter ficado claro ao longo do texto, a referencia que fazemos às similaridades entre os movimentos atuais e os de 1968, não pretendem simplesmente colocá-los lado a lado. As diferenças internas entre os movimentos destes dois períodos, além da complexidade de suas conjunturas são extremamente drásticas. A perspectiva que propomos é lançar um olhar sobre os acontecimentos da década de 1960 destacando a retomada dos valores libertários e o surgimento dos novos movimentos sociais como o princípio de um movimento histórico que vem se desenvolvendo de maneira não linear, mas que desemboca nos acontecimentos recentes proporcionando um entendimento mais a fundo sobre a importância dos acontecimentos recentes.

O Brasil passa por um momento histórico muito auspicioso, em consonância com movimentações sociais do mundo todo. A partir de junho de 2013 a população brasileira entra para o cenário das manifestações do século XXI e em massa participa de protestos em ruas e praças públicas por todo o país. Até algumas casas legislativas foram ocupadas e espontâneas assembleias populares foram sendo organizadas em diversos espaços das nossas cidades. Cidadãos e cidadãs insatisfeitos e indignados com o sistema político atual reivindicaram alternativas, almejando mais participação e deram importantes passos rumo à construção de uma nova política.

Sorocaba não ficou de fora e embalada pelas manifestações do Contracatracra, viu surgir a FAAARS, a promissora “Frente Ampla Antifascista e Anticapitalista da Região de Sorocaba”, que reúne além do coletivo formado para tratar das questões de mobilidade urbana na cidade, entidades, grupos e instituições tradicionais da sociedade civil, como

sindicatos e partidos. A FAAARS configura uma inédita articulação multifacetada que promete balançar as estruturas da luta política tradicional e dos movimentos sociais da cidade e região.

A FAAARS é um coletivo de entidades, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, cidadãos e cidadãs que se reúnem para alinhar suas diferentes lutas em prol da transformação social. Respeitando a autonomia das propostas das diferentes linhas de atuação de seus membros e exaltando a importância da diversidade em todas as esferas. Se partidos, sindicatos e alguns dos mais tradicionais movimentos sociais estão em crise, o coletivo propõe que suas estruturas sejam revisadas, refundadas e reformuladas, e não simplesmente combatidas ou abandonadas.

A principal bandeira do coletivo é a luta contra toda forma de opressão e exploração, e identifica o sistema capitalista como origem e causa das maiores atrocidades e injustiças de nosso tempo, por isso também luta contra seu domínio em todas as esferas da vida.

A FAAARS foi formada em junho de 2013, em meio às ondas de protestos que tomaram conta das ruas das principais cidades brasileiras. Os protestos, que tiveram como estopim uma série de aumentos nas tarifas do transporte público urbano, logo tiveram suas pautas alargadas por diferentes demandas populares. A truculência da polícia na contenção dos ânimos dos manifestantes teve efeito inverso e inflamou os protestos que foram aumentando exponencialmente chegando a números extraordinários, como as cerca de um milhão de pessoas que tomaram as ruas do Rio de Janeiro e São Paulo em 20 de junho. A grande mídia exercendo seu papel manipulador realizou uma série de manobras que acabaram evidenciando sua estratégia oportunista. Mas no auge da popularização do levante, a aversão indiscriminada à política tradicional, insuflada pela mídia que insistia em deslegitimar o caráter político dos protestos, gerou atos pontuais de violência entre os revoltosos que impediam a manifestação de caráter partidário queimando bandeiras e agredindo militantes. Diante desse quadro quente e imprevisível, cientes da força da mídia e da pouca profundidade política da maioria dos que estavam nas ruas, os movimentos sociais tradicionais se reuniram em uma grande coalizão de forças a fim de evidenciar a importância das lutas sociais históricas e aprofundar o debate político atual rumo à transformação real da sociedade. Em São Paulo, no dia 25 de junho, representantes das principais Centrais Sindicais e de mais de setenta movimentos sociais do país se reuniram

para traçar os parâmetros da coalizão. Como resultado, foi lançada uma Plataforma de Lutas e agendada uma grande manifestação nacional, que ocorreria no dia 11 de julho em todo o país. Devido à sua importância, reproduzimos como anexo a este artigo a convocação publicada pela FAAARS, onde constam as demandas da Plataforma e o chamado para a grande mobilização nacional.

Em Sorocaba, além da participação na grande jornada nacional de luta e paralisação, a FAAARS convocou uma Assembleia Popular, que pretendia reunir manifestantes de primeira viagem com experientes militantes e a população local para um dia de debates, diálogos, e construções coletivas. A estratégia que se configurou para a ocasião vinha sendo articulada a nível nacional entre militantes de diversas frentes, pode ser chamada de Fóruns Populares Permanentes, e se constitui em três etapas. A primeira seria um espaço aberto livre, inspirado na metodologia do FSM, para que os movimentos sociais, coletivos, sindicatos, partidos e demais instituições da sociedade civil apresentassem seus históricos de lutas, suas propostas e interagissem com a população e entre si, buscando um alinhamento das lutas pela transformação, preservando, porém a diversidade de suas lutas e propostas. A segunda etapa seria focada em uma ação coletiva, onde todos os participantes teriam a chance de contribuir para a construção da pauta e conteúdo do debate que seria então levado à Assembleia como etapa final do processo. Como se vê, na metodologia empregada, a participação política direta e autônoma é estimulada ao mesmo tempo em que se valoriza o histórico de cada grupo e a diversidade de cada perspectiva. Entendemos que essa é uma bandeira comum propositiva, diante do combate à seu oposto, o capitalismo e fascismo atuais travestidos de democracia neoliberal.

Apesar do importante esforço da FAAARS e da Plataforma de Lutas em reformar os sistemas clássicos de participação política, sua principal contribuição talvez seja em amenizar os conflitos entre ativistas e militantes de linhas programáticas diversas e o aprofundamento do debate político, mas já não é mais em sindicatos e partidos que os movimentos sociais do novo século lançam suas demandas, que dedicam suas lutas ou depositam suas esperanças. Os indignados de hoje resolveram agir com autonomia e liberdade, ocupam espaços públicos em manifestações pacíficas e espontâneas e se espalham pelo mundo desde a alvorada do novo século. Os que se articulam nesta alvorada junina brasileira, escancaram suas demandas para muito além da gota d'água dos 20

centavos por onde transbordaram. A reivindicação em pauta transcende o aumento na já há muito tempo abusiva taxa que limita – e muita vez obstrui – o direito de ir e vir dos cidadãos. Amplia-se ao questionamento de todo o modo de vida atual, ao direito à uma cidade saudável, socialmente justa e ambientalmente sustentável. Questiona-se toda a organização urbana que privilegia os automóveis particulares, a especulação imobiliária que empurra a população às margens cada vez mais desassistidas e distantes, o desrespeito ao cidadão que encara passivo o trânsito caótico da cidade espremido em meios de transporte precaríssimos e hiper lotados. Questiona-se a centralização do poder e as decisões egoístas impostas aos cidadãos e cidadãs. Acusa-se a arbitrariedade da imprensa que protege sempre os que dispõem de mais privilégios mantendo o círculo vicioso da injustiça e desigualdade. Acusa-se o sistema capitalista de gerar – e manter a qualquer custo - uma potencialmente apocalíptica crise civilizatória sem paralelo na história. Não aceitam mais o absurdo ainda imperante da prerrogativa do Estado do monopólio do uso (cada vez mais gratuito e desmedido) da violência. E de quebra mostram aos que nos desgovernam que a participação nas questões públicas não mais será restrita às farsas eleitorais.

O que está a ser construído é pedagógico de todos os lados. Aprendemos entre nós a agir, a atuar politicamente e a nos organizar. Reivindicamos mudanças e o direito de sermos respeitados, escutados e levados a sério, como a prerrogativa da educação livre e dialógica que defendemos. E ao invés de proferirmos hipócritas lições teóricas sobre como a mudança poderia ser feita aqui ou ali, formulando planos teóricos mirabolantes e criticando os que fazem de maneira diferente do que faríamos... levantamos nossas bundas da frente do computador e incorporamos a mudança que queremos ver no mundo⁵⁴.

A resistência, estratégia e batalhas das gerações anteriores que resistiram ao século passado foram fundamentais e por isso somos e seremos sempre gratos. Acontece que a luta agora é outra. Já não há mais a Guerra Fria e a cega dicotomia do capitalismo versus socialismo que polarizou aquele tempo. Mas isso não significa o fim da história, como alguns ilusionistas capitalistas tanto repetem. Significa sim, que a história será agora escrita de outra maneira, muito mais participativa. Os homens e as mulheres só não fazem

⁵⁴ Insisto que relevem o tom militante, por vezes assumidamente panfletário, que aparece em alguns trechos desta dissertação, mas consideramos que assumir uma postura engajada seja no mínimo coerente com os valores e objetivos explícitos do estudo aqui empreendido.

a história como querem se a quiserem apenas para si. Se a construirmos coletivamente ela será do jeito que a fizermos!

O que em 1968 fora entendido pelos intelectuais, analistas e líderes da vanguarda revolucionária da época como a ruína da luta progressista por causa da incipiente fragmentação da esquerda, que entrava em ebulição no mundo todo naquele emblemático ano, é visto hoje como a grande força e riqueza dos movimentos sociais contemporâneos.

Por essa razão entendo o advento do Fórum Social Mundial como um dos mais importantes para as lutas sociais desse novo século. Trata-se de um espaço aberto para a criação coletiva do novo, que já teve em seu início todas as características que a nova luta social demanda: a radicalização da democracia, a horizontalidade na organização, a autogestão, o respeito à diferença e a solidariedade entre as diversas lutas e povos. O FSM, assim como os movimentos sociais desse século, também impede a participação de partidos políticos, empresas privadas, instituições religiosas e grupos militarizados. O FSM e os novos Movimentos Sociais trazem ao novo milênio a luta libertária que apesar de marginalizada nunca arrefeceu ou desistiu de combater toda forma de hierarquia, autoritarismo e opressão.

Apesar do ímpeto libertário e da força que os impele à ação, a população que levanta o gigante adormecido revela diferentes níveis de consciência política, autonomia ideológica e emancipação social. Também pudera, após tanto tempo sendo bombardeados pelos imperativos massificadores e alienantes da cultura hegemônica, é de se esperar que o efeito entorpecente da manutenção do *status quo* seja sentido em diferentes graus pelos cidadãos e cidadãs da nossa contemporaneidade tão diversa.

Assim, lembramos novamente as três dimensões da globalização propostas por Milton Santos, que também funcionariam como etapas graduais para a emancipação social. Primeiro, seria necessário romper o véu de maia que pinta o mundo como fábula. Em seguida, seríamos capazes de enxergar a estrutura imperial do mundo como perversidade, para só então podermos acreditar que a construção de “um outro mundo é possível”. Não é a toa que esse é o lema do Fórum Social Mundial e é exatamente por isso que acreditamos que sua metodologia é tão importante neste momento de indignação coletiva. Basicamente, o que as etapas locais do FSM têm proposto às comunidades em que atuam é a re-ocupação dos espaços públicos por uma dinâmica pedagógica que estimula os movimentos sociais, organizações da sociedade civil, coletivos, cidadãos e cidadãs a compartilharem suas

experiências, suas habilidades, planos, projetos, ações e a história de suas lutas, convidando os que ainda não se engajaram pela transformação social que o façam de acordo com suas aptidões, vocações, disponibilidade e vontade.

Entendemos essas ações, que podem ser desenvolvidas tanto a nível global, como acontece nas edições internacionais do FSM, até em escala tão focalizada quanto as imediações de uma praça pública, como etapas importantes a serem estimuladas antes das tradicionais Assembléias Populares. Acreditamos que as atividades autogestionadas propostas pela metodologia, onde os cidadãos e cidadãs tem a oportunidade de aprofundarem seus conhecimentos teóricos e práticos sobre os mais variados temas, são momentos preparatórios para que as decisões tomadas nas Assembléias sejam o mais coerentes possível com os anseios reais da população em questão.

Sentimos ainda a necessidade de mais uma etapa preparatória para que as Assembléias Populares possam dar conta satisfatoriamente dos variados anseios e demandas da população, evitando solapá-los pelas forças políticas que muitas vezes tendem a direcionar as decisões mesmo nesses espaços onde a democracia direta tem primazia.

Utilizada pela primeira vez em Jerusalém como metodologia de facilitação e mediação de conflitos entre palestinos e judeus, o “diálogo das mil mesas” é uma técnica que visa a participação simultânea e horizontal de múltiplos atores em amplos processos colaborativos. O foco dos trabalhos é responder as seguintes questões geradoras: “O futuro que queremos”, “O presente que vivemos” e “Ações (a curto, médio e longo prazo) para alcançarmos o futuro que queremos”. Essas três questões são distribuídas em mesas, uma a uma, a fim de que em cada mesa se reúna um grupo pequeno o suficiente para que todos possam falar e ser ouvidos e em seguida debatem por um tempo determinado sobre a questão posta. Findo o tempo os grupos se desfazem e se rearranjam em outras mesas, garantindo que cada participante tenha a oportunidade de debater sobre cada uma das questões com a maior diversidade possível de interlocutores. Ao final de diversas rodadas cada participante terá dialogado face a face com muitos dos presentes e terá contribuído com sua perspectiva sobre todas as questões em pauta. A metodologia tem outras premissas que visam otimizar a participação e a síntese das contribuições em gráficos e documentos finais que poderão ser revisados pelos participantes. O resultado é então convertido em uma pauta muito rica e extremamente colaborativa que poderá ser apreciado

pela Assembleia com muito mais propriedade do que nas plenárias comuns. O diálogo das mil mesas teve uma versão adaptada para a Cúpula dos Povos e popularizou o método entre os participantes, que passaram a replicar como práticas em seus encontros internos assim como metodologias de mediação em encontros populares de larga escala.

“Virá o dia em que a evolução e a revolução, sucedendo-se imediatamente, do desejo ao fato, da idéia à realização, confundir-se-ão em um único e mesmo fenômeno. É assim que funciona a vida em um organismo sadio, seja ele o de um homem ou de um mundo” (RECLUS, 2011, p. 52).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Derrubemos de uma vez por todas o mito do paraíso futuro. Não vamos deixar de viver o hoje esperando o amanhã. E viver o hoje na sua plenitude, isto é, no pleno gozo da liberdade, faz da vida uma atividade política criadora (no amplo sentido dado por nós) apaixonante. A vida e a política são dados do presente, não são do passado, nem do futuro. São fatos do cotidiano” (FREIRE; BRITO, 1986, p. 20).

O resultado da investigação em pauta está longe de propor uma teoria que de conta de responder as questões levantadas durante seu percurso, mas comunga com a capacidade coletiva potencializada pelas sociedades contemporâneas, em que é no bojo da cooperação entre diversos indivíduos que as formulações criativas surgem com maior propriedade, corroborando com a noção de inteligência coletiva e multidisciplinaridade formuladas em nosso tempo. Se as respostas forem demasiadamente vagas, esperamos que as perguntas sejam pertinentes.

“Ainda nos falta imaginação para saber até onde nossas melhores características podem se expandir, com uma administração dos nossos assuntos mais ética, ecológica e racional” (BOOKHIN, 2010, p. 121).

“As diferenças que existem entre indivíduos serão respeitadas como elementos que enriquecem a unidade da experiência e do fenômeno. Libertos de uma rotina monótona e repressiva, das inseguranças e opressões, da carga de um trabalho demasiado penoso e das falsas necessidades, dos obstáculos impostos pela autoridade e das compulsões irracionais, os indivíduos estarão, pela primeira vez na história, em uma posição que lhes permitirá realizar seu potencial como membros da comunidade humana e do mundo natural” (BOOKHIN, 2010, p. 154).

“Nas últimas décadas, assistimos, em todo o mundo, a um crescimento extraordinário das organizações da sociedade civil que – agrupadas em torno do interesse público e erguendo as bandeiras da democracia política, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental – se confrontam no espaço internacional com os interesses dos Estados e das corporações transnacionais voltados ao poder e ao lucro” (VIEIRA, 2001, p. 24).

A presente dissertação se iniciou com um breve panorama da esquerda mundial na era moderna, a partir da contextualização da ruptura emblemática entre socialistas e anarquistas nos anos 1872. Vimos que apesar do protagonismo conquistado pelo bloco Socialista na disputa bipolar contra o Capitalismo Industrial na guerra fria pelo controle autoritário do mundo em globalização, sua bela utopia escapava para abstrações teóricas

cada vez mais remotas, enquanto suas experiências reais se convertiam em regimes totalitários. A ruína do sonho comunista, no entanto, abriu espaço para o surgimento, marcado pela efervescência social de 1968, do que ficou conhecido como os novos movimentos sociais, com suas lutas centradas em questões mais imediatas, como as que se referem às identidades das minorias historicamente reprimidas. Quase meio século depois, o que fora tomado como uma desastrosa fragmentação da esquerda mundial pode ser re-interpretado como o berço de uma potencial reviravolta capaz de gerar uma estrondosa guinada na história da humanidade. Trata-se da retomada de práticas libertárias que há muito as sociedades vinham experimentando, que seriam o desenvolvimento da mensagem humanista radical do Iluminismo, estão na origem tanto do pensamento liberal, quanto socialista⁵⁵, mas que foram deturpadas e paulatinamente interrompidas, seus protagonistas deliberadamente perseguidos, mortos ou banidos⁵⁶.

A crise paradigmática, que segue ao fim da Guerra Fria e ao colapso da perspectiva do socialismo autoritário, revigora e reinterpreta parâmetros libertários que foram combatidos ferozmente desde meados do século XIX, incorporando-os em diversas áreas do conhecimento, perspectivas analíticas e parâmetros do ativismo social.

Redesenhada a partir de diferentes atuações, os principais conceitos anarquistas reaparecem com muita força em diversos âmbitos da vida social, com destaque aos movimentos sociais altermundialistas que entram em cena a partir da década de 1990. Os que outrora foram acusados de enfraquecer a luta contra-hegemônica, promovendo a fragmentação da esquerda, hoje se articulam cada vez mais em abrangentes redes, internacionais e diversificadas, a partir de onde afirmam que outro mundo é possível.

⁵⁵ “Com o desenvolvimento desse novo e inesperado sistema de injustiça, o capitalismo industrial, foi o socialismo libertário que preservou e ampliou a mensagem humanista radical do Iluminismo e os ideais clássicos liberais, que acabaram deturpados numa ideologia para sustentar a ordem social emergente.” (CHOMSKY, 2011, 23)

⁵⁶ A trajetória de Emma Goldman pode evidenciar tal perseguição generalizada. Revolucionária anarquista de origem russa, emigrou para os EUA em 1886, de onde foi deportada em 1919. Volta para a Rússia onde sofre com “as perseguições e a repressão que se seguiram à Revolução Russa parte para a Europa ocidental no mesmo ano, e em 1923 publica “My Didillusionment in Rússia”, crítica severa ao sistema soviético. Perseguida pelos agentes do FBI grande parte de sua vida, foi presa seis vezes entre 1893 e 1921, acusada de incitar rebeliões, preconizar o controle da natalidade e opor-se à Primeira Guerra Mundial e ao alistamento militar, entre outras acusações. (...) Durante a Guerra Civil Espanhola (1936) apoiou ativamente os anarquistas na luta contra o fascismo. Faleceu em Toronto, Canadá, em 1940.” Extraído do verbete publicado nas primeiras páginas da coletânea “O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios”, publicada pela editora Hedra (GOLDMAN, 2007). A Guerra Civil Espanhola configura também um evento histórico que evidencia a perseguição que os anarquistas sofreram tanto por parte dos capitalistas quanto pelos socialistas, já que foi uma revolução anarquista violentamente reprimida pela direita fascista com apoio de movimentos comunistas.

“Fazer esta revolução total é transformar radicalmente todas as relações, todos os papéis sociais que desempenhamos. Não se trata de uma estratégia meramente individual. Começa no individual e prossegue no coletivo, enraizando socialmente o processo revolucionário. A sociedade se transforma, isto é, revolucionam-se as relações sociais a partir da destruição do seu conteúdo autoritário. Não é fundamental a tomada do poder, mas sim a sua destruição, em todas as suas características autoritárias” (FREIRE; BRITO, 1986, p. 22-23).

Criado em 2001, o Fórum Social Mundial (FSM) é a materialização de um espaço internacional livre, diversificado, horizontal e colaborativo, onde as articulações das redes em formação esboçam uma alternativa ao utópico Partido Único com um importante e decisivo diferencial: a diversidade cultural e ideológica e a autonomia individual são preservadas⁵⁷.

É neste contexto que nosso objeto está inserido e a partir do qual nos oferece um novo elemento que teve seu estudo priorizado por esta pesquisa.

O encontro da sociedade civil que aconteceu paralelamente e em contraposição à Conferência da ONU pelo Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho de 2012 no Rio de Janeiro, denominado por Cúpula dos Povos, acrescenta uma perspectiva positiva no contexto do FSM acima descrito ao destacar um tema comum, transversal às diversas formulações e formações da luta contra-hegemônica⁵⁸ neste contexto marcadamente libertário: a perspectiva ecológica.

⁵⁷ Desenvolveremos uma perspectiva a partir da qual supomos poder estabelecer uma relação dialética entre o Fórum Social Mundial e a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), mais conhecida como Internacional Socialista. A função é a mesma, qual seja, alinhar os esforços internacionais dos que lutam contra o sistema capitalista cada vez mais poderoso e em processo expansivo de globalização. A grande diferença é que enquanto a AIT era formada basicamente pelos operários, conhecidos como proletariados, e buscava um planejamento estratégico comum, o FSM comporta uma vasta quantidade de movimentos sociais, atuantes em diversas áreas da sociedade, a partir de diferentes vieses, e não busca uma solução única, um projeto estratégico comum, e sim o fortalecimento da própria diversidade.

⁵⁸ Apesar da análise não se filiar à totalidade do pensamento gramsciano, alguns conceitos desenvolvidos pelo pensador marxista italiano tem nos sido muito inspiradores para o desenvolvimento de uma perspectiva que, contudo, acaba por se afastar de sua origem. É o caso do conceito de hegemonia cultural, desenvolvido por Gramsci com o intuito de viabilizar as análises marxistas diante de realidades mais complexas que as do tempo de Marx. Ao perceber que a revolução bolchevique na Rússia abriu espaço para uma burocratização do Estado e a vigência de um regime autoritário, Gramsci pondera que há outras lutas a serem travadas antes da tomada do poder. Em uma brilhante transposição do Príncipe de Maquiavel para a era moderna, Gramsci identifica que nas sociedades complexas o domínio exercido sobre as classes trabalhadoras se dá por outros meios, para além do monopólio do uso da força pelo Estado. Trata-se do controle cultural exercido pela burguesia a partir das instituições privadas de controle hegemônico, que são além dos partidos, a igreja, a escola e a mídia. Assim, conclui que para uma Revolução atingir seus objetivos, deverá antes travar uma guerra de posições, uma guerra contra-hegemônica a fim de conquistar o poder em cada uma dessas

“Suas consequências [das agressões ambientais] se manifestam claramente, não sendo mais possível à Ciência e à Mídia mantê-las ocultas da opinião pública mundial” (FREIRE, 1992, p. 10).

“Os desequilíbrios causados no mundo natural têm sua origem nos desajustes do mundo social” (BOOKCHIN, *apud* FREIRE, 1992, p. 11)

“Acredito que a chamada “questão ecológica” parece ter sido incorporada como eixo fundamental para discussão de uma nova ordem mundial. E nesse contexto de divulgação das diferentes correntes ambientalistas, encaro a Ecologia Social como sendo um foco permanente do debate acerca das novas formas de estruturação da vida social e da produção que garanta a manutenção do equilíbrio com o meio ambiente, permitindo o pleno exercício da autonomia, originalidade e desenvolvimento humano. Nesse sentido, o esforço com este capítulo é estabelecer um paralelo entre a sociedade dita moderna, em seu estágio mais recente, e a exploração do meio ambiente. Daí falar da Ecologia Social como corrente ambientalista que encara os grandes problemas sócio-ecológicos não como fenômenos isolados, mais sim como os desajustes do mundo social contemporâneo.

“A base de pensamento em relação ao conceito de Ecologia Social vem diretamente de Bookchin, (1991; p.17). Ele acredita que os problemas ecológicos só podem ser resolvidos com profunda mudança social, substituindo-se a atual sociedade por uma Sociedade Ecológica, que incorpore mudanças radicais e indispensáveis para eliminar os abusos ecológicos. Uma sociedade baseada no humanismo ecológico, que encarne uma nova racionalidade, uma nova ciência, uma nova tecnologia. “Os desequilíbrios causados no mundo natural têm sua origem nos desajustes do mundo social” (*Ibid.*, p.19). Como defensor de uma ecologia social vê claramente que a exploração e destruição do homem pelo homem é causa da exploração e destruição da natureza.” (MARIANO NETO, 2003, p. 42)

Acreditamos que nossa investigação tenha nos mostrado que a proposição formulada tem algum fundamento, que de fato a percepção da urgência ambiental vem proporcionando um inédito alinhamento entre os múltiplos atores da esquerda mundial. Chegamos então a uma segunda questão, que se mostra imprescindível, mas que ficará aqui apenas indicada: estão os MS atuando de maneira incisiva para aproveitar a oportunidade histórica que se lhes apresenta?

instituições, a partir das quais, libertaria os oprimidos da coesão cultural a que estavam submetidos. (KONDER, 2001; GRAMSCI, 2007b). Ver também: Coutinho (2008); Martin-Barbero (2008); Sader e Ceceña (2002)..

Destacamos também a inspiração libertária dos movimentos sociais contemporâneos e junto com a perspectiva ecológica parece-nos uma perspectiva das mais importantes que encontramos. Comparemos um trecho da análise de Melucci sobre os novos movimentos sociais com a famosa abertura de George Woodcock à sua compilação sobre a História das ideias e movimentos Anarquistas:

“Os atores dos conflitos repropõem a interrogação sobre os fins: atingem as diferenças entre os sexos, as idades, as culturas; interrogam-se sobre o que seja a natureza e sobre os limites de intervenção humana, ocupam-se da saúde e da doença, do nascimento e da morte. A ação dos movimentos se diferencia do modelo de organização política e assume uma crescente autonomia dos sistemas políticos. Ela está estreitamente entrelaçada com a vida cotidiana e com a experiência individual” (MELUCI, 2001, p. 28).

Para citar um exemplo mais recente, destacamos a principal bandeira dos que ocuparam centenas de praças públicas em importantes cidades do mundo todo em 2011, que clamava por uma “democracia real”, conceito cuja raiz pode ser identificada nas teorias libertárias de participação política autônoma e direta. Como disse Vladimir Safatle aos acampados do movimento Ocupa Sampa, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo no mesmo ano de 2011:

“Agora, percebemos algo fundamental: não dá mais para confiar em partidos, sindicatos, estruturas governamentais que podem ter suas funções em certos momentos, mas que não têm nenhuma capacidade de ressoar a verdadeira necessidade de rupturas. (...) A época em que nos mobilizávamos tendo em vista a estrutura partidária acabou radicalmente” (SAFATLE, 2012b, p. 55).

O Fórum Social Mundial é justamente a materialização de um espaço internacional livre, diversificado, horizontal e colaborativo, onde as articulações das redes em formação esboçam uma alternativa ao utópico Partido Único com um importante e decisivo diferencial: a diversidade cultural e ideológica e a autonomia individual são preservadas. Neste ponto, propomos uma relação dialética entre o Fórum Social Mundial e a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), mais conhecida como Internacional Socialista. A função é a mesma, qual seja, alinhar os esforços internacionais dos que lutam contra o sistema capitalista cada vez mais poderoso e em processo expansivo de globalização predatória. A grande diferença é que enquanto a AIT era formada

basicamente pela vanguarda revolucionária, representando a classe operária, e buscava um planejamento estratégico comum, o FSM comporta uma vasta quantidade de movimentos sociais, atuantes em diversas áreas da sociedade, a partir de diferentes vieses, e não busca uma solução única, um projeto estratégico comum, e sim o fortalecimento da própria diversidade.

A rede está sendo conectada e vem ensaiando pequenas revoluções, dos Zapatistas à Primavera Árabe. Mas para que tais iniciativas não se fechem isoladas em si mesmas, para que as práxis criativas não sejam mimetizadas pelo grande Leviatã, é necessário que a atuação seja coordenada em sintonia internacional, transversal, intergeracional e horizontal, com uma mesma bandeira que os una e fortaleça. Os indivíduos, movimentos e organizações que articulam o FSM vêm desenvolvendo essa estratégia de organização. Aprenderam com os MS de 2011 e caminham juntos cada vez mais integrados. Mas a bandeira que balançava em tão pomposo mastro, ainda permanecia em branco.

No vazio desse compasso, lentamente vemos se delinear nada menos que o planeta em chamas. É o estandarte messiânico do Apocalipse que se configura como proposta impositiva ao alinhamento das lutas.

A vida na Terra está ameaçada e se a Rio+20 teve algum sucesso incontestado foi o estímulo para a configuração da Cúpula dos Povos que disseminou a consciência ambiental e esboçou a profundidade do problema que temos que enfrentar. A Cúpula dos Povos pinta na bandeira do FSM a referida imagem do planeta em chamas. Os MS deste início da segunda década do terceiro milênio, que já contavam com sua estrutura internacionalizada, atuando dinamicamente e horizontalmente em rede, podem enfim desfraldar aos quatro ventos uma bandeira comum. Paradoxalmente contam com uma catástrofe iminente que ao mesmo tempo em que ameaça o planeta, oferece a oportunidade da ação conjunta e prepara as massas para sua emancipação.

“Entre tantos outros males do modo de vida atual, ganham força a ideologia neoliberal, que colocou o lucro e o sucesso pessoal acima de todos os outros valores, e a mistificação tecnológica, que se tornou ferramenta imprescindível para o duplo papel de proporcionar satisfação e dependência, com danos cada vez mais evidentes” (Editorial da Caros Amigos especial Males do Mundo, ano XVI, julho de 2012, p. 3).

A força que identificamos no processo do FSM, é justamente a de formar uma vitrine com a exposição de milhares de soluções para os inúmeros problemas enfrentados pelas sociedades contemporâneas. É uma das manifestações mais potentes da inteligência coletiva que já se viu entre os movimentos sociais.

Ao aproximarmos a luta social contemporânea à características Anarquistas, não pretendemos defender a viabilidade de nenhuma receita e por isso não deixamos de criticar aspectos dogmáticos e sectários presentes no seio do próprio movimento anarquista. O que se pretende aqui é apelar para o bom senso de todos os envolvidos para o reconhecimento da existência de inúmeras alternativas viáveis, justas e autônomas, e que juntas, sem perder suas identidades, poderão enfim fazer frente ao sistema hegemônico dominante. Portanto, ao tecermos algumas críticas ao socialismo marxista, principalmente com relação à suas incidências dogmáticas e autoritárias, o que se pretende não é simplesmente a defesa intransigente do anarquismo, mas sim apontar para um caminho em que as diversas propostas e perspectivas sejam aprimoradas no sentido de permitir que a diversidade aconteça e que se respeite a heterogeneidade das perspectivas. A defesa do socialismo libertário em determinadas passagens não se faz pelo que de dogmático poderia ser subtraído de sua proposta de ausência de Estado como um programa utópico e alternativa estática à crise atual. Tal escolha se dá muito mais pelo caráter múltiplo que contempla, pelo reconhecimento do complexo, das muitas vias, das infinitas verdades e conhecimentos, que a superação do sistema partidário e do Estado permitiriam se desenvolver.

“Pode-se perguntar qual é o valor de se estudar uma ‘tendência definida no desenvolvimento histórico humano’ que não articula uma teoria social detalhada e específica. Aliás, muitos críticos desconsideram o anarquismo por acreditarem que ele é utópico, sem forma, primitivo ou incompatível com as realidades de uma sociedade complexa. No entanto, pode-se argumentar diferentemente; que em todo estágio da história, nossa preocupação deve ser a de dismantelar as formas de autoridade e de opressão, as quais sobrevivem de uma época em que podiam ser justificadas pelas necessidades de segurança, sobrevivência ou desenvolvimento econômico, mas que agora contribuem para – em vez de aliviar – o déficit cultural e material. Neste caso, não existirá doutrina de transformação social fixa para o presente e o futuro, nem mesmo, necessariamente, um conceito imutável e específico dos objetivos para os quais a transformação social deva tender” (CHOMSKY, 2011, p. 18).

Se optamos por assumir um viés militante em nosso trabalho acadêmico é porque com o desenvolvimento da pesquisa fomos encontrando fatos e desenvolvendo perspectivas a partir das quais percebemos que precisamos agir em caráter de urgência. Os movimentos sociais, organizados pelos *ativistas* precisam acelerar o processo de convergência e construir manifestações e protestos cada vez maiores, conquistando durante o processo contingentes cada vez maiores de oprimidos que, despertados, engrossariam a força dos indignados.

“As formas tradicionais de democracia já não convence os mais pobres. A ação direta nas ruas é um meio de se fazer ouvir os diversos movimentos populares que buscam alternativas para uma globalização solidária” (SANTOS, 2007).

Quem sabe, então, finalmente poderemos bradar aos quatro ventos que o príncipe definitivamente está morto! Já não haverá mais espaço para que os fins atropelam os meios. O individualismo progressista da direita ou a estratégia política romântica utópica da esquerda se desmanchariam no ar e revelariam um vasto horizonte repleto de diversidade e possibilidades a partir da transformação do presente. O progresso a qualquer custo já cobrou um preço alto demais e as sociedades humanas não estão mais dispostas a se deixarem violentar.

Dogmatismos e extremismos serão então questionados. Dogmas são conhecimentos acorrentados. E mesmo o ceticismo, a corrente mais racional da filosofia, tem suas descrenças perturbadas com a necessidade da ação.

Diferentemente de todos os tempos da história, desta vez, quando comemorarmos a morte do príncipe, não louvaremos em seguida o novo Rei! Trataremos de enterrar todo germe do despotismo e autoritarismo que nos assola desde tempos imemoráveis. Os partidos que suplantaram o Príncipe de Maquiavel também devem deixar de nos impor sua luta dogmática, suas estratégias maquiavélicas que servem sua insaciável sede de poder. Nada mais será tolerado acima do povo. Ninguém poderá falar em seu nome.

O novo mundo se constrói com emancipação, autonomia, criatividade, diversidade, respeito, cooperação, horizontalidade, paz e amor. Assim, faz-se impossível sonhar um mundo por outros povos, julgando que tal sonho fosse melhor que o deles próprios.

Dispensados do fardo de viabilizar universalmente um futuro utópico a qualquer custo, podemos agora atender nossas realidades presentes, nossas relações pessoais, nossa ação direta em nossa comunidade e a contribuição na construção coletiva de um novo mundo repleto de iniciativas, com saberes e fazeres diversos.

As múltiplas soluções construídas pelos movimentos sociais em sua diversidade libertária podem ser incentivadas para visualizarmos a abrangência e complexidade de suas propostas. Essa catalogação, no entanto, não poderá ser reduzida à composição de um sistema ideal, visto que as soluções propostas estão intrinsecamente ligadas às suas conjunturas de luta e em suas realidades locais. Caberia aqui um paralelo à questão dos mestres iluminados atrás dos quais se formam as religiões. Os profetas apontam caminhos diferentes para diferentes discípulos, mas estes, ao escreverem seus ensinamentos, a partir de suas perspectivas pessoais, petrificam conselhos outrora fluídos em livros dogmáticos e, generalizadas suas aplicações, a única força que lhes restam é o controle político, a manutenção do poder pelo dogma religioso. Infelizmente na política - e na vida - a espera por respostas prontas, a necessidade de rótulos e receitas dificultam muito o pensamento independente, livre e emancipado.

Posicionando-nos contra todo tipo de autoritarismo e centralização de poder, e ainda re-configurando nossos discursos e ações de acordo com o contexto de cada conjuntura em que a luta se insere, somos sempre mal interpretados por preconceitos enrijecidos.

Por outro lado há uma ampla rede formada por seres que não se sujeitam ao controle do pensamento único e, emancipados, transformam o mundo. O poeta Gary Snyder chama essa rede de o “grande submundo”. Segundo ele, nossa

“(…) linhagem pode ser rastreada até os curandeiros, sacerdotisas, filósofos, monges, rabinos, poetas e artistas que falam em nome do planeta, pelas outras espécies, pela interdependência, uma vida que transcorre através e em torno de impérios” (Gary Snyder *apud* HILMI, 2012, p. 21).

O mundo precisa de nós e nosso ativismo já está proporcionando a mudança que queremos ver no mundo. Porque “nós somos aqueles por quem estávamos esperando”⁵⁹!

⁵⁹ Provérbio atribuído ao povo Hopi, originário da América do Norte.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*. São Paulo: Abril, 2012.

ADORNO, T. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. *Mínima moralia: reflexões a partir da vida lesada*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALI, T. *O poder das barricadas: uma autobiografia dos anos 60*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALONSO, Â. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.

ANTONY, M. *Os microcosmos: experiências utópicas libertárias sobretudo pedagógicas: "Utopedagogias"*. São Paulo: Imaginário, 2011.

APARICI, R. et al. *Educomunicación: más Allá Del 2.0*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2010.

ARANTES, P. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Edipro, 1995.

BAKTHIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKUNIN, M. *Textos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

_____. *A ciência e a questão vital da revolução*. São Paulo: Imaginário, 2009.

_____. *Deus e o Estado*. São Paulo: Hedra, 2011.

BARBOSA, A.; CUNHA, E. T. *Antropologia e imagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BENSAID, D. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BENSAID, Daniel. *Trotskismos*. Fortaleza: Expressão Gráfica Ed, 2010.

BERTALANFFY, L. V. *General system theory*. New York: Braziller, 1968.

BETTO, Frei; BARROS, M. *O amor fecunda o universo*. [S.l.]: Agir, 2008.

BOFF, L. *Uma cosmovisão ecológica: a narrativa atual, em Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Saber cuidar. Ética do Humano. Compaixão Pela Terra*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. *Discurso proferido durante participação na Cúpula dos Povos*. Rio de Janeiro, 2012.

BOOKHIN, M. *Ecologia social e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

_____. *Anarquismo, crítica e autocrítica: primitivismo, individualismo, caos, misticismo, comunalismo, internacionalismo, antimilitarismo e democracia*. São Paulo: Hedra, 2011.

_____. *Sociobiologia ou Ecologia Social?* Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

BOUGLÉ, C. *A sociologia de Proudhon*. São Paulo: Imaginário, 2014.

BRAGA, R. Apresentação. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 7-14.

BRANDÃO, C. R. *As flores de abril: movimentos sociais e educação ambiental*. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. *A canção das sete cores: educando para a paz*. São Paulo: Contexto, 2005b.

_____. *O vôo da arara-azul: escritos sobre a vida, a cultura e a educação ambiental*. Campinas: Armazém do Ipê, 2007.

CALDART, R. S.; KOLLING, E. J. O MST e a educação. In: STÉDILE, J. P. (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 223- 242.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CAPRA, F. *O tao da física: m paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental*. São Paulo: Cultrix, 1983.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. Castells propõe outra democracia. *Em Outras Palavras*, São Paulo, 18 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/07/18/castells-propoe-outra-democracia/>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, J. de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

100 PROPOSTAS do Fórum Social Mundial. Petrópolis: Vozes, 2006.

CHOMSKY, N. *Controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda*. [S.l.]: Graphia, 2003.

_____. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo: Hedra, 2011.

CITELLI, A. *Comunicação e educação: a linguagem em movimento*. São Paulo: Senac, 2004.

CODELLO, F. *A boa educação: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill*. São Paulo: Imaginário, 2007.

COHN; S.; PIMENTA, H. *Maió de 68*. São Paulo: Azougue Editorial, 2008.

COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista: Marxismo y anarquismo (1850-1890)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964. v. 2.

COLOMBO, E. *Anarquismo, obrigação social e dever de obediência*. São Paulo: Imaginário, 2003.

CORREA, J. C. Os desafios da Cúpula dos Povos. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 48, jun. 2012.

COUTINHO, E. G. (Org). *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CRANSTON, M. *Diálogo imaginário entre Marx e Bakunin*. São Paulo: Hedra, 2011.

DALAI LAMA. Entrevista à Rede Internacional de Jornais de Rua (INSP). *Revista Ocas*, São Paulo, n. 84, p. 19-21, jul./ago. 2012.

DANTON, J. A. G. *Problemas e possibilidades do anarquismo*. São Paulo: Fâisca, 2011.

_____. *Sobre a política de alianças: problemas em torno da construção de um pólo libertário de luta*. [S.l.: s.n.], 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. [S.l.]: Assírio & Alvim, 2004.

DOWBOR, L. *Democracia econômica: alternativas de gestão social*. 2012. Disponível em: < <http://dowbor.org/> >. Acesso em: 26 abr. 2013.

DOWNING, J. D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: SENAC, 2004.

FÁVERO, O. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base*. Campinas: Autores Associados, 2006.

FERNANDES, F.; PRADO JR, C. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FERNANDES, F. *Em busca do socialismo*. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FERRARA, N. F. F.; PRADO, C. C. *Caos: uma introdução*. São Paulo: Blücher, 1994.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: UNESP, 2011.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, R.; BRITO, F. *Utopia e paixão: a política do cotidiano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GADOTTI, M. *Pedagogia da terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GADOTTI, M. et al (Org.). *Globalização, educação e movimentos sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GALLO, S. *Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação*. São Paulo: Imaginário, 2007.

GOERGEN, P. *Pós-modernidade, ética e educação*. Campinas: Autores Associados, 2005.

GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Movimentos sociais no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 2009a.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2009b.

_____. *Educação não formal e o educador social*. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010b.

_____. *Educação não formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. *Teoria dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2011b.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011c.

GOLDMAN, E. *O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.

GOMES, P. G. *Filosofia e ética da comunicação na midiatização da sociedade*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

GRAEBER, D. *Fragments de uma antropologia anarquista*. Porto Alegre: Deriva, 2011.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. v. 1.

_____. *Cadernos do cárcere*: os intelectuais, o princípio do educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b. v. 2.

_____. *Cadernos do cárcere*: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. v. 3.

_____. *Cadernos do cárcere*: temas de cultura: ação católica, americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. v. 4.

HABERMAS, J. Arquitetura moderna e pós-moderna: modernidade: um projeto inacabado. In: ARANTES, O. B. F.; ARANTES, P. E. *Um ponto cego no projeto estético de Jürgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas*. São Paulo, Brasiliense, 1992. p. 125-149.

_____. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Trad. Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2007.

HESSEL, S. *Indignai-vos*. São Paulo: Leya, 2011.

HILMI, Â. *Transição na cultura agrícola: uma lógica distinta*. Roma: The more and better Network, 2012.

HOBBS, T. *Leviathan*. New York: The Project Gutenberg EBook, 2009.

HOBBSBAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Boitempo, 2003.

HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.

ILLICH, I. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes, 1985.

JOYEUX, M. et al. *Maio de 68: os anarquistas e a revolta da juventude*. São Paulo: Imaginário, 2008.

KONDER, L. Gramsci e a crítica da modernidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 jun. 2001. Caderno Idéias-Livros, p. 8. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv163.htm>>. Acesso em: 12 de fev. 2012.

KROPOTKIN, P. A. *O princípio anarquista e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LAGO, A.; PÁDUA, J. A. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Atores periféricos na sociedade civil: redes e centralidades de organizações em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 68, out. 2008.

LEITE, J. C. *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LENIN, V. *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

LEMOIGNE, J. L. *La modélisation des systèmes complexes*. Paris: Dunod, 1990.

LEUENROTH, E. *Anarquismo: roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papyrus, 2008.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LIPIANSKY, E. M. *A pedagogia libertária*. São Paulo: Imaginário, 2007.

LORENZ, E. N. *Essência do caos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

LOUREIRO, R.; DELLA FONTE, S. S. *Indústria cultural e educação em tempos pós-modernos*. São Paulo: Papyrus, 2003.

LÖWY, M. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. *Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista*. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 14, 2010b.

_____. *Ecossocialismo: alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista*. In: ABONG. *Por um outro desenvolvimento*. São Paulo: ABONG, 2012. p. 7-17.

LÖWY, M. *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Escorpião, 1974.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

LYNAS, M. *Seis graus: o aquecimento global e o que você pode fazer para evitar uma catástrofe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

MACDOUGALL, D. *Transcultural cinema*. [S.l.]: Princeton University Press, 1998.

MACLUHAN, M. *McLuhan por McLuhan: conferências e entrevistas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

MACY, J.; BROWN, M. Y. *Nossa vida como Gaia*. São Paulo: Gaia, 2004.

MADURO, O. *Mapas para a festa: reflexões latino-americanas sobre a crise e o conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MALATESTA, E. *Entre camponeses*. São Paulo: Hedra, 2009.

MALES do mundo atual. Caros amigos, São Paulo, ano XVI, ed. 57, jul. 2012. Edição especial.

MARQUES DE MELO, J. et al. (Coord.). *Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mario Kaplún*. São Bernardo do Campo: UNESCO/Umesp, 2006.

MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

MARTINS, J. de S.; NOVAES, S. C.; ECKERT, C. *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005.

MARTINS, M. F.; GROPPPO, L. A. *Introdução à pesquisa em educação*. Piracicaba: Biscalchin Editor, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: LP&M, 2002.

MEIRA, P.; SATO, M. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 14, n. 25, p. 17-35, 2005.

MELUCCI, A. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: University Press, 1996.

MÉSZÁROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?*. São Paulo: Boitempo: 2003.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MILL, J. S. *Sobre a liberdade*. São Paulo: Hedra, 2010.

MILLS, C. W. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

_____. O século XXI começou em Seattle. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, dez. 1999.

_____. O jogo em que tudo mudou. In: COHN, S.; PIMENTA, H. (Org). *Maió de 68*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008. p. 28-35.

_____. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *Os sete saberes necessários para a educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ORTEGA Y GASSET, J. *Meditação sobre a técnica*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Limitada, 1963.

PASSETTI, E. *Conversação libertária com Paulo Freire*. São Paulo: Imaginário, 1998.

PÉCORRA, A. É o fim do mundo!. *Cult*, São Paulo, ano 15, v. 171, ago. 2012.

PETERSEN, P. Prefácio. In: GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de (Org.). *Agroecologia: princípios e reflexões conceituais*. Brasília: Embrapa, 2013. p. 10-15

PIERUCCI, A. F. *O desencantamento do mundo: todos os passos de um conceito*. São Paulo: Editora 34, 2003.

PIÑERO, Joaquin. *Integração popular continental: a hora é agora!*. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 5, n. 60, p. 6-7, jul. 2012.

PRETTO, N.; TOSTA, S. *Do MEB à Web*. São Paulo: Autêntica, 2010.

PROUDHON, P. J. *A propriedade é um roubo: e outros ensaios anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

REIGOTA, M. *A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *O que é educação ambiental*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. 2. ed. Trad. Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RECLUS, É. *Anarquia pela educação*. São Paulo: Hedra, 2011.

ROMANI, C. Introdução. In: GOLDMAN, E. *O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007. p. 9-26.

RUBEL, M. Marx: Teórico do Anarquismo. *Novos Rumos*, Marília, v. 49, n. 1, p. 13-36, jan./jun, 2012.

RIBEIRO, D. *O processo civilizatório*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

RYOKI, A.; ORTELLADO, P. *Estamos vencendo: resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad, 2004.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 9-60.

SADER, E. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012.

SADER, E. Contra o pessimismo. *Revista Carta Maior*, São Paulo, mar. 2007. Disponível em:

<http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=103>.

Acesso em: 15 mar. 2012.

SADER, E.; JINKINGS, I. *As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda*. São Paulo: Boitempo, 2012.

SADER, E.; JINKINGS, I. et al (Org.). *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.

SADER, E.; CECEÑA, A. E. (Org). *A guerra infinita: hegemonia e terror mundial*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAFLATE, V. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três estrelas, 2012.

_____. Amar uma ideia. SADER, E. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 45-56.

SAHLINS, M. Cosmologias do Capitalismo: o setor Trans-Pacífico do Sistema Mundial. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 16., 1988, Campinas. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1988. p. 47-106.

SAID, E. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2011. (Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, v. 1).

_____. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Renovar a Teoria Crítica*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARTRE, J. P.; COHN-BENDIT, D. A expansão do campo do possível. In: COHN, S.; PIMENTA, H. (Org). *Maió de 68*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008. p. 12-25.

SATO, M.; CARVALHO, I. *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. São Paulo: UNESP, 2005.

SÊNECA, L. A. *Sobre a brevidade da vida*. Porto Alegre: LP&M, 2006.

SIEBERT, R. (Org.) *Educação libertária: textos de um seminário*. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé; Florianópolis: Movimento-Centro de Cultura e Autoformação, 1996.

SILVA, R. B. *Educação comunitária: além do Estado e do mercado?*. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, V. G. da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2006.

SOMÉ, S. *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre relacionamentos*. São Paulo: Odysseus, 2003.

TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p 5-18, jun. 1989.

_____. *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. *O Pós-Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

TRAGTEMBERG, M. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

_____. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. *A falência da política*. São Paulo: UNESP, 2009.

TROTSKY, L. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WEBER, M. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1979.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.

_____. Ciência como vocação. In: _____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972. p. 7-52.

WHITAKER, F. *O desafio do Fórum Social Mundial*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Conto invertido, do fim ao começo*. 2012. Disponível em: <<http://forumsocialsp.org.br/artigos/conto-invertido/>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

WOODCOCK, G. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2007. (A idéia, v. 1).

_____. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2008. (O movimento, v. 2).

ZIZEK, S. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *A tinta vermelha*: discurso de Slavoj Žižek aos manifestantes do movimento Occupy Wall Street. 2011. Disponível em: <<http://boitempoeditorial.wordpress.com/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

_____. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. *O ano em que vivemos perigosamente*. São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. O violento silêncio de um novo começo. In: SADER, E. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012c. p. 15-26.

Filmes:

ACHBAR, M.; ABBOTT, J.; BAKAN, J. *A Corporação*. Canadá: [s.n.], 2003. (145 min.). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Zx0f_8FKMrY>. Acesso em: 26 abr. 2013.

ARMSTRONG, F. *A era da estupidez*. [S.l.: s.n.], 2009. (88 min.). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=_d4YDLK0jP0>. Acesso em: 26 abr. 2013.

BLACK, C. *Escolarizando o mundo: último fardo do homem branco*. [S.l.: s.n.], 2010, (65 min).

BRIENT, J.-F. *A servidão moderna*. [S.l.: s.n.], 2009. (52 min.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B7hSxm67izU&feature=related>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

DANNORITZER, C. *A história secreta da obsolescência programada*. [S.l.: s.n.], 2010. (52 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o0k7UhDpOAo&feature=related>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

D'ELIA, A. *Belo Monte, Anúncio de uma Guerra*. [S.l.: s.n.], 2012. (100 min.). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=091GM9g2jGk>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

DOIN, G. *La educación prohibida*. [S.l.: s.n.], 2012. (145 min.) Disponível em: <<http://www.educacionprohibida.com/>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

FERRAZ, I. G. *Marighela*. [S.l.: s.n.], 2011. (100 min.).

GAMBLE, F; GAMBLE, K. C. *THRIVE: What On Earth Will It Take?* [S.l.: s.n.], 2012. (132 min.). Disponível em: <<http://www.thrive.com.br/>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

GANDINI, E. *Surplus*. [S.l.: s.n.], 2003. (51 min.). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=YbpmWeymWWw>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

JOSEPH, P. *Zeitgeist: the movie*. [S.l.: s.n.], 2007. (120 min.). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=SXl7mRb5Tww>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

_____. *Zeitgeist. Addendum*. [S.l.: s.n.], 2008. (123 min.). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=xEdO8f2XEjA>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

_____. *Zeitgeist. Moving forward*. [S.l.: s.n.], 2011. (167 min.). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=SuiCYiwHptg>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

LEE, I. *Culturas da resistência*. [S.l.: s.n.], 2010. (73 min.). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=cCmBdIcUocE>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

LOACH, K. *Terra e liberdade*. [S.l.: s.n.], 1995. (109 min.).

MOORE, M. *Fahrenheit: 11 de Setembro*. [S.l.: s.n.], 2004. (122 min.).

RENNER, E. *Muito além do peso*. [S.l.: s.n.], 2012. (84 min.). Disponível em: <<http://www.muitoalemdopeso.com.br/>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

_____. *Criança, a alma do negócio*. [S.l.: s.n.], 2011. (49 min.). Disponível em: <<http://defesa.alana.org.br/post/28846064502/crianca-a-alma-do-negocio-mostra-como-no-brasil>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

ROWLEY, R. *A Quarta Guerra Mundial*. [S.l.: s.n.], 2003. (76 min.). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=F-QXn8IpBLg>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

SHIVA, V. *Monocultura da vida: fronteiras do pensamento*. [S.l.: s.n.], 2012. (1 min 46 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mnj_SE05rxY&hd=1>. Acesso em: 26 abr. 2013.

TENDLER, S. *Globalização Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá*. [S.l.: s.n.], 2007. (89 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM&feature=related>. Acesso em: 26 abr. 2013.

_____. *O veneno está na mesa*. [S.l.: s.n.], 2011. (49 min.). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=8RVAgD44AGg>. Acesso em: 26 abr. 2013.

TOWNSEND, S. *A Batalha de Seattle*. [S.l.: s.n.], 2007. (99 min.). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=PPD0depdyNc>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

VICENTE, M.; CHASSE, B.; ARNTZ, W. *Quem somos nós*. [S.l.: s.n.], 2005 (109 min.). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=o7TZLnL7HLA>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

VIDEOHACKERS. *Brad, mais uma noite nas barricadas*. [S.l.: s.n.], 2007. (55 min.). Disponível em: < <https://vimeo.com/1983128>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

WATKINS, P. *A Comuna de Paris, 1871*. Paris: [s.n.], 2010. (210 min.). Acesso em: 26 abr. 2013

ANEXO1. Carta de Princípios do Fórum Social Mundial⁶⁰

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que "um outro mundo é possível", ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui portanto em instância de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas

⁶⁰ Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1

decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

Aprovada e adotada em São Paulo, em 9/04/2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, aprovada com modificações pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial no dia 10 de junho de 2001.

ANEXO 2. Carta dos Comitês Estaduais e Locais à Assembléia dos Povos

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2012

Diante da crise civilizacional e urgência das questões ambientais conclamamos os movimentos, coletivos, grupos, cidadãos e cidadãs a se engajarem conosco no fomento de espaços de convergência em fóruns locais de diálogos, reflexões e ações.

Esse espaço de convergência de luta pela emancipação dos povos, que teve seu desenrolar facilitado pelo processo do Fórum Social Mundial e suas diversas versões locais espontâneas e autônomas, renovado pelas ocupações que tomaram as praças do mundo anunciando a Primavera dos Povos em 2011, culmina nesta Cúpula onde finalmente as questões socioambientais são reconhecidas em seu centro e os movimentos sociais a abordam a partir de suas ricas e diversas perspectivas.

Assumindo a missão de expandir estes círculos aos cidadãos, cidadãs e movimentos locais, formou-se de maneira independente, autônoma e apartidária, uma Rede de Comitês Estaduais e Locais com foco na Cúpula dos Povos frente a Rio+20, atualmente em plena expansão para continuidade do processo. Estimamos ter dialogado diretamente com mais de 100 mil pessoas em São Paulo, Santa Catarina, Amazonas, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

As ações colocadas em marcha foram bastante diversas, entre elas destacamos:

- Mapeamento dos principais problemas socioambientais dos estados e municípios envolvidos;
- Promoção de diálogos, oficinas, seminários, conferências e fóruns locais;
- Produção de cartas, manifestos, atos, intervenções artísticas e culturais;
- Difusão dos resultados dos processos e convite ao diálogo e participação em diversos meios de comunicação e nas redes sociais, com presença nas mídias locais alternativas e tradicionais;
- Fomento à incidência em políticas públicas;
- Promoção e participação em marchas, manifestações, mobilizações e atos públicos.

Animados e muito confiantes no processo horizontal e colaborativo desencadeado, nos articulamos agora como facilitadores de um FÓRUM DOS POVOS e convidamos as Redes, instituições, movimentos, grupos, coletivos, cidadãos e cidadãs a participarem da construção de um espaço mundial de convergência de Luta dos Povos por sua emancipação e empoderamento. Pautada na ação direta e fomento à construção de Fóruns Locais, articulados em redes livres, acreditamos contribuir para a aceleração de um processo histórico atualmente em marcha, de convergência entre os já mobilizados, movimentação dos indignados e despertar dos adormecidos.

Convidamos a todos e todas que participaram desta Cúpula dos Povos a juntarem-se a nós e compartilharemos suas propostas, planos e agenda, para montarmos um grande panorama de ações e propostas para um mundo melhor.

Para confluir nossas redes criamos o endereço livre e aberto WWW.FORUMDOSPOVOS.ORG e convidamos a todos e todas para interagir neste processo.

Gratidão.

Facilitadores do FÓRUM DOS POVOS. Do mundo para as praças, por justiça social e ambiental.

ANEXO 3. Carta aberta do MPL-SP à presidenta⁶¹

À Presidenta Dilma Rousseff,

Ficamos surpresos com o convite para esta reunião. Imaginamos que também esteja surpresa com o que vem acontecendo no país nas últimas semanas. Esse gesto de diálogo que parte do governo federal destoa do tratamento aos movimentos sociais que tem marcado a política desta gestão. Parece que as revoltas que se espalham pelas cidades do Brasil desde o dia seis de junho tem quebrado velhas catracas e aberto novos caminhos.

O Movimento Passe Livre, desde o começo, foi parte desse processo. Somos um movimento social autônomo, horizontal e apartidário, que jamais pretendeu representar o conjunto de manifestantes que tomou as ruas do país. Nossa palavra é mais uma dentre aquelas gritadas nas ruas, erguidas em cartazes, pixadas nos muros. Em São Paulo, convocamos as manifestações com uma reivindicação clara e concreta: revogar o aumento. Se antes isso parecia impossível, provamos que não era e avançamos na luta por aquela que é e sempre foi a nossa bandeira, um transporte verdadeiramente público. É nesse sentido que viemos até Brasília.

O transporte só pode ser público de verdade se for acessível a todas e todos, ou seja, entendido como um direito universal. A injustiça da tarifa fica mais evidente a cada aumento, a cada vez que mais gente deixa de ter dinheiro para pagar a passagem. Questionar os aumentos é questionar a própria lógica da política tarifária, que submete o transporte ao lucro dos empresários, e não às necessidades da população. Pagar pela circulação na cidade significa tratar a mobilidade não como direito, mas como mercadoria. Isso coloca todos os outros direitos em xeque: ir até a escola, até o hospital, até o parque passa a ter um preço que nem todos podem pagar. O transporte fica limitado ao ir e vir do trabalho, fechando as portas da cidade para seus moradores. É para abri-las que defendemos a *tarifa zero*.

Nesse sentido gostaríamos de conhecer o posicionamento da presidenta sobre a tarifa zero no transporte público e sobre a PEC 90/11, que inclui o transporte no rol dos direitos sociais do artigo 6º da Constituição Federal. É por entender que o transporte deveria ser tratado como um direito social, amplo e irrestrito, que acreditamos ser necessário ir além de qualquer política limitada a um determinado segmento da sociedade, como os estudantes, no caso do passe livre estudantil. Defendemos o passe livre *para todas e todos!*

Embora priorizar o transporte coletivo esteja no discurso de todos os governos, na prática o Brasil investe onze vezes mais no transporte individual, por meio de obras viárias e políticas de crédito para o consumo de carros (IPEA, 2011). O dinheiro público deve ser investido em transporte público! Gostaríamos de saber por que a presidenta vetou o inciso V do 16º artigo da Política Nacional de Mobilidade Urbana (lei nº 12.587/12) que responsabilizava a União por dar apoio financeiro aos municípios que adotassem políticas de priorização do transporte público. Como deixa claro seu artigo 9º, esta lei prioriza um modelo de gestão privada baseado na tarifa, adotando o ponto de vista das empresas e não o dos usuários. O governo federal precisa tomar a frente no processo de construção de um transporte público de verdade. A municipalização da CIDE, e sua destinação integral e exclusiva ao transporte público, representaria um passo nesse caminho em direção à tarifa zero.

⁶¹ Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/24/carta-aberta-do-mpl-sp-a-presidenta/>

A desoneração de impostos, medida historicamente defendida pelas empresas de transporte, vai no sentido oposto. Abrir mão de tributos significa perder o poder sobre o dinheiro público, liberando verbas às cegas para as máfias dos transportes, sem qualquer transparência e controle. Para atender as demandas populares pelo transporte, é necessário construir instrumentos que coloquem no centro da decisão quem realmente deve ter suas necessidades atendidas: os usuários e trabalhadores do sistema.

Essa reunião com a presidenta foi arrancada pela força das ruas, que avançou sobre bombas, balas e prisões. Os movimentos sociais no Brasil sempre sofreram com a repressão e a criminalização. Até agora, 2013 não foi diferente: no Mato Grosso do Sul, vem ocorrendo um massacre de indígenas e a Força Nacional assassinou, no mês passado, uma liderança Terena durante uma reintegração de posse; no Distrito Federal, cinco militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) foram presos há poucas semanas em meio às mobilizações contra os impactos da Copa do Mundo da FIFA. A resposta da polícia aos protestos iniciados em junho não destoou do conjunto: bombas de gás foram jogadas dentro de hospitais e faculdades; manifestantes foram perseguidos e espancados pela Polícia Militar; outros foram baleados; centenas de pessoas foram presas arbitrariamente; algumas estão sendo acusadas de formação de quadrilha e incitação ao crime; um homem perdeu a visão; uma garota foi violentada sexualmente por policiais; uma mulher morreu asfixiada pelo gás lacrimogêneo. A verdadeira violência que assistimos neste junho veio do Estado – em todas as suas esferas.

A desmilitarização da polícia, defendida até pela ONU, e uma política nacional de regulamentação do armamento menos letal, proibido em diversos países e condenado por organismos internacionais, são urgentes. Ao oferecer a Força Nacional de Segurança para conter as manifestações, o Ministro da Justiça mostrou que o governo federal insiste em tratar os movimentos sociais como assunto de polícia. As notícias sobre o monitoramento de militantes feito pela Polícia Federal e pela ABIN vão na mesma direção: criminalização da luta popular.

Esperamos que essa reunião marque uma mudança de postura do governo federal que se estenda às outras lutas sociais: aos povos indígenas, que, a exemplo dos Kaiowá-Guarani e dos Munduruku, tem sofrido diversos ataques por parte de latifundiários e do poder público; às comunidades atingidas por remoções; aos sem-teto; aos sem-terra e às mães que tiveram os filhos assassinados pela polícia nas periferias. Que a mesma postura se estenda também a todas as cidades que lutam contra o aumento de tarifas e por outro modelo de transporte: São José dos Campos, Florianópolis, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Goiânia, entre muitas outras.

Mais do que sentar à mesa e conversar, o que importa é atender às demandas claras que já estão colocadas pelos movimentos sociais de todo o país. Contra todos os aumentos do transporte público, contra a tarifa, continuaremos nas ruas! Tarifa zero já!

Toda força aos que lutam por uma vida sem catracas!

Movimento Passe Livre São Paulo

24 de junho de 2013

ANEXO 4: PLATAFORMA UNITÁRIA DE LUTAS

Estimados Companheiros e Companheiras,

No dia 25 de junho, tivemos duas reuniões muito importantes: a primeira, fomos convidados por todas centrais sindicais para participar da reunião deles, e a outra à noite, reuniu todos os movimentos sociais de todos os campos políticos, mais de 77 organizações e movimentos.

Como encaminhamento dessas duas reuniões decidiu-se realizar uma grande jornada nacional de luta e paralisação, no dia 11 de julho (quinta-feira) envolvendo todas as organizações do movimento sindical e popular do campo e da cidade.

Foi construída uma plataforma unitária de lutas das centrais sindicais, com os seguintes pontos:

1. EDUCAÇÃO; (aqui entra os 10% do PIB para educação, melhoraria da qualidade, ciranda infantil nas cidades, etc.);
2. SAÚDE; (aqui entra garantia de investimentos conforme a constituição, melhoria do SUS, apoio a vinda dos médicos cubanos, etc.);
3. TRABALHO - Redução da jornada de trabalho para 40 horas; (já tem projeto na câmara basta aprovar)
4. TRANSPORTE público de qualidade; (aqui entra a proposta de tarifa zero em todas as grandes cidades)
5. Contra a PEC 4330 (terceirização); Rejeição desse projeto do governo, que na pratica rasga a CLT e institucionaliza o trabalho tercerizado sem nenhum direito de FGTS, ferias, etc.)
6. Contra os leilões do petróleo; (e podemos incluir a revisão do código mineração, etc., conforme o problema aparece em cada região)
7. Pela REFORMA AGRÁRIA; (com tudo o que significa de solução dos problemas dos acampados, desapropriações, recursos para produção de alimentos sadios..legalização das areas de quilombolas, demarcação imediata das áreas indígenas, etc.)
- 8 Pelo fim do fator previdenciário; (que afeta a classe trabalhadora ao se aposentar)

II. Propostas INCLUÍDAS PELOS MOVIMENTOS:

9. REFORMA POLÍTICA e realização de plebiscito popular;
10. REFORMA URBANA; para enfrentar a crise urbana das grandes cidades, com especulação imobiliária, etc.
11. MÍDIA LIVRE, pela democratização dos meios de comunicação. Encaminhar projeto para aprovação no congresso, que unificou todos os movimentos no Fórum Nacional pela Democratização da Mídia, e que já estamos coletando assinaturas.

III DENUNCIAMOS:

1. O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA E DOS POVOS INDÍGENAS;
2. A REPRESSÃO E A CRIMINALIZAÇÃO DAS LUTAS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS;
3. A IMPUNIDADE DOS TORTURADORES DA DITADURA;
4. Somos CONTRA APROVAÇÃO DO ESTATUTO DO NASCITURO;
5. Somos CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.

TODOS DEVEMOS PREPARAR ESSE GRANDE MOVIMENTO DE PARALISAÇÃO NACIONAL, DE TODA CLASSE TRABALHADORA, que terá como lema:

"Pela Liberdade Democrática e Pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras"

RECOMENDAÇÕES:

É IMPORTANTE que cada estado e movimento faça seus panfletos com a pauta, acima explicando para a população.

BRASIL DE FATO ESPECIAL: Nós estamos construindo um Brasil de Fato especial na forma de tabloide, com 16 paginas tratando desses temas. Vai ficar pronto dia 3 de julho. Assim, no dia 2 de julho de noite podemos enviar para cada estado, a ARTE PRONTA para serem encaminhadas à gráfica. Alguns estados já estão recolhendo recursos e vão rodar em tabloide (que é fácil encontrar gráfica nas capitais) para rodar o jornal.. Se quiserem rodar em SP, o custo está em torno de 7 mil reais para cada 50 mil exemplares.

Por favor, reproduzam essa circular, e façam chegar a toda militância de cada movimento, no maior numero possível de municípios, pelo interior.

São Paulo, 25 de Junho de 2013

Ahô!